

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 56 - Série VII - N.º 689
12 de Março de 1987
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e Impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

A luta:



Anunciadas greves na CP, Segurança Social, construção civil; concentrações de metalúrgicos e mineiros em Lisboa e Porto; marcha de mulheres de Lisboa e Setúbal para a Assembleia da República; Metro pode voltar à greve; paralisações (26 e 27) continuam marcadas pelos sindicatos dos professores e do pessoal das escolas. Em causa a política laboral do Governo: grupo parlamentar do PCP reúne com sindicatos no Algarve.

Editorial

Págs. 6, 7 e 10/Semana
Págs. 4 e 5/Em Foco



SEIS MIL TRABALHADORES



DA REFORMA AGRÁRIA



MARCHARAM SOBRE LISBOA



Páginas centrais/Semana

A consciência da necessidade e urgência da **demissão do actual Governo e sua substituição por um governo democrático** ganha sectores cada vez mais amplos da população.

Entretanto, tomadas pela dúvida muitas pessoas dizem assim: «Concordamos que é necessário, concordamos que é urgente, mas será possível?»

Como responde o nosso Partido a esta pergunta?

Responde em três termos: Primeiro que é difícil, segundo que é possível, terceiro que depende da nossa posição, da nossa luta, da nossa confiança, de nós todos, portugueses e portuguesas que temos consciência da necessidade e urgência de uma viragem política e da formação de um governo que resolva os problemas nacionais.

Se considerarmos a actual correlação de forças (isto é, o peso relativo das forças de direita e das forças da democracia), que observamos? Observamos que **existem condições básicas que tornem possível uma alternativa ao Governo actual**.

A primeira é o cada vez mais largo e profundo descontentamento, bem expresso na vaga de lutas e iniciativas de massas dos trabalhadores, dos médicos, dos enfermeiros, dos pescadores e de outras profissões e camadas sociais.

A segunda é o facto (que contrasta com anos anteriores) de existir uma certa abertura ao diálogo entre todos os partidos democráticos, diálogo que em alguns casos concretos se tem traduzido numa convergência efectiva, designadamente na Assembleia da República.

A terceira é a situação institucional que está aí à vista de todos: o Governo de Cavaco Silva é um governo minoritário que dispõe apenas do apoio de 88 deputados no total dos 250 deputados da Assembleia da República, enquanto que os partidos democráticos na oposição têm em conjunto 140 deputados, portanto uma folgada maioria, que traduz uma suficiente base social, política, eleitoral e parlamentar para a formação de um governo democrático.

Qual então o obstáculo que impede que se concretize a possibilidade de tal alternativa?

Temos de ser claros.

O obstáculo principal são as hesitações e as vacilações do PS e do PRD ou, pior ainda como tudo indica, a sua efectiva falta de vontade de uma alternativa democrática, da única alternativa democrática possível: a que assente na convergência do PS, do PRD e do PCP.

Álvaro Cunhal no comício da Costa da Caparica comemorativo do 8 de Março — Dia Internacional da Mulher.

Págs. 1, 2 e 3/Semana

Opções decisivas

Nos dias correntes um facto ganhou saliência na vida nacional: o divórcio entre o Governo minoritário Cavaco/PSD e o povo que sofre, trabalha e luta tornou-se mais profundo.

É um fenómeno nascido do antagonismo da política de classe de sucessivos governos apostados no projecto restauracionista ao longo dos últimos onze anos, levado agora à sua expressão mais aguda e perigosa sob o actual Governo minoritário de direita, e os interesses basilares da imensa maioria da população portuguesa.

Trata-se de uma situação que não é mais possível ocultar sob o manto da demagogia governamental e da escandalosa manipulação dos órgãos de comunicação social estatizados, propriedade de todos nós, pelo Governo Cavaco/PSD, um velho manto que começa a romper por todas as costuras.

A necessidade de uma decisiva viragem na política nacional tornou-se vital e imperiosa para a democracia portuguesa. O problema da alternativa de governo e de política coloca-se de maneira ineludível.

Que alternativa?

A de um outro partido embalado em estranhos conceitos bipolarizantes e ambições hegemónicas do Poder, perfeitamente ilusórias, a materializar em novas eleições antecipadas ou não?

Ou a do conjunto dos partidos da oposição democrática em esmagadora maioria na Assembleia da República que dispõe desde já dos meios institucionais apropriados para a tornarem efectiva?

A alternativa democrática resultante do aprofundamento do diálogo e da convergência entre as forças democráticas e assente numa plataforma política minimamente aceitável por todas, correspondente à pluralidade dos interesses sociais atingidos?

Ou a da reconstituição de novas alianças perfiladas à direita, agora hegemónicas pelo principal partido da direita, como base política da reposição do plano contra-revolucionário interrompido com a ruptura da coligação PS/PSD em Junho de 1985, mas imanente na prática do actual Governo minoritário cavaquista?

A hora das opções vai chegando com celeridade.

Na presente conjuntura nacional a hegemonia política absoluta dos órgãos do Poder como objectivo confessado de algumas forças democráticas ou é uma Ingénua e inadmissível ilusão que a impiedosa realidade castigaria ou uma cortina de fumo destinada a ocultar propósitos e manobras inconfessáveis que nada têm a ver com os interesses e a defesa do regime democrático e a continuação do Portugal de Abril — e nesse caso o povo português não deixaria de tirar do facto as necessárias lições.

Se ilusão, se manobra, a lógica dos acontecimentos esclarecê-lo-á de maneira palmar à medida que a crise política se vá tornando inevitavelmente mais profunda e o Governo Cavaco/PSD vá conseguindo paralisar com êxito a iniciativa dos partidos da oposição democrática maioritária e obtendo sucessos na obstacularização de uma verdadeira alternativa democrática.

Os acontecimentos dos últimos dias e os que estão em perspectiva ou já foram anunciados são a este respeito conclusivos: camadas e sectores dos mais diversos e vastos contestam abertamente a política cavaquista, lutam de maneira activa contra ela, reclamam com veemência a solução de sentidos problemas e reivindicações, exigem a demissão do Governo de Cavaco.

É um panorama impossível de ocultar e adulterar.

Operários das fábricas e da construção civil, assalariados agrícolas, agricultores, trabalhadores dos serviços, da Função Pública, dos sectores da Saúde e do Ensino; metalúrgicos, têxteis, ferroviários, mineiros, empregados do comércio, estudantes, professores, médicos, uma vasta gama de sectores profissionais, movimentam-se e vão movimentar-se contra os despedimentos, o desemprego e os salários em atraso, contra o trabalho precário e selvagem, contra a repressão e as perseguições patronais e do Governo, por melhores salários e condições de vida, pela actualização da contratação colectiva e o aumento das reformas e pensões, pelas carreiras médicas e docentes, por instalações condígnas, pela racionalidade dos programas, contra o «numerus clausus», pelo direito ao emprego por muitas e diversificadas reivindicações que exigem solução e resposta.

Um dilema se avoluma e se impõe com ilimitada clareza ao PS e PRD — que, com o PCP, que não sem ele, podem accionar os mecanismos constitucionais para um novo rumo na política nacional: estão de acordo e na disposição de respaldar os actos e a política antipopular, antidemocrática e antinacional do Governo minoritário Cavaco/PSD ou estão do lado da imensa maioria do povo que luta contra ele e na disposição de travarem e inverterem a sua política?

Pretendem a salvaguarda do regime democrático e das conquistas fundamentais de Abril ou se dispõem a embarcar no barco arrombado da direita minoritária governante?

A grandiosa marcha de anteontem de mais de 6000 trabalhadores da Reforma Agrária até Lisboa tripulando cerca de 750 viaturas (das quais 250 tractores) constituiu uma impressionante acção para travar a ofensiva de destruição total movida pelo Governo minoritário

de direita e por um ministro da Agricultura de índole fascizante que não hesita em recorrer às ilegalidades e à violência para tentar aniquilar a mais bela conquista da Revolução de Abril.

Hoje, no Alentejo e no Ribatejo, mais de 50 000 desempregados sofrem na carne e na sua vida e dos seus a brutalidade da política de reconstituição dos latifúndios, dezenas de milhares de outros lutam por pão e trabalho na perspectiva do desemprego.

O brado: «Não toquem mais na Reforma Agrária!» sobe do mais fundo do povo trabalhador do Alentejo e do Ribatejo e encontra a profunda solidariedade de todos os trabalhadores e de todos os portugueses amantes do progresso social e da democracia.

O tocante e significativo apoio solidário aos homens e mulheres da Reforma Agrária que vieram em marcha até Lisboa da parte das populações por onde passaram é indicativo de que exigem paragem da ofensiva de destruição da Reforma Agrária — como salientavam no seu apelo os Secretariados e Uniões das UCPs/Cooperativas e os Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas dos 5 distritos da ZIRA — «um imperativo nacional».

Em breve vai ser submetida à AR a lei resultante da aprovação das duas anteriormente submetidas ao Parlamento.

Qual vai ser o comportamento dos dois partidos que as apresentaram e viram aprovadas na generalidade com o apoio do PCP, apesar da rejeição da proposta de suspensão temporária da entrega de reservas pelos deputados comunistas?

Vão consentir e lavar as mãos como Pilatos na continuação da ofensiva do Governo ou vão, juntamente com os comunistas, pôr-lhe cobro no plano legislativo e convergir com o PCP na defesa da Reforma Agrária e do pão de muitos milhares de trabalhadores?

Na semana em curso um vasto programa de lutas e acções de vários tipos segue-se a dois meses de conflitos colectivos de trabalho e assumiram já formas de particular combatividade.

Num grande número de empresas (CP, Metro, Triunfo, Sorefame, Cometna, Utic, Quimigal, EDP, Fotal, Centrel, Siderurgia Nacional, Parry & Son, Sitenor, Metalúrgica Duarte Ferreira, UCAL, Carris, Covina, Minas da Panasqueira e várias outras no plano nacional) estiveram ou estão em curso greves, concentrações, plenários de duração e formas variadas.

Na 1.ª semana de Março verificaram-se concentrações da INCM, da Carris, da Sorefame, da Cometna e outras; os trabalhadores paramédicos fizeram greve e concentraram-se em Lisboa.

Resumo

4 Quarta-feira

É divulgado um apelo à participação nas comemorações populares do 13.º aniversário do 25 de Abril assinado por 250 personalidades do campo democrático. ■ O Conselho Superior de Defesa Nacional aprova o Conceito Estratégico de Defesa Nacional e promoções nas Forças Armadas. ■ A Comissão Europeia revê as estimativas da contribuição de cada um dos «doze» para os cofres da CEE; Portugal pagará mais 15 milhões de ECU. ■ Óscar Lopes, Manuel Alegre e Urbano Tavares Rodrigues falam em conferência de imprensa sobre o Fórum de Moscovo, em que participaram. ■ Reagan admite que mentiu sobre o Irangate. ■ Os EUA apresentam em Genebra uma proposta de «tratado completo» respondendo à iniciativa soviética para a eliminação dos mísseis nucleares na Europa. ■ O director do FBI, William Webster, é nomeado por Reagan para chefiar a CIA. ■ A aviação turca bombardeia campos curdos em território iraquiano «no âmbito de um acordo entre a Turquia e o vizinho e amigo Iraque». ■ «Embora a senhora Aquino tente reforçar a sua popularidade pregando a paz e a reconciliação, tem permitido a entrada no país de agentes da CIA e mercenários do imperialismo» — afirma um comunicado do Novo Exército do Povo das Filipinas.

5 Quinta-feira

A Presidência do Conselho de Ministros informa que decorrem os exercícios NATO Wintex-Cimex para «testar os comandos militares, os procedimentos de controlo e os governos de países aliados em caso de tensão internacional». ■ Na AR debate-se a situação da mulher em Portugal. ■ Trabalhadores da Cometna, Equimetal e Sorefame exigem junto à sede da Metalgest a viabilização das empresas, a defesa dos postos de trabalho e a livre negociação; a administração fugiu ao diálogo. ■ A EDP deve fomentar o aparecimento de produtores privados de energia, afirma o ministro da Indústria. ■ Reúne o encontro de Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa. ■ Construção civil anuncia greve nacional para dia 11 contra as ilegalidades e pela actualização dos salários. ■ É capturado pela GNR Vítor Manuel Simões Jorge, acusado do assassinio de 7 pessoas na Calvaria, Porto de Mós. ■ O Governo mexicano manda substituir por pessoal estranho à Companhia de Electricidade os trabalhadores desta empresa, em greve desde 27 de Fevereiro. ■ O Presidente italiano inicia diligências para a formação de um novo Governo. ■ Milhares de hondurenhos exigem junto do parlamento do país a retirada dos «contras» e das tropas dos EUA.

6 Sexta-feira

Passa hoje o 66.º aniversário da fundação do Partido Comunista Português. ■ En-

contram-se delegações do PRD e do PCP chefiadas por Ramalho Eanes e Álvaro Cunhal. ■ Trabalhadores do metropolitano de Lisboa paralisam 24 horas contra a intransigência da administração. ■ A CGTP-IN pede uma reunião urgente do Conselho Nacional de Higiene e Segurança no Trabalho, paralisado há 10 meses. ■ O MNE da RP da China inicia uma visita à Polónia, Checoslováquia e Bulgária. ■ Iuli Vorontsov declara em Paris que a URSS admite todas as formas de controlo da retirada dos euromísseis desde que os EUA façam o mesmo. ■ Em Janeiro os desempregados na CEE eram mais de 17 milhões, anuncia a Comissão Europeia em Bruxelas. ■ Naufraga o «Herald Enterprise» no Canal da Mancha.

7 Sábado

Álvaro Cunhal participa num comício na Costa da Caparica para assinalar os 66 anos do PCP e o Dia Internacional da Mulher. ■ Reúne o Encontro Nacional do MDP/CDE. ■ «Verdadeira comissão eleitoral do PSD», o Governo de Cavaco Silva «esgota-se numa actividade de mera gestão e numa intensa propaganda» — afirma a Comissão Política do PS. ■ O PRD debate «Problemas actuais e perspectivas da regionalização». ■ Realiza-se o 1.º Encontro sobre o sector automóvel da Organização Local de Lisboa do PCP. ■ Termina em Lisboa o 1.º Encontro bancário de países de expressão portuguesa. ■ Os tarefeiros da Função Pública têm dois meses de salários em atraso — denuncia o sindicato do sul e Açores. ■ A CGTP-IN considera a atribuição de subsídio a jovens à procura do primeiro emprego insuficiente e discriminatória. ■ O exército filipino desencadeia operações militares massivas contra os guerrilheiros no sul do país. ■ a marinha de guerra e os fuzileiros intervêm contra os trabalhadores brasileiros da marinha mercante e dos portos, em greve desde 28 de Fevereiro por aumentos salariais. ■ É declarado o estado de sítio no leste do Equador devido a 5 sismos fortes e 200 réplicas que nas últimas 48 horas abalaram o país.

8 Domingo



A «Corrida pela Igualdade», integrada nas comemorações do 8 de Março

Várias iniciativas em todo o país assinalam o Dia Internacional da Mulher. ■ Carlos Brito denuncia a acção demagógica do Governo, nomeadamente quanto ao subsídio para jovens à procura do primeiro em-

prego, criado pela AR «contra a vontade do Governo e os votos do PSD e CDS». ■ Júlio Regadas é internado no hospital de S. João do Porto. ■ 4 mil toneladas de batata estão desde 27 de Fevereiro no cais de Santa Apolónia; «Só se estão à espera que apodreça, para as companhias de seguros nacionalizadas as pagarem» — comenta um dirigente sindical dos estivadores. ■ Wallid Jumblat, presidente do Partido Socialista Progressista do Líbano, declara ao «Il Giornale» que «não há hipótese de conseguir uma paz real com Gemayel no poder ou os israelitas ocupando o sul do país».

9 Segunda-feira

A rejeição das propostas do PCP pelo MDP/CDE «corresponde à consumação da ruptura da APU» — afirma Octávio Pato. ■ O PCP vai exigir a renegociação dos acordos de adesão à CEE, anunciam os deputados comunistas do Parlamento Europeu. ■ Um estudo da CGTP-IN revela que em Janeiro e Fevereiro de 1987 se registaram 85 conflitos de empresa, envolvendo 100 mil trabalhadores; cerca de 60 desses conflitos assumiram a forma de greve. ■ «Vale a pena lutar» — sublinham as ORT's da Cometna, após a administração ter garantido o pagamento da parte em atraso dos salários de Fevereiro. ■ O democrata-cristão italiano Giulio Andreotti é indigitado para formar um novo Governo. ■ Morre Paulo Quintela, professor jubilado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e destacado democrata.

10 Terça-feira



Trabalhadores da Reforma Agrária realizam uma Marcha para Lisboa, exigindo o fim da ofensiva do Governo contra as UCP's e cooperativas e a reposição da legalidade na zona de intervenção. ■ AR discute adesão de Portugal à CEE, no primeiro aniversário e a propósito da aprovação do Acto único Europeu. ■ Os trabalhadores das empresas abastecedoras de aviões paralisam contra a imposição de um tecto salarial pela administração. ■ Parte para uma visita de 6 dias à URSS uma delegação da Assembleia da República chefiada pelo presidente Fernando Amaral. ■ Uma explosão na corveta «António Enes» à entrada do porto da Horta provoca 4 mortos e duas dezenas de feridos. ■ Vernon Walters, embaixador dos EUA na ONU, deixa Lisboa depois de uma visita de três dias. ■ Iniciam-se conversações em Genebra entre os EUA e a URSS para elaborar um tratado sobre a eliminação das armas nucleares de médio alcance na Europa. ■ A população árabe dos Montes Golan cumpre um dia de greve geral contra o assassinio de uma mulher pelas tropas israelitas.

Ontem, dia 11, greve da parte da tarde dos metalúrgicos, metalomecânicos e mineiros com concentrações em Lisboa, Porto, Coimbra e Braga; início de greves (que vão ainda continuar) nas Abastecedoras de Aeronaves, nas IPSS (Instituições Privadas de Solidariedade Social); na CP (sectoriais, até 16/3).

Hoje, dia 12, greve dos trabalhadores da Segurança Social; desfile de mulheres de Lisboa e Setúbal até à AR; acção de rua dos activistas sindicais do distrito de Castelo Branco.

Se a estas juntarmos as acções e greves de professores, de trabalhadores das cantinas e refeitórios escolares, do pessoal não docente do Primário e Secundário e outras, teremos um quadro sugestivo no seguimento dos 85 conflitos de empresa (35 em Janeiro e 50 em Fevereiro envolvendo mais de 100 000 trabalhadores), 60 dos quais assumiram a forma de greve nos dois primeiros meses de 1987.

Neste vasto contencioso social que pensam fazer o PS e o PRD? Dispõem-se a apoiar as justas reivindicações dos trabalhadores ou a deixarem levar avante, sem uma séria reacção, a ofensiva laboral do Governo Cavaco/PSD?

As Interrogações que fazemos têm inteira razão de ser. Quando se ouve o secretário-geral do PS, Vítor Constâncio, reviver a estafada proposta de um «acordo de regime» para uma revisão «consensual» da Constituição, quando defende a mais que suspeita «des-caracterização Ideológica» da Lei Fundamental do País, quando diz que a «esquerda democrática» (a que realizou a «Convenção» sob a égide e para o reforço da base do PS) é a «solução mais adequada» aos Interesses populares e «a opção mais querida» do povo, têm os portugueses democratas razão para estarem preocupados com as posições enunciadas pelo PS relativamente à política do Governo minoritário de direita.

Se nos detivermos nas perniciosas consequências para a agricultura portuguesa e para o conjunto das nossas actividades económicas, em resultado da adesão à CEE, podemos abarcar todo o vasto quadro dos prejuízos que podem advir para Portugal e para o povo português da continuação do Governo Cavaco/PSD e da sua ruinosa política.

Como atrás dizemos, a hora das opções decisivas está chegando com celeridade.

É tempo de considerar de maneira responsável as propostas políticas do PCP visando o aprofundamento da convergência e a alternativa democrática. De um PCP insubstituível para a necessária viragem política que a situação nacional exige. De um PCP cujas comemorações do seu 66.º Aniversário mostraram toda a vitalidade e força.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista
Português. Rua Soeiro Pereira Gomes -
1699 - Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro
Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Rua Santos Dumont, 57-3.º
- 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL, Serviços Centrais: Av. Santos
Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa de Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 - 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:
Alcargova de Baixo, 13 - 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:
Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto
R. Miguel Bombarda, 57B - 4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B
- 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50
Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º
- 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e Impresso na Heeka
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Fevereiro: 30 688

Semana

Avante!

Ano 56 - Série VII

N.º 689

12 de Março de 1987

2.º Caderno

Não pode ser vendido separadamente



Imagens do comício que no último sábado levou centenas de pessoas às instalações do Grupo Amigos da Costa, prestigiosa colectividade que na altura ofereceu ao Partido uma bela recordação evocativa dos seus 66 anos de vida e luta

Comício na Costa de Caparica

Dar continuidade à Conferência sobre a Emancipação da Mulher

Há que «dar continuidade à Conferência do Partido sobre a emancipação da mulher no Portugal de Abril». Há que «não esquecer as suas conclusões, mas pelo contrário, traduzir em actos, em decisões, em iniciativas, dentro e fora do Partido, uma nova dinâmica de luta para que à mulher sejam reconhecidos e assegurados na prática os seus justos direitos», como acentuou o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, na intervenção que proferiu no último sábado na Costa da Caparica, num comício promovido pela Comissão Concelhia de Almada do PCP.

Assinalando o 66.º aniversário do Partido (6 de Março) e o Dia Internacional da Mulher (8 de Março), o comício encheu por completo o salão do Grupo Amigos da Costa, prestigiosa colectividade localizada no Bairro dos Pescadores. A situação política e a necessidade de urgente substituição do actual Governo minoritário por um governo democrático que defenda os interesses nacionais, a situação e os problemas da mulher em Portugal (tema desenvolvido na intervenção do camarada Álvaro Cunhal), o reforço do Partido, a campanha organizativa em curso e a situação social no concelho de Almada (intervenção da C. Concelhia do PCP) foram aspectos abordados durante o comício.

Antes desta iniciativa, o secretário-geral do Partido tinha participado num almoço-convívio nos Bombeiros da Trafaria, e visitado o

parque de campismo da SFUAP (o Piedense), o Centro de Trabalho «Joaquim Júlio» (pescador comunista que morreu no mar), e as instalações do Grupo Amigos da Costa.

Além dos camaradas Álvaro Cunhal e João Bernardino, membro do Comité Central e da Direcção Regional de Setúbal (DORS), faziam parte da Mesa que presidiu ao comício os seguintes camaradas da organização concelhia de Almada: João Lourenço, da Comissão de Freguesia do PCP e presidente do Grupo Amigos da Costa, Nunes Santos e Antónia Fortunata, também da CF; Rui Jorge, do executivo concelhio da Juventude Comunista Portuguesa, e José Simões, Daniel Oliveira, Acácio Rodrigues e Maria Catarina, membros da Comissão Concelhia de Almada do PCP.

Rui Jorge dirigiu uma saudação

e falou dos problemas da juventude, enquanto Maria Catarina, intervindo em nome da C. Concelhia, apontou alguns aspectos da situação social que se vive em Almada e saudou as mulheres do concelho na passagem do «8 de Março».

No decorrer do comício foram oferecidas ao Partido, através do camarada Álvaro Cunhal, várias lembranças evocativas do 66.º aniversário, entre as quais as do Grupo Amigos da Costa, da Comissão de Freguesia do Partido (bela miniatura de um barco oferecida por pescadores), e de grupos de mulheres e jovens.

Um exemplo e um estímulo

Momento particularmente vibrante deste comício foi a entrega de cartões a três novos militantes do Partido: Moisés Santos, pescador da Costa de Caparica, Maria Fátima Costa e Maria Rosa Santos. A estes camaradas, o secretário-geral do PCP dirigiu uma fraternal saudação, salientando que «nunca terão razões para se arrependem do importante passo em frente que decidiram dar».

E acrescentou:

«Estamos certos de que encontraremos no Partido um ideal nobre

pelo qual vale a pena lutar, a defesa dos interesses do povo português e de Portugal como razão de ser da própria acção do Partido, formas democráticas de funcionamento e honestidade, determinação, coragem e fraternidade.»

Referindo-se ao momento que se acabava de viver no salão do Grupo Amigos da Costa como «um acto simples e desprezencioso, mas de elevado significado na situação política e na campanha organizativa do nosso Partido», o camarada Álvaro Cunhal afirmaria mais adiante:

«Gostaríamos que este acto não tivesse apenas um valor simbólico, mas sim que fosse tido como exemplo e estímulo. E que por toda a parte se multiplicassem novos recrutamentos, designadamente de mulheres.»

O comício prosseguiria então com o discurso do camarada Álvaro Cunhal, iniciado com cinco breves saudações: ao Grupo Amigos da Costa, ao Bairro dos Pescadores, ao povo da Costa de Caparica, «aos que aqui se encontram não sendo comunistas» e aos camaradas do PCP e da JCP.

Nestas três primeiras páginas da *Semana* publicamos extractos significativos da intervenção proferida pelo secretário-geral do PCP.

Intervenção de ALVARO CUNHAL

(...)

É da Mulher, da sua situação, dos seus direitos e da sua luta que hoje aqui particularmente nos ocupamos.

(...)

A comemoração deste dia chama a atenção geral para os problemas da mulher. Mas para nós, comunistas, que inscrevemos entre os grandes objectivos do nosso programa a emancipação da mulher, **Dia da Mulher são todos os dias, porque para o Partido em todos os dias estão presentes os seus problemas e todos os dias devem ser dias de luta para que os seus justos direitos sejam alcançados.**

Vitória sobre a rotina, a inércia, os preconceitos e as resistências

Ainda há poucos meses, no dia 15 de Novembro último, o nosso Partido realizou uma grande Conferência de âmbito nacional subordinada ao tema «A emancipação da mulher no Portugal de Abril».

(...)

A própria realização da Conferência, pela temática, pelo trabalho que antecedeu, pelo carácter democrático que assumiu, pelos debates realizados, pela abertura à divergência e à crítica, pelas opiniões expressas, pelas conclusões finais, constituiu uma vitória sobre a rotina, a inércia, os

SOBRE A CÉLULA DE EMPRESA

Preço 40\$00

A sua leitura e discussão poderão servir os membros do Partido a compreender melhor o que é a organização, o que é uma organização de base, o que é a acção do Partido.



O vídeo

Segundo um daqueles folhetos que, pelo menos dantes, se distribuía aos instrutores da Escola Prática de Infantaria de Mafra, a espingarda automática 7,62 m/61; G 3 é uma «arma destinada à execução do tiro individual, eficaz até aos 300 metros, podendo utilizar-se no corpo a corpo, quando se lhe adapta o sabre-baioneta (modelo com guarda-mão de madeira ou baquelite)». A espingarda G 3 tem um alcance máximo de 4 quilómetros, alcance útil de 300 metros, um alcance prático de 300 metros, tem uma velocidade inicial de 700 a 800 metros por segundo e uma cadência de tiro de 550 a 600 tiros por minuto.

Teoricamente, portanto, a espingarda automática 7,62 m/61; G 3 pode matar 550 a 600 pessoas por minuto.

Conforme se sabe, a Guarda Nacional Republicana encontra-se desde há alguns anos equipada com esta arma. Cada soldado da GNR possui uma espingarda automática 7,62 m/61; G 3 com uma cadência de tiro de 550 a 600 tiros por minuto.

Considerando que a GNR não é uma força que se destine a grandes actividades em campos de batalha onde tenha de defrontar equipamentos bélicos com idênticas características, sempre pareceu estranho que lhe fosse distribuído armamento caracterizadamente de guerra. Sucedendo aliás que não é o único: a GNR tem blindados, metralhadoras, granadas, morteiros e outros objectos cuja utilização na manutenção da ordem pública poderá conduzir a situações não apenas de manutenção da ordem, mas de total aniquilamento do público — por morte.

Durante a marcha para Lisboa de trabalhadores da Reforma Agrária os homens e mulheres que vieram do Alentejo e Ribatejo encontraram frequentemente, ao longo de quilómetros e quilómetros de estrada, muitos e muitos GNR. Não constituiu para eles novidade.

Com blindados, metralhadoras, granadas, morteiros — e espingarda automáticas 7,62 m/61; G 3, centenas e centenas de soldados, oficiais e sargentos da GNR têm sido uma presença constante nos campos da Reforma Agrária no sentido de transformarem em coutadas de luxuosas e ignóbeis caçadas para ricos ociosos o que eram campos cultivados pelo suor e pelo braço do Homem.

Durante o dia de terça-feira a GNR apresentou porém ao público um novo instrumento do seu equipamento: uma câmara de vídeo.

Devidamente fardado, equipado com a conveniente parafernália televisiva, um soldado da GNR havia substituído a espingarda automática 7,62 m/61; G 3 por uma câmara que assitava sobre os trabalhadores e manifestantes.

A câmara, claro, não disparava no sentido balístico do termo: disparava no sentido televisivo.

Isto é: o soldado da GNR filmava os manifestantes e nesta actividade dispensou várias horas e múltiplas cassetes de vídeo.

Ninguém nesta terra é suficientemente parvo para perguntar — para quê?

A PIDE costumava filmar as romagens aos cemitérios do Alto de S. João ou do Prado do Repouso em dias de 5 de Outubro, a PSP filmava manifestações de 1.º de Maio ou reuniões sindicais — para fichas. Isto, durante o fascismo.

Hoje, os serviços de espionagem e bufaria do sr. Cavaco Silva dispõem — conforme se tem vindo a saber — de assassinos a soldo do GAL que fazem fichas de militantes de partidos democráticos.

A GNR e outras forças policiais dispõem de câmaras de vídeo. Quem vai ver as cassetes? Trata-se de um gosto particular do sr. ministro da Administração Interna, de um secreto gosto do sr. primeiro-ministro — ou trata-se de ampliar fichas e ficheiros, imagens e retratos, nomes e referências?

E para quê? Depois do retrato, da ficha, do nome, do vídeo, será mais eficaz a espingarda automática 7,62 m/61; G 3?

Os srs. deputados do PS, do PRD, as direcções dos respectivos partidos, os seus militantes, os democratas entendem que é de continuar a dar tempo a governos como este do sr. Cavaco Silva para pagar bufos e comprar câmaras de vídeo para fazer fichas de trabalhadores e de democratas?

■ RC

PCP

A necessidade de uma viragem democrática

Intervenção
de **ÁLVARO CUNHAL**

preconceitos e as resistências mais ou menos activas daqueles que se recusam a reconhecer à mulher os direitos que o homem tem.

A Conferência Nacional, como na altura foi sublinhado, constituiu não só um marco no processo emancipador da mulher portuguesa mas um importantíssimo passo na luta do Partido pela emancipação da mulher e na luta das mulheres pela sua própria emancipação.

Foi uma vitória, foi um marco, foi um passo.

É porém absolutamente certo que grande parte do seu valor se perderia, grande parte das suas análises e linhas orientadoras seriam condenadas a ficarem como letra morta, se não déssemos continuidade à Conferência, se não impulsionássemos decididamente a acção do nosso Partido e a luta das mulheres na base das conclusões da Conferência.

O maior valor da Conferência virá a estar não na sua própria realização (que foi entretanto um acontecimento de mais alta importância) mas na continuidade que dermos ao seu trabalho.

Ao facto de aqui estarmos, neste dia, numa iniciativa do Partido para comemorarmos o dia 8 de Março gostaria que se desse um significado preciso: a nossa determinação em dar continuidade à Conferência do Partido sobre a emancipação da mulher no Portugal de Abril, a nossa determinação em não deixar que se esqueçam as suas conclusões, mas, pelo contrário, **em traduzir em actos, em decisões, em iniciativas, dentro e fora do Partido, uma nova dinâmica na luta para que a mulher sejam reconhecidos e assegurados na prática os seus justos direitos.**

A luta do Partido e a luta da mulher

É este um lugar apropriado para declarar que as mulheres trabalhadoras e a mulher portuguesa em geral **podem estar certas de que o PCP responderá à expectativa e à esperança que a Conferência suscitou.**

(...)

Podem também as mulheres estar certas de que o PCP continuará combatendo as mais diversas ideologias reaccionárias que com as mais diversas elaborações pretendem que a mulher é um ser inferior ao homem, e que só lhe cabem na sociedade (no trabalho, na profissão, na vida social, na família) situações de inferioridade, subalternidade e submissão.

Podem as mulheres confiar: o PCP não desmerecerá da confiança que nele depositam muitas centenas de milhares de mulheres portuguesas. **O PCP confirmará pela sua acção ser o mais conseqüente (se não o único conseqüente partido) na defesa dos interesses e direitos da mulher trabalhadora e da mulher portuguesa em geral.**

A luta do nosso Partido é não só importante, mas insubstituível e em muitos aspectos decisiva.

Mas não dizemos às mulheres: «podeis esperar de braços cruzados que o PCP, pela sua luta, consiga a solução dos vossos problemas». Não, não o dizemos. A solução dos problemas depende em larga medida da luta das próprias mulheres.

Por isso, ao mesmo tempo que empenha as suas forças na luta, o PCP proclama que, para defenderem os seus interesses, direitos e aspirações, **as mulheres têm de tomar o seu destino nas suas próprias mãos.**

E para isso devem unir-se. E para isso devem organizar-se. E para isso devem participar nos sindicatos. E para isso devem participar nos

movimentos femininos unitários, como é o caso do Movimento Democrático de Mulheres (MDM).

(...)

A luta das mulheres e a defesa de Portugal de Abril

Na fase da vida nacional que vivemos em Portugal, a luta para que sejam reconhecidos e consagrados os direitos das mulheres, é inseparável e é mesmo parte integrante da luta em defesa das liberdades e direitos alcançados com a revolução de Abril, da luta em defesa do regime democrático e das suas conquistas.

Assim como a Revolução de Abril representou para a mulher o reconhecimento e a conquista de importantes direitos, assim o processo contra-revolucionário conduzido por sucessivos governos nos últimos 11 anos atingiu duramente esses direitos.

Agravam-se as discriminações salariais e a desigualdade dos salários em relação ao homem embora o trabalho seja igual. Agravam-se as



Juventude, uma presença saliente no comício do último sábado.

discriminações relativas aos cargos de direcção e de chefia. Alastra o trabalho precário sem quaisquer regalias sociais. Agrava-se a prioridade no desemprego. Agravam-se as duras condições de trabalho. Agravam-se as discriminações sociais da mais variada espécie e a classificação social da mulher segundo os critérios mais reaccionários. E renascem e proliferam as teorizações e a propaganda das ideias mais retrógradas e

Nacional



Encontro PCP-PRD

Na passada segunda-feira realizou-se um encontro de delegações do Partido Comunista Português e do Partido Renovador Democrático. A reunião efectuou-se na sede do PRD e a pedido do PCP. A delegação do PCP era constituída por Álvaro Cunhal, secretário-geral, Octávio Pato, da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, e Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC e presidente do Grupo Parlamentar do PCP. Pelo PRD participaram Ramalho Eanes, presidente, Magalhães Mota, da Comissão Directiva e presidente do Grupo Parlamentar do PRD, Medeiros Ferreira e Ivo Pinho, da Comissão Directiva.

O obstáculo principal à alternativa democrática

conservadoras acerca da mulher e de uma suposta função política, social, cultural e familiar que manteria para sempre a mulher numa situação desigual, subalternizada e humilhante tal como tem sido ao longo dos séculos.

(...)

A luta para que sejam assegurados os direitos da mulher implica, no plano político, a luta contra a política do Governo de direita, por uma viragem democrática na vida nacional, por um governo democrático com uma política democrática.

Não é exagero dizer-se que a luta por uma viragem democrática na política portuguesa, a luta pela substituição do Governo de direita de Cavaco Silva por um governo democrático, corresponde inteiramente aos justos objectivos da luta das mulheres em defesa dos seus interesses e direitos.

(...)

É indispensável ampliar, reforçar, multiplicar a participação das mulheres nas lutas mais diversas que presentemente se travam (nas fábricas, nas empresas, nos campos, nas escolas, nos hospitais) contra a desastrosa política do Governo e pela formação de um governo democrático.

A necessidade e a urgência de uma viragem democrática

(...)

A política do Governo PSD de Cavaco Silva é desastrosa em todos os aspectos da vida nacional.

(...)

Desastrosa para a independência e a soberania nacionais dia a dia diminuídas, feridas, comprometidas, pela política de submissão do governo aos Estados Unidos e aos países da CEE, por concessões económicas, políticas, diplomáticas e militares que transformam o Governo Cavaco Silva num pau-mandado do estrangeiro e transformam Portugal numa base de conspirações e operações agressivas, de intriga e de provocação internacional do imperialismo norte-americano.

E aqui cabe dizer que continuamos a exigir que sejam apurados os compromissos assumidos e as responsabilidades do Governo e de outras autoridades no escândalo do «Irangate» (o caso das armas para o Irão e do apoio aos contras da Nicarágua) e a exigir também que seja formalmente declarado que Portugal não aceitará a instalação no seu território das bases militares norte-americanas que a Espanha irá pôr fora.

Finalmente, camaradas, os perigos da continuação deste Governo e a necessidade e urgência de uma viragem democrática impõem-se porque as liberdades e direitos dos cidadãos estão a ser limitados e atingidos dia a dia e o regime democrático está verdadeiramente em perigo.

Agora já o Governo não pode negar que, no âmbito dos Serviços de Informação estão em andamento novas políticas. Agora não é suposição, é um caso concreto.

Um caso concreto de bufaria junto de partidos políticos (concretamente junto do PCP) por bufos por um lado directamente ligados a oficiais dos Serviços de Informação Militar, e, por outro lado, participantes em actividades terroristas (assassinatos e outras) de organizações de extrema direita (o GAL, no concreto) cujas raízes na embaixada dos Estados Unidos e na CIA estão mais que provadas.

O Governo, certas autoridades e certa imprensa corrompida procuram lançar nuvens de fumo e de provocação sobre o caso.

Nós exigimos pleno esclarecimento, que sejam apuradas responsabilidades e que seja posto definitivamente termo à formação de novas PIDE's sob o disfarce de Serviços de Informação.

Não é porque sejamos um partido de oposição sistemática, mas porque somos um partido fiel à democracia e à independência nacional, um partido que defende o povo e defende a Pátria, que combatemos o actual Governo e reclamamos a sua urgente demissão e a sua urgente substituição por um governo democrático.

A possibilidade da convergência e o principal obstáculo

A consciência dessa necessidade e dessa urgência ganha sectores cada vez mais amplos da população.

Entretanto, tomadas pela dúvida muitas pessoas dizem assim: «Concordamos que é necessário, concordamos que é urgente, mas será possível?»

Como responde o nosso Partido a esta pergunta?

Responde em três termos: Primeiro que é difícil, segundo que é possível, terceiro que depende da nossa posição, da nossa luta, da nossa confiança, de nós todos, — portugueses e portuguesas que temos consciência da necessidade e urgência de uma viragem política e da formação de um governo que resolva os problemas nacionais.

Se considerarmos a actual correlação de forças (isto é, o peso relativo das forças de direita e das forças da democracia) que observamos? Observamos que existem condições básicas que tornem possível uma alternativa ao Governo actual.

A primeira é o cada vez mais largo e profundo descontentamento, bem expresso na vaga de lutas e iniciativas de massas dos trabalhadores, dos agricultores, da juventude, dos professores, dos médicos, dos enfermeiros, dos pescadores e de outras profissões e camadas sociais.

A segunda é o facto (que contrasta com anos anteriores) de existir uma certa abertura ao diálogo entre todos os partidos democráticos, diálogo que em alguns casos concretos se tem traduzido numa convergência efectiva, designadamente na Assembleia da República.

A terceira é a situação institucional que está aí à vista de todos: o Governo de Cavaco Silva é um Governo minoritário que dispõe apenas de apoio de 88 deputados no total dos 250 deputados da Assembleia da República, enquanto que os partidos democráticos na oposição têm em conjunto 140 deputados, portanto uma folgada maioria, que traduz uma suficiente base social, política, eleitoral e parlamentar para a formação de um governo democrático.



Reforçar o Partido, lutar por uma alternativa democrática — um lema que mobiliza os comunistas

Qual então o obstáculo que impede se concretize a possibilidade de tal alternativa?

Temos de ser claros.

O obstáculo principal são as hesitações e as vacilações do PS e do PRD, ou, pior ainda como tudo indica, a sua efectiva falta de vontade de uma alternativa democrática, da única alternativa democrática possível: a que assente na convergência do PS, do PRD e do PCP.

Não há outra alternativa possível. Recusar esta é permitir que continue a política de direita, a miséria do povo, a destruição da democracia, o comprometimento da independência nacional.

Para que não se semeiem ilusões, para que todos compreendam que **uma viragem na política nacional não se dará se esperam passivamente que as direcções dos partidos resolvam por si sós a alternativa, antes exige a participação, a iniciativa e a luta crescente de todos os democratas e patriotas portugueses, — temos de dizer algumas duras verdades.**

Algumas duras verdades

Recentes afirmações são susceptíveis de decepcionar os que esperavam do PS uma política de esquerda e confirmam fortes motivos de apreensão quanto à acção futura do PS.

O secretário-geral do PS, Vítor Constâncio, falando recentemente na Beira Baixa, insistia numa ideia fundamental que é forçoso reter para melhor se compreender a política do PS: que o PS defende «um aperfeiçoamento do sistema político assente em dois grandes partidos (diz ele), como sucede em países europeus».

Outro dirigente do PS, António Guterres, em entrevista ao DN de 24.2.87, sublinha categoricamente três ideias:

- 1.ª — Que no actual quadro parlamentar o PS não está interessado em liderar a formação de um governo.
- 2.ª — Que o PS não está interessado em voltar ao poder antes da realização de novas eleições.
- 3.ª — Que um dos piores males do Governo Cavaco Silva é não ter realizado as anunciadas «reformas de fundo» relativas ao sector empresarial do Estado, à legislação laboral e à Reforma Agrária.

E ainda outro dirigente do PS, A. Barreto, dá a nota final a este rol de ideias dizendo que uma aproximação com o PCP não será possível «antes de 10 ou 20 anos e sem os comunistas alterarem radicalmente a sua visão da história» (DN, 2.3.87).

Que significam estas posições, camaradas?

Significam que o PS continua disposto a deixar avançar as ofensivas criminosas do governo contra os trabalhadores, contra as nacionalizações, contra a Reforma Agrária, contra as liberdades e direitos dos cidadãos, contra o sistema democrático de eleições.

Significam, ao fim e ao cabo, que o PS parece continuar a apontar para um sistema de «bipolarização» e de «alternância» PS/PSD aconselhado pelo ex-embaixador ciático dos Estados Unidos, sr. Shakespeare, sistema que significaria ora o PSD ora o PS no governo, alternando os partidos, alternando as pessoas, mas realizando uma política cuja identidade em questões fundamentais ficamos a conhecer nos últimos 11 anos de comprometimento e colaboracionismo do PS com a política de direita.

Significa também que o PS, para que tal «bipolarização» possa ter lugar, aposta (e isto são eles próprios que o dizem) não tanto na diminuição das forças de direita, mas na destruição do PRD e na diminuição do PCP, nem que para isso aprovelem novas leis eleitorais anti-democráticas.

E o PRD? Também no PRD se manifestam hesitações em importantes questões da política nacional. Mas, numa coisa faça-se justiça: o PRD manifestou expressamente ao PS a sua disponibilidade para encetar uma alternativa democrática ao actual Governo. E é o PS que recusa.

Os motivos de preocupação não resultam apenas da definição das

grandes orientações políticas destes partidos mas também de muitos aspectos da sua actuação quotidiana.

Assim, foram levados à Assembleia da República projectos de lei dos partidos democráticos para pôr fim à ofensiva contra a Reforma Agrária, suspendendo a entrega de reservas até estar concluído o inquérito em curso às ilegalidades e irregularidades do MAP. Mas tanto PS como PRD não andam para a frente, o que equivale a deixarem o Governo prosseguir os seus verdadeiros crimes.

(...)

Nós temos feito e continuaremos a fazer tudo quanto está ao nosso alcance para tornar possível a formação de um governo democrático com a participação ou apoio dos partidos democráticos.

Temos defendido e continuaremos a defender a convergência dos partidos democráticos.

Toda a nossa actuação tem demonstrado que a nossa preocupação fundamental não é obter vantagens partidárias, mas dar uma contribuição efectiva para pôr cobro a uma política desastrosa e para tornar possível finalmente uma política democrática.

Mas os factos mostram que a luta pela convergência democrática não dispensa, antes exige, o esclarecimento de atitudes, decisões e orientações de outros partidos democráticos que a entravam e impedem.

(...)

A necessidade do reforço do PCP e as mulheres no PCP

(...)

Pelos seus objectivos e pela sua acção de hoje e de sempre, o Partido Comunista Português é sem contestação o partido que melhor defende os interesses e direitos da mulher, o único partido consequente na luta pela emancipação da mulher.

Essa elevada contribuição tem necessariamente como importantes expressões a luta das mulheres comunistas e a militância das mulheres no PCP.

A par da acção política e de massas do Partido para promover e organizar a luta das mulheres em todas as frentes, que fazemos nós para reforçar a participação e o papel das mulheres no nosso próprio Partido?

Em primeiro lugar, colocamos como nossa tarefa o **desenvolvimento dos quadros femininos no Partido, a ajuda às nossas camaradas para a sua preparação, desenvolvimento e promoção.**

Muitas camaradas têm altas responsabilidades no Partido, em todos os organismos, incluindo o Comité Central. No total são sem dúvida muitas, mas é necessário que a muitas outras sejam dadas as possibilidades e oportunidades de assumir maiores responsabilidades.

Em segundo lugar, **continuamos o trabalho educativo**, de forma a preparar todas as organizações e militantes para uma acção conforme com a orientação do Partido, combatendo sistematicamente ideias erradas e mentalidades retrógradas que se manifestam, e combatendo também (numa luta que será certamente demorada e difícil) concepções, hábitos, tendências e preconceitos que contrariam direitos das mulheres, designadamente o direito à igualdade.

Em terceiro lugar, colocamos como grande tarefa o **recrutamento de mais mulheres para o Partido.**

O PCP é o partido português que de longe mais mulheres tem nas suas fileiras: mais de 40 000. E entretanto nós dizemos: São muitas, mas é necessário que muitas mais venham ao Partido.

Nós dizemos às mulheres: «Vem ao PCP. Podes procurar toda a tua vida, não encontrarás outro partido que defenda os teus direitos com tanta compreensão dos teus problemas, com tamanha coerência, com tanta firmeza, com tanta dedicação. Se és uma mulher consciente dos teus direitos, podes estar certa que o teu lugar certo é no PCP».

(...)

PCP

Os 66 anos do PCP comemorados em todo o País

Também houve bolos e velas acesas. Fizeram-se saúdes. Cantaram-se os «parabéns a você» e desejaram-se muitos anos de vida. O 66.º aniversário do PCP teve disto e muito mais, em todo o País, por iniciativa das organizações. Festas, convívios, exposições, colóquios, debates, assembleias, inaugurações de Centros de Trabalho, reuniões, comícios, saudações, actividades desportivas, etc., foram iniciativas levadas a cabo nos últimos dias e particularmente no passado fim-de-semana para evocar os 66 anos de luta do Partido Comunista Português. Uma data comemorada em íntima ligação com as realidades, com as tarefas dos comunistas, e, naturalmente, com uma outra efeméride de especial significado para os democratas: o 8 de Março, Dia Internacional da Mulher. Na impossibilidade de levar aos nossos leitores uma informação sobre todas as iniciativas realizadas — como seria possível tratar mesmo em pequenas notícias centenas e centenas de acções realizadas em todo o País? — deixamos de seguida uma breve panorâmica do que de mais significativo se passou nalgumas regiões, isto no momento em que todo o Partido está empenhado numa campanha de reforço organizativo. Entretanto, as iniciativas do 66.º aniversário continuam, como sucede, por exemplo, no Porto já no próximo fim-de-semana.

Visita ao distrito de Braga

Do vasto painel de iniciativas realizadas no Minho, saliente-se a visita ao distrito de Braga pelo camarada José Vitoriano, membro da Comissão Política do Partido e vice-presidente da Assembleia da República. O dirigente comunista participou numa sessão pública em Vizela, num jantar-convívio em Braga (entre os 250 participantes contavam-se delegações do PS e PRD e militantes do MDP), num encontro com pescadores em Espoende e num convívio promovido pela Comissão Concelhia de Fafe.

Ainda no distrito de Braga vários dirigentes do Partido participaram em iniciativas promovidas pelas organizações, como sucedeu em Vila Verde, Famalicão, Guimarães e Barcelos. Inter-vindo num convívio realizado em Guimarães, António Lopes, membro suplente da Comissão Política do CC, salientou as possibilidades do reforço do Partido naquele concelho.

Um novo CT no distrito do Porto

Na Maia foi simbolicamente inaugurado o novo Centro de Trabalho concelhio. Situado em Vermoim, no Bairro do Sobreiro, o maior e mais populoso bairro do concelho da Maia (800 fogos e mais de 4000 habitantes), o novo Centro de Trabalho foi considerado pelo camarada João Fonseca, membro do CC e da DORP, como mais um valioso contributo para o desenvolvimento da luta dos trabalhadores e da influência do Partido naquele concelho e, particularmente na zona interior da Maia, onde se situa. Um animado convívio envolveu a participação de dezenas de camaradas justamente orgulhosos pelo cumprimento dos objectivos da campanha de fundos que culminou com a compra do novo Centro de Trabalho.

Um jantar com perto de duas centenas de participantes marcou em Gondomar, na escola preparatória do Monte da Burra, a passagem de mais um ano de vida do Partido. Na ocasião, falou das principais tarefas e da luta o camarada Sérgio Teixeira, membro do CC e da DORP.

Uma banca de rua em Campo/Valongo para venda de materiais e divulgação da Imprensa do Partido; a festa-convívio no Centro de Trabalho de Valongo, com a intervenção da camarada Teresa Lopes, do CC e da DORP; um jantar em Vila do Conde com a presença da camarada Rosa Dias, do CC e da DORP; e o jantar no Centro de Trabalho da Boavista com a projecção de um filme, foram outras acções de convívio que juntaram centenas de camaradas, amigos e simpatizantes do Partido, nestes 66 anos de vida e luta.

Um último apontamento sobre o distrito do Porto para a jornada realizada em Matosinhos, por iniciativa do executivo dos sectores profissionais da Comissão Concelhia local. Desporto, almoço-convívio e intervenção política por António Mota, do CC e da DORP, foram momentos altos dessa iniciativa.

No distrito de Aveiro

Cerca de 500 pessoas — militantes e simpatizantes do Partido e democratas de diferentes tendências — participaram nas iniciativas comemorativas do 66.º aniversário do PCP realizadas durante o passado fim-de-semana no distrito de Aveiro.

Doze organizações concelhias do distrito programaram acções diversas, oito das quais decorreram nos dias 6, 7 e 8 de Março tendo participado nalgumas delas camaradas da direcção do Partido. Foi o que aconteceu com o almoço-convívio da organização de Águeda, realizado no domingo em Arrancada do Vouga, onde estiveram mais de 100 pessoas e que contou com a presença do camarada Jaime Serra, da Comissão Política do Comité Central.

No jantar-convívio de Albergaria-a-Velha realizado no sábado, naquela vila, participou o camarada Vidal Pinto, membro suplente da Comissão Política do CC.

Além de Albergaria-a-Velha, o camarada Vidal Pinto esteve presente e fez intervenções em Vila Chã de S. Roque onde decorreu uma iniciativa de 60 participantes, e em Ovar, num almoço de confraternização que reuniu também mais de meia centena de pessoas.

Em Estarreja nas instalações do Centro de Trabalho do Partido, decorreu no domingo um convívio em que participou o camarada César Roussado, membro suplente do CC do PCP. Também esta iniciativa registou 60 presenças.

Outras acções decorreram em S. João da Madeira, na Feira e em Ílhavo. No primeiro caso tratou-se de um debate sobre as conclusões da Conferência do PCP sobre «a emancipação da Mulher no Portugal de Abril», precedido de um almoço-convívio. Na Feira realizou-se uma sessão-debate que incidiu particularmente na situação social do concelho, com a denúncia de diversas situações de trabalho precário e de trabalho infantil. Foi igualmente passado um vídeo sobre a história do Partido. Em Ílhavo decorreu um jantar-convívio na Gafanha da Nazaré que registou a adesão de 60 pessoas, na sua maioria simpatizantes e amigos do Partido.

Comunistas do Pico (Açores) inauguraram novo CT

Se em Alpijarça no distrito de Santarém o aniversário do Partido foi comemorado numa Assembleia de organização, na Região Autónoma dos Açores os comunistas também tiveram razões para manifestar a sua alegria combativa e a inabalável confiança no futuro: na Ilha do Pico era inaugurado um Centro de Trabalho. Aconteceu no passado sábado.

Logo de início, nas novas instalações, realizou-se uma sessão que contou com a presença de muitas dezenas de militantes, simpatizantes e amigos de toda a ilha do Pico.

Nessa sessão usaram da palavra os camaradas António Tiago da Luz, membro da DORAA e responsável pela organização do Partido no Pico; Manuel Ilídio da Silveira, membro da DORAA e do secretariado da Comissão Concelhia de S. Roque; e Eduarda Mendonça, da Concelhia de S. Roque.

A encerrar as intervenções usou da palavra o camarada José Decq Mota, do Comité Central e responsável da DORAA que a dado passo afirmou: «a inauguração deste Centro de Trabalho, modesto, mas funcional e dignamente arranjado, corresponde, sem dúvida, ao desenvolvimento de uma nova fase do nosso trabalho nesta ilha do Pico, nova fase essa que se traduzirá na consolidação do que se já conseguiu e no rápido alargamento da organização e da influência social e política do Partido no Pico».

Mais adiante, afirmou que «muito felizes nos sentiremos quando for possível inaugurar Centros de Trabalho nos outros dois concelhos desta ilha. Essa possibilidade está hoje mais próxima e tudo dependerá do esforço e do trabalho que formos capazes de realizar».

Finda esta sessão, durante a qual foram evocados o 66.º aniversário do Partido e o Dia Internacional da Mulher, seguiu-se um animado convívio que se prolongou, com música, petiscos e arrematações pela noite dentro.

O Centro de Trabalho do Pico, agora inaugurado, está instalado numa casa situada na Rua das Amoreiras, na vila de S. Roque do Pico. Após a aquisição da casa, em meados do ano passado, procedeu-se a obras de adaptação e remodelação agora concluídas. De acordo com o que foi expresso pelos responsáveis do novo Centro de Trabalho, prevê-se a realização de frequentes iniciativas com vista a fazer face aos encargos assumidos e prevê-se, também, a adaptação de um terreno anexo em recinto próprio para iniciativas de Verão.

«Conheça melhor o PCP»

Na serra da Estrela (como sucedeu em Seia, onde esteve José Soeiro, da Comissão Política do CC), no Algarve e na planície alentejana os 66 anos do PCP foram evocados em numerosas iniciativas. «Conheça melhor o PCP», era o lema de um conjunto de colóquios, saudações, sessões de música e poesia e outras actividades realizadas em Évora entre os dias 6 e 8. Mas de Montemor-o-Novo, de Reguengos de Monsaraz, de Borba, do Alandroal e de Vendas Novas também nos chegaram notícias de realizações com boa participação.

Das terras de Trás-os-Montes e Alto Douro, das Beiras, do Ribatejo, das regiões de Lisboa (Carlos Brito, da C. Política, esteve em Torres Vedras) e Setúbal, do distrito de Leiria e concretamente da Marinha Grande, acções com as mais variadas características assinalaram os 66 anos de luta do PCP, evocando paralelamente o 8 de Março, Dia Internacional da Mulher e as direcções de trabalho saídas da Conferência Nacional do Partido sobre a emancipação da Mulher no Portugal de Abril.

Também da Região Autónoma da Madeira nos chegou a informação do 66.º aniversário. A Comissão de Freguesia de Santa Maria Maior e o organismo de estivadores e marítimos do PCP realizaram um jantar comemorativo seguido de convívio e noite de fados no Centro de Trabalho do Funchal. Mais de uma centena de pessoas participou neste convívio, que incluiu uma intervenção do camarada António Casmarrinha, membro do CC e responsável da DORAM.

Ainda no CT do Funchal decorreu um colóquio seguido de convívio no âmbito das comemorações do 8 de Março.



O Palácio de Cristal, local onde têm decorrido algumas das mais importantes realizações do movimento operário e popular do distrito do Porto, será de novo palco, no próximo fim-de-semana, do «Porto em Festa-87», uma iniciativa da Direcção da Organização Regional do Porto, este ano associada às comemorações do 66.º aniversário do Partido.

Culminando um conjunto de acções promovidas pelas diversas organizações para festejar o aniversário do PCP, o «Porto em Festa» será, nos dias 14 e 15 de Março, ponto de encontro dos comunistas, amigos do Partido e muitos democratas da região do Porto. Ponto de encontro para, com espectáculo e cultura, muita alegria e convívio, festejar mais um ano de vida do partido da classe operária.

O «Porto em Festa-87» será, também, ponto da situação, da vida e da luta dos trabalhadores, pela melhoria das condições de vida e de trabalho da população do distrito do Porto, profundamente atingida pelas consequências da política antipopular e antinacional do Governo Cavaco.

Um dos momentos mais salientes da festa será, certamente, o comício que se realizará no domingo à tarde e no qual intervirá, cerca das 16 e 30 horas, o camarada Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP.

O programa do «Porto em Festa» integra a participação de diversos agrupamentos de música popular: «Malta do Rio», «Cantares da Terra» e «Primeiro de

Maior», e, no domingo de tarde, dois espectáculos em que participam Samuel e Paulo de Carvalho.

Funcionará no decurso da festa uma discoteca e um vídeo gigante, no sábado à noite, haverá um grande baile, animado pelo conjunto «Diapasão».

A manhã de domingo, dedicada aos mais pequenos, será animada com jogos, pintura e modelagem, canções, teatro e filmes, com o apoio e participação dos Piojeiros de Portugal.

Como habitualmente não faltarão os stands de utilidades e artesanato, os bares e petiscos regionais, da responsabilidade das diferentes organizações concelhias e sectores profissionais.

Num momento de recrudescimento da luta popular, em que trabalhadores de variados sectores conduzem acções de massas, manifestações e greves em frontal oposição ao Governo minoritário e à sua política, factor fundamental para o reforço da batalha por uma alternativa democrática, assume grande importância a intervenção organizada do Partido. E o «Porto em Festa» será mais um passo, dado com entusiasmo e alegria, na batalha organizativa, política e ideológica que desenvolvemos.



Um facto de inegável importância cultural marcará a realização do «Porto em Festa-87»: o programa inclui a exibição, pela segunda vez em Portugal, da exposição de grande valor histórico, artístico e cultural, alusiva aos «100 anos do Primeiro de Maio» que esteve patente durante três dias em Lisboa, na Festa do «Avante!», exposição cuidadosamente elaborada no plano histórico e estético.

A sua presença na festa regional do PCP representará uma ocasião única para os portugueses de apreciarem factos salientes da história mundial desde o Primeiro de Maio de 1886, integrando elementos únicos e documentos raros do movimento operário nacional e internacional.

PCP

O MDP e a APU

Depoimento de Octávio Pato

Comentando as conclusões do Encontro Nacional do MDP quanto à Aliança Povo Unido (APU), o camarada Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP, concedeu um breve depoimento à RTP e à RDP, também divulgado aos outros órgãos de comunicação social. Aqui ficam as palavras do dirigente comunista:

É uma evidência que a direita não gosta da APU e tudo tem feito para a destruir.

Pelo contrário, o PCP fez tudo para salvá-la, pois a APU tem constituído um projecto unitário de grande alcance onde têm intervido não só militantes dos dois partidos mas numerosos democratas independentes.

As propostas do MDP, saídas do seu Encontro de Novembro,

traduzem uma profunda alteração das posições políticas deste partido, visavam introduzir na APU modificações que atingiam aspectos essenciais das suas características e equivaliam de facto a um rompimento.

Apesar disso, o PCP fez ao MDP uma proposta em que, garantindo os aspectos essenciais da APU, procurava ir ao encontro de questões levantadas.

A rejeição dessa proposta por parte do MDP tem um evidente carácter político negativo. E corresponde à consumação da ruptura da APU.

O PCP não podia, em caso nenhum, aceitar uma adulteração da APU para servir de disfarce a outras alianças.

O PCP continuará a empenhar-se numa intervenção unitária na vida política nacional, designadamente na frente eleitoral.

O PCP continuará a empenhar-se no diálogo e na cooperação democrática nas batalhas presentes, visando a demissão do Governo e a concretização de uma alternativa democrática.

Delegação do PSUA esteve em Portugal

A convite do Partido Comunista Português, esteve de visita a Portugal de 4 a 9 de Março, uma delegação do Partido Socialista Unificado da Alemanha, dirigida por

No decorrer do comício de amizade realizado em Avis, o camarada Diniz Miranda, membro da Comissão Política do PCP, afirmaria a dado passo:

outros bens às UCPs/Cooperativas.

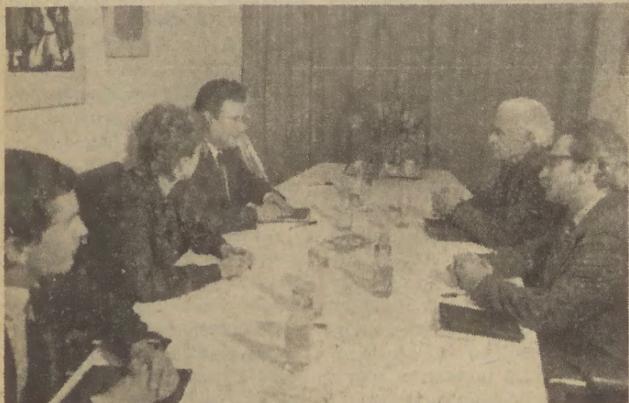
Para quê? Para estarem abandonadas ou subaproveitadas mais de 500 herdades com mais de 300 mil ha, em aldeias e freguesias onde reina o desemprego e onde voltou a fome e a emigração.

«Só no distrito de Portalegre, onde nos encontramos, já foram destruídas 23 UCPs/Cooperativas, das 63 que foram constituídas, com uma área de 210 mil ha, dos 280 mil ha, inicialmente ocupados, que já provocaram a perda de 9800 postos de trabalho.

«Também o concelho de Avis, onde há 8 UCPs/Cooperativas com uma área de 17 012 ha, e onde trabalham 657 trabalhadores não escapou à brutal ofensiva das ilegalidades e das pilhagens desses governos.

«No concelho de Avis, durante estes anos de ofensiva, foram roubados à Reforma Agrária 23 700 ha, da área inicial. São golpes muito fundos que a contra-revolução tem dado nesta conquista histórica do proletariado rural do Sul.

«Os camaradas da delegação acabaram de ver com os seus próprios olhos o que os trabalhadores, mesmo debaixo dessa feroz ofensiva, têm feito e seriam capazes de fazer, já que mais não fosse, se os deixassem trabalhar e produzir em paz.»



A delegação do PSUA encontrou-se com os camaradas Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, e Albano Nunes, responsável da Secção Internacional e membro do CC

Gunter Sieber, membro do Comité Central e responsável da Secção Internacional e integrada ainda por Klaus Kazimirsky, membro da Secção Internacional.

Durante a sua estadia em Portugal a delegação foi recebida por Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP e encontrou-se com uma delegação do PCP constituída por Albano Nunes, membro do CC e responsável da Secção Internacional e Manuela Bernadino da Secção Internacional.

Contactando directamente com a realidade portuguesa e a actividade do PCP, a delegação do PSUA encontrou-se com delegações das Direcções das Organizações Regionais do PCP de Lisboa e Alentejo e com o Grupo Parlamentar do PCP, foi recebida na Câmara Municipal de Évora e visitou a cooperativa de produção FNAC, a empresa nacionalizada Quimigal e a UCP/Cooperativa 1.º de Maio. Na Casa do Povo de Avis teve lugar uma sessão de amizade PCP/PSUA em que usaram da palavra Gunter Sieber e Diniz Miranda, membro da Comissão Política do PCP.

A visita da delegação do PSUA a Portugal realizou-se no quadro das fraternais relações de amizade, de cooperação e solidariedade existentes entre o Partido Comunista Português e o Partido Socialista Unificado da Alemanha.

«No contacto com a DORA foi dado a conhecer à delegação a situação da Reforma Agrária, os efeitos da ofensiva desencadeada pelos sucessivos governos da direita, agravada agora com o Governo PSD/Cavaco Silva, que já destruiu 230 UCPs/Cooperativas com uma área de 750 mil ha, a perda de 50 mil postos de trabalho e o roubo de mais de 20 milhões de contos em gado, máquinas e

Centro Vitória Campanha dos 30 mil em acção

Segundo a informação da comissão de controlo financeiro da DORL, a campanha de fundos para as obras no Centro Vitória aproxima-se dos 2 mil contos. No passado dia 6, o saldo registado apontava já 1 817 400\$50.

Recorde-se que a meta da campanha — esforço abnegado dos comunistas da região de Lisboa, a que nos referiremos em pormenor numa próxima edição do «Avante!» — aponta 30 mil contos.

Até lá, é a iniciativa, a dedicação e a capacidade das organizações e dos militantes que tornarão possível a concretização de um velho sonho: ter um Vitória à altura das responsabilidades e do prestígio do PCP na cidade e no distrito de Lisboa.

Têm metas próprias as seguintes organizações e sectores da ORL: Intelectuais, Função Pública, Saúde, Bancários, Seguros, OLL, Sector Público, Transportes, Sector Sindical, SIP/DORL, CT Vitória, concelhos da Amadora, Cascais, Oeiras e Sintra, os concelhos do norte do distrito (Alenquer, Arruda, Azambuja, Cadaval, Lourinhã, Mafra, Torres Vedras, Sobral de Monte Agraço), Loures ocidental e Loures oriental, Queluz e Carnaxide, diversos e DORL.

Consequências da adesão à CEE

Debates abertos com o PCP no distrito de Coimbra

Contribuir para a análise e esclarecimento das questões relacionadas com a adesão de Portugal à CEE, e concretamente as consequências no plano económico e social, é objectivo do conjunto de oito debates promovidos pela Comissão Distrital de Coimbra do PCP, a realizar entre os dias 14 e 28 deste mês de Março, em várias localidades deste distrito.

Iniciativa aberta a todos os interessados, estes debates com o PCP contam com o patrocínio do Grupo de Deputados Comunistas e Afins do Parlamento Europeu. Tendo em conta a experiência e o domínio das matérias por parte dos orientadores dos debates, esta iniciativa da Distrital do Partido promete uma discussão viva e enriquecedora, desde já aguardada com expectativa e interesse por várias organizações e estruturas associativas, culturais, cívicas, sociais, económicas, sindicais e autárquicas da região.

Os debates iniciam-se no próximo sábado, às 15 horas, em

Soure. Em foco estará a temática agrícola. Participam os deputados Rogério Brito e João Abrantes. No mesmo dia, mas às 21.30, em Cantanhede e no dia seguinte (domingo, dia 15) na Casa do Povo de Condeixa, a partir das 15 horas, aquele tema será tratado de novo pelos mesmos deputados.

No dia 22 em Montemor-o-Velho as consequências da adesão no sector da agricultura e da pecuária serão ainda assunto para uma análise rigorosa, desta vez com a presença de Joaquim Miranda, deputado no Parlamento Europeu e de João Abrantes, de-

putado na AR eleito pelo círculo de Coimbra. O debate ocorrerá a partir das 15 horas no Teatro Esther de Carvalho.

As Pescas e a CEE serão tema de debate em Buarcos, no dia anterior (dia 21), às 15 horas, na Adegua Praia. À noite, a partir das 20 horas, o mesmo assunto será tratado nas instalações da Comissão de Melhoramentos, na Praia de Mira. Joaquim Miranda e Frederico Pereira intervirão nestas duas iniciativas.

De âmbito mais geral serão os outros dois debates, marcados para dias 27 e 28, respectivamente em Coimbra (auditório das piscinas municipais, 21.30h) e na Figueira da Foz (sala Atlântico, 15h.). O deputado do Parlamento Europeu Barros Moura e Carlos Carvalhas, do CC e deputado na AR, serão os orientadores destes debates.

Iniciativa do PCP

Mercados de origem discutidos no Montijo

Por iniciativa da Comissão Concelhia do Montijo do PCP, realizou-se na galeria municipal daquela cidade um debate sobre os problemas da agricultura, principalmente os decorrentes directa ou indirectamente da adesão de Portugal à CEE. Participou Rogério Brito, deputado e técnico agrícola, que integrou com Domin-

gos Abrantes do CC do PCP, a delegação de deputados comunistas que visitou o concelho.

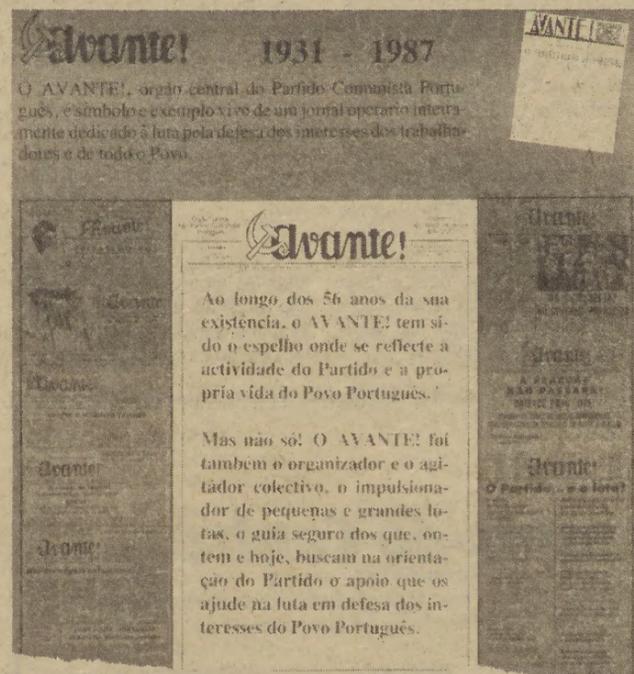
A questão dos mercados de origem, e em particular o da sua localização (havendo alguma polémica entre agricultores do Montijo e de Palmela, procurando-se de ambos os lados que a sua implantação se verifique nos respectivos

concelhos), foi o aspecto central do debate, como era de esperar.

Para a Comissão Concelhia do Montijo do PCP, conforme foi salientado, a localização do mercado de origem é secundária em relação ao que se designou como a questão de fundo: é necessário, isso sim, que os agricultores se assegurem da eficácia dos mercados de origem, tal como são preconizados, na resolução dos problemas do escoamento dos seus produtos, acrescentando aquela estrutura local do PCP, em comunicado de imprensa, que «não é menos importante que sejam as estruturas de agricultores de toda a península de Setúbal, em unidade e com espírito de objectividade, a definir o local no seu entender mais apropriado para todos».

«Por outro lado — acrescenta a Comissão Concelhia do Montijo do PCP — e na medida em que os mercados de origem são um dado surgido na consequência da adesão de Portugal à CEE, não deixamos de levantar a suspeita sobre os reais interesses que estarão a ser defendidos, pois é notório que todo este processo do Montijo é encabeçado por agentes da CAP».

Durante a visita, os deputados comunistas foram ainda recebidos na rádio «Impacto» e no Hospital Distrital local. A situação a que está votado este estabelecimento, agora ameaçado de se ver sem importantes serviços (sendo o da maternidade o que mais preocupações motiva tanto a nível da administração como dos utentes em geral), merecerá por parte do PCP uma interpelação ao Governo através do seu Grupo Parlamentar, assim como a realização no Montijo de uma iniciativa pública sobre o tema: «A política de Saúde que temos não é a que merecemos».



Dinamizar o trabalho de divulgação da Imprensa do Partido é uma das frentes da actual campanha de reforço organizativo em curso no plano nacional. Em torno do recente aniversário do «Avante!», muitas organizações do Partido deram um assinalável impulso àquele trabalho, como sucedeu na Organização Regional de Lisboa (ORL) que, além da edição de cartazes alusivos aos 56 anos do nosso jornal, divulgou um desdobrável, preparou uma exposição no Vitória e promoveu várias iniciativas, entre as quais uma que incluiu a projecção de um diaporama e um debate com a participação dos camaradas da Comissão Política do Partido, Octávio Pato, membro do Secretariado, e Dias Lourenço, director do «Avante!»

Nacional

Professores confirmam greve nacional nos dias 26 e 27 de Março

- Ensino superior também é abrangido
- Cordão humano hoje no MEC

O Secretariado Nacional da FENPROF (Federação Nacional dos Professores), reunido nos dias 5 e 6 de Março para analisar as evoluções mais recentes das questões educativas e das acções que os professores estão a desenvolver, manteve a apreciação feita na anterior reunião. Confirmou a convocação da greve nacional marcada para 26 e 27 deste mês e que abrangerá também os docentes do ensino superior.

O Secretariado da FENPROF fez o balanço da actividade sindical para a preparação daquela jornada. «Tem havido bastante mobilização» — afirmou ao «Avante!» Pinto André, membro daquele organismo.

Para ontem e anteontem estavam marcadas reuniões dos sindicatos da FENPROF nas escolas. Para hoje está anunciada a realização de um cordão humano em torno do Ministério da Educação, na Avenida 5 de Outubro, em Lisboa.

Mais uma agravante

As alterações que o Governo pretende introduzir na Lei da Dedicção Exclusiva aprovada pela Assembleia da República são consideradas pela FENPROF como um facto que vem tornar mais ne-

gro o quadro dos problemas enfrentados pelos docentes devido à premeditada orientação do Ministério da Educação.

Num comunicado a propósito, a Federação salienta que as alterações lesam os interesses dos professores e investigadores, desfiguram a Lei aprovada na AR e ignoram a sua existência, a tal ponto que nem é citada nos decretos-lei do Governo.

De acordo com a decisão do executivo de Cavaco Silva e João de Deus Pinheiro, acaba o paralelismo que a Lei da Dedicção Exclusiva previa para as carreiras de docentes superiores e de investigadores; regressa a agregação como factor de discriminação, estabelecendo — contra a referida lei e também contra a Lei de Bases dos Sistema Educativo —



Do jornal da FENPROF (n.º 32/33, Jan./Fev.)

cinco categorias de professores; são retiradas as diuturnidades especiais aos docentes convidados e investigadores, reduzindo-as para 6,7% (eram de 10%) para os professores; são reduzidos os vencimentos dos leitores em regime de tempo integral e dos docentes do ensino superior politécnico, com excepção dos professores coordenadores e adjuntos.

A FENPROF manifestou a sua disposição de apelar para a Assembleia da República requerendo a ratificação destas medidas.

Lisboa

A Direcção do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa decidiu, numa reunião recente da sua Comissão Executiva, «canalizar toda a sua acção no sentido de levar à prática as formas de luta definidas pela Federação». Nesse sentido, o SPGL vai promover, entre outras iniciativas que precedem a greve nacional de 26 e 27 de Março, a afixação de faixas alusivas à luta dos professores e a realização de caravanas automóveis para sensibilizar a opinião pública.

Têm sido realizadas nas escolas da área do SPGL inúmeras reuniões de professores. A Direcção do SPGL afirma que «conhecendo a gravidade do momento, tem perfeita consciência do grau

de empenhamento e mobilização da classe e sabe que, neste como em outros momentos, os professores saberão encontrar os meios necessários ao desbloqueamento da situação».

Nova sede

Foram inauguradas na passada quinta-feira as novas sedes da FENPROF e do sindicato da Grande Lisboa (SPGL), na Avenida Miguel Bombarda, 61, 7.º e 8.º andares. Uma série de iniciativas ligadas à arte, à ciência e à cultura assinala o acontecimento e é uma forma de afirmar, segundo um comunicado daquelas estruturas, que arte, ciência e cultura «também são exigências sindicais para uma escola renovada».

Trabalhadores das escolas param dia 26

No dia 26 de Março os trabalhadores dos estabelecimentos de ensino não superior de todo o País paralisam a sua actividade e concentram-se junto ao Ministério da Educação e Cultura, se até lá o Governo não aprovar o diploma que enquadra o seu novo regime jurídico.

O diploma mereceu o acordo do secretário de Estado da Administração Escolar e da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública em Outubro passado, após cerca de 15 meses de negociações, e — segundo a FNSFP — «consagra muitas das reivindicações dos trabalhadores dos estabelecimentos de ensino não superior constantes do caderno reivindicativo apresentado pela Federação».

Entre as disposições — que devem vigorar a partir de 1 de Janeiro — figuram a redução do horário de trabalho do pessoal operário e auxiliar de 45 para 40 horas, a revalorização da carreira de conti-

Governo continua a adiar efectivação de docentes

- Concurso para o ensino primário foi um escândalo nacional — afirma a FENPROF

Num contacto com a Federação Nacional dos Professores (FENPROF) foi-nos comunicado que ainda não há data marcada para a reunião que se deveria ter realizado dia 26 de Fevereiro com o secretário de Estado da Administração Escolar e que foi desmarcada por este membro do Governo «por motivos imprevistos».

Nesta reunião deveriam ser discutidas a regulamentação dos quadros complementares para os professores não-efectivos do ensino primário e para os professores provisórios do preparatório e secundário, matérias «de demasiada importância e que não se compadecem com adiamentos indefinidos».

O facto de os professores profissionalizados não estarem efectivos implica, além da instabilidade renovada com o fim de cada ano lectivo, prejuízos para o ingresso na carreira e a progressão nas fases.

Há doze mil professores do ensino primário que estão a dar aulas, mas não são considerados efectivos. Segundo o suplemento do «Diário da República» de 26 de Fevereiro, o Ministério da Educação criou em todo o País 549 vagas que colocou a concurso. Entretanto, foram criados 2627 lugares negativos: sempre que um professor de um destes lugares mude de escola o seu lugar é extinto e não é preenchido com a colocação de outro docente.

Um escândalo nacional

A FENPROF considera este facto «um escândalo nacional»: o Governo é a entidade empregadora que mais recorre aos contratos anuais sistematicamente renovados e muitos professores «aguardam há seis, sete e às vezes mais de dez anos a possibilidade de conseguirem o tão almejado lugar de efectivo».

Constatando que com as 549 vagas e os 2627 lugares negativos anunciados para o ensino primário «muito poucos ou praticamente nenhum professor vai conseguir efectivar-se», a FENPROF reafirma como sua «legítima exigência» que a todos os docentes com mais de dois anos de serviço seja atribuída a categoria de efectivos, «com todos os direitos daí decorrentes». Ao MEC caberá, de acordo com a Federação, decidir após negociação com a FENPROF se esses docentes serão integrados no quadro geral (por escolas) ou em quadros regionais.

Mas neste momento, sublinha a Federação Nacional dos Professores, «o que é inadmissível é a atribuição de um vínculo de efectivação» aos 12 mil docentes não efectivos do ensino primário.

Congresso dos Professores do Centro

Amanhã e sábado decorre em Coimbra o 1.º Congresso dos Professores do Centro. Num intervalo dos trabalhos do primeiro dia os participantes irão em desfile até à Direcção Geral do MEC para entregar à responsável, Fernanda Mota Pinto, um documento exigindo a resolução dos problemas dos docentes e do ensino e protestando contra a intransigência do Governo e o arrastamento das negociações com os sindicatos.

No quadro das actividades preparatórias do congresso realizaram-se, apenas no distrito de Viseu, mais de setenta reuniões de núcleos sindi-

cais. Mil e quinhentos professores elegeram 170 delegados ao Congresso.

Nas reuniões foi discutida a situação de impasse negocial criada pelo Ministério de João de Deus Pinheiro. O Sindicato da Região Centro afirma mesmo, numa nota à imprensa em que protesta por o Ministério da Educação pretender ignorar as posições das estruturas sindicais da classe docente: «somos levados a crer que as instalações do MEC foram atacadas por uma praga de ratos que destroem as propostas dos professores».

Karl Marx A Guerra Civil em França

Colecção **edições Avante!** Biblioteca do Marxismo-Leninismo

Trabalhadores

Forte participação dos Serviços na luta e na acção sindical

- **Adesão total à greve no Metro**
- **Jornada de luta na Segurança Social**

As linhas principais da ofensiva do Governo Cavaco contra interesses, direitos e garantias da grande massa das classes trabalhadoras encontram forte resistência na acção e na luta dos sindicatos e das organizações representativas em empresas e sectores. Esta semana, reparando na movimentação anunciada e prevista, destacam-se acções em sectores tão decisivos como a Função Pública, trabalhadores da Segurança Social e da Saúde, metalurgia, metalomecânica e minas, escritórios (Informática, designadamente), ferroviários (ver página 10), professores e pessoal das escolas. Para hoje, dia 12, além da anunciada greve na CP, que poderia entretanto ser desconvocada, assinala-se a concentração dos trabalhadores da Segurança Social em frente ao Ministério do Trabalho em Lisboa e o desfile das mulheres de Lisboa e Setúbal para a Assembleia da República. Relevo, ainda neste campo da movimentação sindical, as concentrações, esta semana, de metalúrgicos e mineiros, a greve na construção civil, anunciada para ontem, bem como a dos abastecedores de aeronaves, a greve de dois dias nas Instituições Privadas da Segurança Social (IPSS), bem como os plenários que têm acompanhado estas lutas, e designadamente os plenários da Carris (activistas) e do material eléctrico e electrónico.

Na **Segurança Social**, os trabalhadores que iniciam hoje uma jornada de luta nacional, incluem nas acções sindicais uma greve e uma deslocação a Lisboa para a concentração em frente ao Ministério do Trabalho.

Despedimentos: cresce o rol das ameaças

Algumas das maiores ameaças sobre o emprego datam já de há meses. É o caso da **Centrel** e também o da **Siderurgia Nacional**. Neste último caso, volta a perfilar-se o risco de quase dois mil despedimentos. Trabalhadores, entre os que contam mais anos de casa, estão a ser chamados à administração. Na **Centrel**, o patrão mantém a intenção do despedimento colectivo. Na **UTIC** a situação não se alterou; continuam ameaçados muitos postos de trabalho. O mesmo sucede na **Monpor** (255 receberem cartas individuais), no **Entreposto** (300) **ENI** (fala-se também na redução dos postos de trabalho), na **Sapac** (90 trabalhadores reformados antecipadamente em 1986; continuam em

risco mais 100 postos de trabalho) e **Minas do Lousal** (ameaça de encerramento).

Graves problemas, ameaçando a própria sobrevivência de grandes empresas e que só podem ser resolvidos com a participação organizada dos trabalhadores e dos seus representantes, afectam também cada vez mais empresas, como a **Quimigal** (ver **Em Foco** nesta edição), **CP**, **Setenave**, **Arsenal do Alfeite**, **Renault**, **SPEL/Explosivos**, **Silva & Arroja**, **Eurominas**. Esta última foi uma das empresas que encerrou ultimamente.

Cem por cento de adesão à greve do Metro

A actualização salarial para 1600 trabalhadores no sentido de repor o poder de compra levou à total paralisação do Metropolitano de Lisboa. Sem incidentes e mesmo com compreensão pela forma de luta adoptada, os milhares de utentes diários do Metro suportaram 24 horas de greve de uma forma que a Federação sindical do sector (FESTRU) classifi-

cou de «importante». A greve do passado dia 6, se as negociações não avançarem, poderá ter seguimento, pois os 9 por cento oferecidos pela entidade patronal não são aceites pelos sindicatos e pela Federação (FESTRU), que representa a maioria dos trabalhadores do Metro. A paralisação de sexta-feira passada incluiu entre as reivindicações apresentadas a recusa da «polivalência de funções», a defesa do regulamento de carreiras, e a alteração dos horários de trabalho. Os trabalhadores do subsolo cumprem actualmente 44 horas semanais. As negociações devem prosseguir esta semana.

Movimentação dos mineiros

Enquanto se prepara o **Encontro sobre o Sector Mineiro**, promovido pelo PCP, que se efectua no próximo domingo, em Coimbra, os trabalhadores das **Minas da Panasqueira** davam um prazo de uma semana à administração da empresa para responder às reivindicações apresentadas, designadamente os aumentos salariais e a reintegração dos trabalhadores despedidos. Findo o prazo estabelecido no passado domingo, em reunião efectuada no pavilhão do clube da Barroca, os trabalhadores estão dispostos a cumprir formas de luta pelo caderno reivindicativo aprovado em Janeiro a que foram acrescentados quatro pontos. Um exemplar foi entregue ao director administrativo depois da reunião da Barroca na qual, segundo o Sindicato do Norte, participaram mais de 90 por cento dos trabalhadores das Minas. A administração da **Beral Tin & Wolfram**, uma multinacional como se sabe, enviou recentemente 150 cartas de despedimento a outros tantos trabalhadores e pretende lançar no desemprego mais setecentos. No entanto, a empresa está a escoar bem a produção não só de volfrâmio, como também de estanho e cobre.

Concentração dos metalúrgicos no Porto

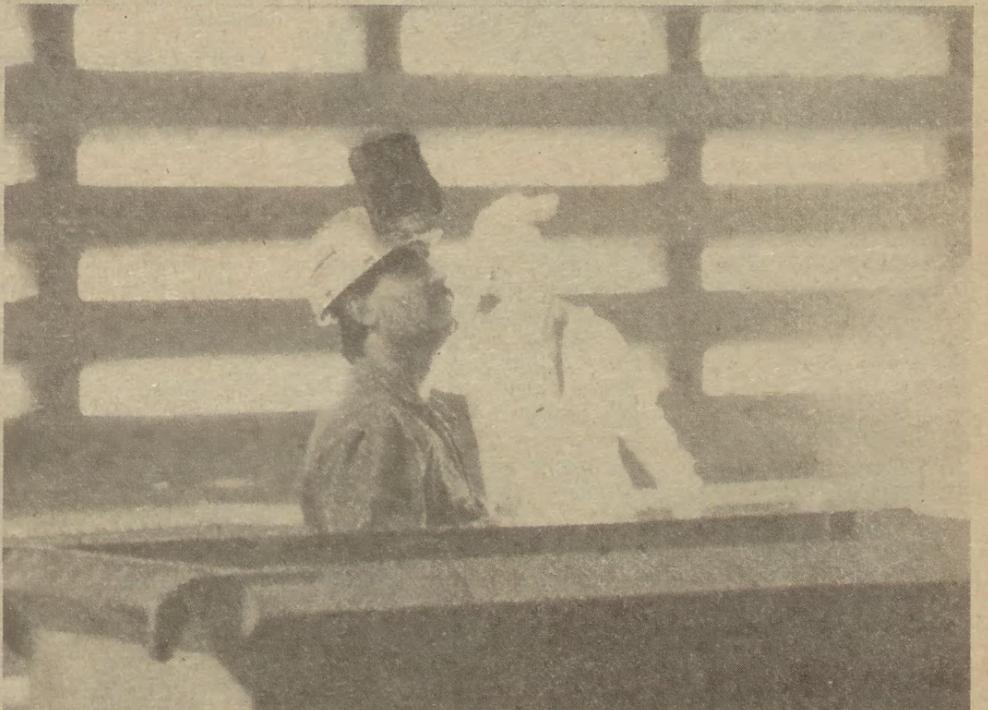
Com um pré-aviso de greve para a tarde de ontem, 11, os trabalhadores metalúrgicos das empresas do distrito do Porto marcaram para o mesmo dia uma concentração em frente à associação patronal da metalurgia, na Rua Guedes de Azevedo (ao Silo-Auto) naquela cidade. Marcada para ter

interno, caracterizava, entretanto, a situação social no distrito como de «agravamento das condições de vida e de trabalho», apelava ao desenvolvimento da luta «como objectivo prioritário» e referia as acções sindicais e formas de luta dos **metalúrgicos, mineiros, trabalhadores da construção civil, paramédicos, ferroviários, EDP, material eléctrico, professores e outros trabalhadores das escolas e de vários sectores da Função Pública**.

Mineiros concentram-se em Lisboa

Era anunciada entretanto uma concentração de mineiros e de tra-

Jerónimo de Sousa, membro suplente do Comité Central e deputado do PCP. Após denunciar a política de despedimentos em massa do Governo PSD/Cavaco Silva, referiu-se à «internacionalização acelerada do mercado» automóvel, sublinhando que a Europa «encontra-se em perda no confronto com as suas congéneres dos EUA e do Japão». Também as conclusões — um documento de sete páginas que «devem ser encaradas como documento de trabalho a aprofundar no futuro» — chamam a atenção para as condicionantes internacionais e os prejuízos da adesão de Portugal à CEE: «as políticas definidas em Bruxelas terão sempre em conta, antes de mais, os interesses dos



Metalúrgicos entre os mais activos na movimentação sindical (foto de arquivo: Siderurgia Nacional)

início às 15 e 30, esta concentração, de acordo com informação obtida no Sindicato (STIMMDP) destina-se a «protestar contra as posições patronais no processo de revisão do contrato colectivo para o sector». Os representantes sindicais «não aceitam os 12 por cento de aumentos médios ultimamente avançados pelo patronato». Segundo os trabalhadores, muitas empresas já concederam aumentos entre os 15 e os 18 por cento. O Sindicato do Porto (STIMMDP) adianta que há mesmo casos de «aumentos salariais superiores a vinte por cento». Esta concentração, integrada na luta contra os salários em atraso (no sector e no distrito, atingem mais de cinco mil trabalhadores de trinta e seis empresas), contra o pacote laboral do Governo Cavaco e contra o desemprego, destina-se também a reivindicar a negociação de um subsídio de alimentação, a redução do horário de trabalho e a vigência de doze meses para a contratação colectiva, que deve entrar em vigor a partir deste mês.

O Conselho Distrital da União dos Sindicatos do Porto, que tomou posse no passado dia 4 e elegeu em plenário os novos órgãos executivos da USP (comissão executiva do CD e o seu secretário) aprovando ao mesmo tempo o respectivo regulamento

balhadores da Siderurgia Nacional em Lisboa. Marcada para ontem, em frente às administrações das respectivas empresas, a concentração (**Panasqueira** e **SN**) é mais uma forma de luta contra os despedimentos e a ameaça deles, que se verifica nas duas empresas. A luta, tanto dos mineiros como dos metalúrgicos, sectores abrangidos pela mesma Federação Nacional (FSMMMP) tem a ver também com a contratação colectiva (aumentos salariais, designadamente) e com as lutas gerais contra o pacote laboral, os ataques ao sector empresarial do Estado e a política generalizada de ataque aos direitos elementares dos trabalhadores.

Encontro do Sector Automóvel da OLL

A Organização Local de Lisboa efectuou no passado sábado o Encontro do Sector Automóvel, tratado no número anterior do «Avante!». Na iniciativa, que exigiu uma nova política, a defesa dos postos de trabalho e a viabilização das empresas, participaram 70 profissionais do ramo automóvel do concelho de Lisboa. Na sessão de encerramento interveio

grandes construtores europeus», pelo que, «face à existência de excedentes», está reservado para o nosso país o papel de «simple consumidor de automóveis».

Encontro de Informática

Num hotel de Lisboa realizou-se no passado sábado o Encontro de Trabalhadores de Empresas de Informática, iniciativa da Federação dos Sindicatos dos Escritórios, Comércio e Serviços (FEPCES) integrada na preparação do seu 1.º Congresso, que se efectua no Porto a 3 e 4 de Abril. **As empresas e os trabalhadores, o carácter das relações laborais e a regulamentação e as condições de trabalho** foram os grandes temas da discussão. As três dezenas de empresas de informática que funcionam em Portugal empregam cerca de quatro mil trabalhadores. Muitas são multinacionais. Dezasseis das empresas fornecedoras de equipamento e de serviços de informática empregam 2700 trabalhadores e fazem parte do rol das «mil mais» de 1985 pelo volume de negócios efectuados: 37 058 mil contos. Para este resultado a IBM contribuiu com 42% do volume de negócios, a Rank Xerox — 10%, a Regisconta e a Sperry com 7% cada.

Voltaremos a este assunto numa primeira oportunidade.

Interpelação sobre política laboral

O grupo parlamentar do PCP agendou uma interpelação ao Governo sobre política laboral. No âmbito dessa iniciativa os deputados Carlos Brito e José Cruz avistaram-se na passada quinta-feira com delegações da União dos Sindicatos do Algarve, do Sindicato da Hotelaria e do Sindicato das Conservas. Na reunião, em que participou também o camarada Carlos Luís Figueira, membro do CC, foram abordados problemas relacionados com o desemprego, salários em atraso, trabalho precário, clandestino, infantil, contratação colectiva e actuação da Inspeção do Tra-

balho. Os representantes sindicais abordaram, com especial destaque, a repressão e a arbitrariedade que se têm intensificado em muitas empresas da região. Na hotelaria, por exemplo, é profundamente sentido o aumento dos contratados a prazo. Nas conservas, nota-se mais a diminuição dos postos de trabalho — resultado do encerramento de empresas. Quanto à falta de cumprimento da contratação colectiva, é preocupante a inércia e falta de meios da Inspeção do Trabalho na região algarvia.

Terra

Marcha da Reforma Agrária para Lisboa

Não chegavam os olhos para fila tão comprida

«O que mais há na terra, é paisagem» (1). E da paisagem vos falo, porque homens a quiseram mudar e não os deixam. Foi sua intenção estender as searas, rejuvenescer os sobrieiros, criar pomares e campos de regadio, fazer surgir casas brancas de cal e grandes rebanhos nas encostas dos montes, pôr os tractores e as debulhadoras a trabalharem nos campos, que paisagem também é cor, som, cheiro, aprenderem água em barragens e açudes, quais espelhos onde todo este trabalho se reflectisse.

E agora vos falo de outra paisagem, ou antes, vou deixar que outrém vos fale: «O frio cortante da manhã, que os Portugueses

baptizaram "friozinho", estava lá. Com razão, porque o frio grande não mora cá. Quem mora na herdade da Granja, perto de Estremoz, é a família Reynolds de Sousa. Manhã cedo, frio próprio do final de Outono, monte alentejano, cavalos irrequietos, galgos a cheirar o ar, cavaleiros a escolher a montada e a apertar a sela, senhoras e meninas de chapéu verde como peninha, conversas animadas, risos soltos, enfim, tudo isso só pode significar uma coisa: Alentejo, após largos anos de interregno, prepara-se uma corrida às lebres. Assim foi» (2).

Duas paisagens para a mesma paisagem, diríamos, neste afã de afirmar, não soubessemos que existem outras, quando homens que não se chamam Reynolds, nem mulheres que se chamam Nucha, e na cabeça têm um lenço coberto por um chapéu preto, se juntam para dizerem: «Não toquem mais na Reforma Agrária!».

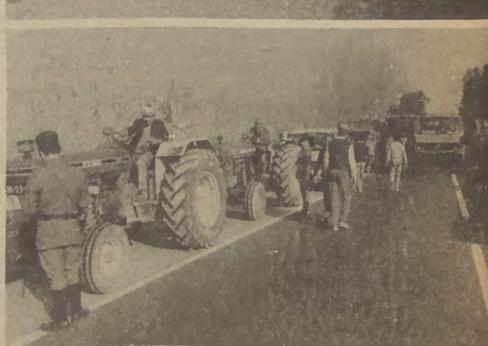
No Infantado, a meio caminho entre Vila Franca e Coruche, foi o local de concentração, terça-feira desta semana, manhã cedo e o «friozinho» estava lá.

Tractores, camionetas, motorizadas, todo o meio de transporte serviu para vir a Lisboa, frente à Assembleia da República, fazer ouvir, aos que o não querem, o protesto de uma população que não ganha a vida, nem ajuda o País com corridas às lebres.

E fazer ouvir, também, aos que não sabem, a paisagem que estavam a transformar e que alguns pretendem que fique na mesma — «cavalos irrequietos, galgos a cheirar o ar, cavaleiros a escolher a montada e a apertar a sela, senhoras e meninas de chapéu verde como peninha, conversas animadas, risos soltos» e, nas aldeias, os homens em grupos esperando o trabalho que não há e as mulheres nem sequer pensando nisso, que os homens não arredam da rua, conversando ou pensando — que é forma de conversar quando se está sozinho — e se eles não têm emprego, quanto mais elas, sempre em segundo plano em relação aos machos, que neste país ainda estamos no 7 de Março e o dia 8 é só de comemorar.

A fita negra de alcatrão, estrada com piso novo, asfaltado, que o turismo e a integração na CEE tem destas exigências, outras não, ganhou movimento, encheu-se de veículos, roncando os motores desta feita libertos dos trabalhos do campo.

Alongava-se a vista sobre a es-



trada, recta comprida, sem curva logo ali a esconder o que se sabe mas é melhor ver, e não chegavam os olhos para fila tão comprida, de tractores sem galeras, que em Lisboa se dizem atrelados, camiónes e camionetas, motorizadas, que as havia, mas escondidas naquela fileira de máquinas.

Ao automobilista surpreso, desconhecedor desta marcha para Lisboa da Reforma Agrária, deparava-se primeiro um contingente da GNR, espalhado ao longo da estrada, andam os Cavacos à solta, pensava, logo abrandava a velocidade.

Mas tinha de se deter, ao enfrentar aquela fileira sem fim de máquinas agrícolas e veículos de

GNR aos magotes, «jeeps» por todos os lados.

Mas agora é preciso revelar o que dizia o folheto aos que não o receberam: «Somos trabalhadores da Reforma Agrária! O Governo destrói o nosso pão! Há dez anos que sucessivos governos nos roubam as terras, os gados, as máquinas, as instalações, impedem-nos de semear e produzir o pão que o País precisa. Mais de 750 000 hectares foram retirados à Reforma Agrária e entregues aos agrários mais de 230 Unidades Colectivas de Produção e Cooperativas Agrícolas foram destruídas, mais de 50 000 postos de trabalho foram liquidados; milhares de trabalhadores espancados, centenas julgados, dois assassinados (Caravela e Casquinha).»

E vá de continuar a ler que há mais, não se fica por aqui a destruição: «Herdades, vacarias, instalações diversas que ontem na mão dos trabalhadores produziam pão, carne e leite hoje estão abandonadas ou subaproveitadas, com o mato a crescer. Nestas condições estão inventariadas mais de 500 herdades, com mais de 300 000 hectares, muitas delas em aldeias e freguesias onde reina o desemprego, sobretudo de mulheres e jo-

bro, depressa estavam em S. Bento, junto à escadaria da Assembleia de terra nas mãos de uma só família. Imagine-se uma faixa de terreno, com 100 metros de largura, pouco menos que o comprimento de um campo de futebol e prolongue-se essa faixa, em linha recta, desde Lisboa até Coimbra. Ai temos o latifúndio reconstituído de 2000 hectares. Mas podemos ir ainda mais além, que é uma das vantagens da imaginação, nunca nos quedamos no mesmo local, e pensamos o que é visitar a pé esta propriedade. Muita terra para um homem só.

Há sempre uma ponte, obra de homens para encurtar distâncias, franquear novos espaços, tarefa a que se obriga, mas os homens por vezes dão-lhe o destino oposto, servem de fronteira, daqui não passem, estrangulando a Marcha, mostre-me a carta de condução, o livrete, o imposto de circulação, os faróis de «stop» acendem, vamos ver as luzes, e tem triângulo. Foi na ponte de Vila Franca, com o Tejo ali em baixo, impotente, a ver aquele «auto-stop» burocrático, que se pudesse levava-os todos até Lisboa, daí a pouco estou lá, deixava-os no Terreiro do Paço que aquelas colunas não são só para receber reis e chefes de estado, subiam ao Camões e depois era só descer a Calçada do Com-

mas o que não quer parar, não há nada que o consiga fazer, por isso, talvez, os conselhos da Brigada de Trânsito aos automobilistas que se dirigiam para Lisboa que utilizassem apenas a auto-estrada, que a outra, a número um, ficava para a Marcha da Reforma Agrária.

As 18 e 50, já a cabeça da Marcha passava defronte à Mague; quase uma hora depois as últimas viaturas deixavam Vila Franca de



exemplo, que não é inédito, mas revelador da quantidade de superfície de terra nas mãos de uma só família. Imagine-se uma faixa de terreno, com 100 metros de largura, pouco menos que o comprimento de um campo de futebol e prolongue-se essa faixa, em linha recta, desde Lisboa até Coimbra. Ai temos o latifúndio reconstituído de 2000 hectares. Mas podemos ir ainda mais além, que é uma das vantagens da imaginação, nunca nos quedamos no mesmo local, e pensamos o que é visitar a pé esta propriedade. Muita terra para um homem só.

Indiferentes, continuavam os agentes da GNR a querer saber dos documentos, ingrata tarefa esta a de querer deter uma coisa que não quer parar, alguns deles antigos companheiros daqueles que ali estão, outros que ouviram os pais falar da terra que não tinham. São a autoridade, convencem-se uns, serão, seremos, interrogam-se outros, mais competentes de serem apenas agentes da autoridade, cumprem as ordens, e quem as deu, ao sargento foi o capitão, e ao capitão foi o coronel, e ao coronel foi o general, e ao general foi o ministro, e ao ministro quem dê ordens ao ministro sem mesmo pertencer ao governo.

Mas o que não quer parar, não há nada que o consiga fazer, por isso, talvez, os conselhos da Brigada de Trânsito aos automobilistas que se dirigiam para Lisboa que utilizassem apenas a auto-estrada, que a outra, a número um, ficava para a Marcha da Reforma Agrária.

As 18 e 50, já a cabeça da Marcha passava defronte à Mague; quase uma hora depois as últimas viaturas deixavam Vila Franca de

Xira: 260 tractores e cerca de 500 viaturas diversas integravam a manifestação. Quase 20 quilómetros de fila. Bandeiras vermelhas e negras em multidão, mais de 6000 pessoas.

Prosseguia a GNR a sua missão de retardamento, às 20 e 30, talvez mais tarde, tinha a cabeça da coluna chegado à Portela de Sacavém, já em Lisboa, na melhor das hipóteses, junto à Assembleia da República só estariam depois da meia-noite.

Foi por isso que uma delegação das estruturas representativas da Reforma Agrária, integrando dirigentes sindicais e das UCP's/Cooperativas decidiu avançar para S. Bento, aí tendo chegado às 19 e 15, onde durante toda a tarde se tinham concentrado trabalhadores de outros sectores de actividade.

A delegação deslocou-se ao interior da AR para ser recebida pelo

presidente da AR, pelos grupos parlamentares, pela Comissão de Inquérito Parlamentar ao Ministério da Agricultura e pela Comissão de Agricultura e Mar.

Falando depois às pessoas que no exterior se encontravam, Lino de Carvalho, um dos membros da delegação, explicou, em breve intervenção, a razão da vinda a Lisboa e o facto de não estarem consigo os milhares de trabalhadores agrícolas, que àquela hora ainda vinham a caminho.

«A nossa vinda a Lisboa destina-se a dizer basta!» — acentuou Lino de Carvalho, reforçando a necessidade de que a Assembleia aprove urgentemente, de acordo com o compromisso dos partidos democráticos maioritários, legislação que ponha termo à destruição da Reforma Agrária, pois, recordou, desinteligências entre o PS e o PRD não têm pre-

mitido a subida ao plenário da AR de um projecto de lei «limitado mas com aspectos positivos».

A Marcha da Reforma Agrária para Lisboa veio fazer lembrar ao País e também aos órgãos governativos que os trabalhadores agrícolas da Reforma Agrária querem trabalhar e não ver os campos transformados em enormes cotadas, onde os novos latifundiários, de acordo com as novas decisões da CEE, poderão receber subsídios para não cultivarem.

Lino de Carvalho convidou as centenas de pessoas presentes em S. Bento a deslocarem-se ao encontro da Marcha, no que foi entusiasticamente seguido.

Desnecessário é dizer que a luta continua.

■ Torres Rodrigues



(1) José Saramago, «Levantando do Chão», Editorial Caminho, 1980, 1.ª ed., p. 11

(2) A. Vasconcelos Graça, «Um dia às lebres em Estremoz Com Fado e ensopado», in «OLA - Semanário», 20/12/85.

Trabalhadores

Governo não deixa outra alternativa Depois de várias formas de luta ferroviários impelidos para a greve

A greve convocada pelos sindicatos maioritários dos caminhos-de-ferro, cujo início foi anunciado para ontem prolongando-se por hoje, dia 12, e amanhã, com reinício no dia 16, pode ser desconvocada, se entretanto o conselho de gerência der «sinais evidentes e garantias seguras de querer negociar». O Conselho Nacional da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses (FSTFP) fazia esta afirmação pública na passada segunda-feira, dois dias antes do início da greve pela qual responsabiliza inteiramente o Governo Cavaco Silva, pois este «apoia as atitudes provocatórias e a falta de dignidade com que o conselho de gerência da CP se comporta à mesa das negociações».

Recorde-se que os sindicatos e outras organizações representativas naquela empresa pública dos caminhos-de-ferro mantêm, desde 11 de Fevereiro findo, uma delegação permanente junto das instalações do CG em Lisboa, sem que os gestores da CP tenham dado «o mais leve sinal de desejarem dar o mais pequeno passo no sentido de evitarem a agudização do conflito laboral na CP».

A Federação acentua que «os trabalhadores ferroviários não

desejam lançar a CP numa crise de consequências imprevisíveis, pelo que se lhes torna difícil descobrir os designios obscuros do Governo e do seu conselho de gerência, quando se recusam de forma obstinada a um diálogo sério e responsável com os sindicatos maioritários da CP».

Em mais uma posição pública emitida na passada segunda-feira, a FSTFP reafirmava que, «nestas circunstâncias se mantém sem

qualquer alteração o pré-aviso de paralisações sectoriais, a cumprir em toda a rede da CP nos dias 11, 12, 13 e 16 do corrente, em séries de meio período de trabalho diário por trabalhador».

A Federação sindical representativa dos ferroviários dava um prazo até anteontem, terça-feira, para o reinício das negociações e o levantamento da greve.

A luta na CP, que se tem agudizado este ano, mas se mantém intermitente sobretudo desde Abril do ano passado e tem tomado várias formas, continua a ter como motivos principais a contratação colectiva, designadamente o acordo de carreiras, cujo protocolo, assinado em 25 de Abril de 1986 pelo conselho de gerência nunca chegou a ser cumprido na empresa.

Os trabalhadores continuam a exigir negociações sérias e construtivas da parte dos gestores, que são da confiança do Governo, como se sabe.



Os interesses vitais da empresa e do seu pessoal têm trazido à rua os trabalhadores da CP



Os jovens não devem ser discriminados na questão do desemprego

Jovens desempregados Maior subsídio — reclama a CGTP

Embora reconheça que o subsídio de desemprego (7500 escudos mensais) para os jovens à procura de primeiro emprego é, na generalidade, «uma importante vitória para muitos jovens», a CGTP-IN reivindica o «alargamento não daquele subsídio», que considera «francamente exíguo», mas a aplicação do subsídio de desemprego (valores normais) aos jovens naquelas condições, não as restringindo «relativamente à sua forma-

ção escolar ou profissional»: A atribuição dos 7500 escudos mensais, entre outras restrições, não contempla «os jovens à procura de primeiro emprego há menos de um ano que tenham encargos familiares».

Illegalidade autorizada pelo Governo nos Açores

Reduções salariais, relativamente aos mínimos estabelecidos

por lei, foram autorizadas até 20 por cento pelo Governo Regional nos Açores. A medida aplica-se a empresas desta Região Autónoma que tenham ao serviço «praticantes, aprendizes, estagiários» ou «trabalhadores com capacidade reduzida». Neste último caso, a redução dos salários mínimos nacionais pode ir até 50 por cento.

LUTAS E TAREFAS

Legislação do trabalho Pacote cavaquista: repúdio total

À semelhança do que sucede com todo o movimento sindical unitário, o «pacote laboral» cavaquista suscitou «repúdio total» por parte do Conselho Nacional (CN) da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas de Portugal (FSTIEP). Recorde-se que a legislação que o Governo pretende pôr em vigor diz respeito a horários de trabalho, contratação colectiva, *lay-off* e agências privadas de colocação de trabalhadores. O CN da FSTIEP decidiu advertir a Assembleia da República, «a quem compete legislar sobre tais matérias, para a necessidade da sua intervenção no sentido de impedir o Governo de concretizar as suas intenções quanto à legislação laboral». Ao manifestar publicamente a sua determinação de lutar para impedir as intenções legislativas do Governo nesta matéria, a direcção da FSTIEP sublinha «o perigo real» que este pacote representa. «De facto, acrescenta o CN, ainda nem sequer o pacote foi aprovado e já duas empresas do sector de fabricantes de material eléctrico e electrónico foram autorizadas pelo Ministério do Trabalho a laborarem após a meia-noite, o que é ilegal face à legislação em vigor». Uma das mais recentes intervenções contra os anteprojectos do Governo verificou-se também na CP, onde foi reafirmado «o mais vivo repúdio» perante o «pacote antilaboral da CIP, CAP e CPP» (organizações que, juntamente com a UGT, fazem parte do Conselho Permanente de Concertação Social-CPCS). O Governo «pretende impor aos trabalhadores novas leis» sob a «capa da flexibilização», mas escondendo, de facto, o aprofundamento da exploração, que o pacote representa e pretende estimular.

Metalomecânica: ORT's dirigem-se à população

Numa intervenção pública recente, as organizações representativas dos trabalhadores da Sorefame, Equimetal, Cometna e Mompur, que se contam entre as maiores unidades nacionais do ramo da MMP (metalurgia e metalomecânica pesada) pertencentes ao sector empresarial do Estado, acusaram o Governo Cavaco Silva e os gestores dessas empresas, da Metalgest e do IPE (Investimentos e Participações do Estado) de tentativa de destruição, «a pretexto de um pretense reordenamento», gerando assim mais desemprego e fomentando «formas pre-

cárias e fraudulentas de emprego». Defendendo o diálogo, pelo qual são forçadas a lutar, as ORT's da MMP sublinham que «a carteira de encomendas é cada vez mais reduzida», e que, «em contrapartida, os dinheiros públicos são esbanjados no fomento do desemprego», vivendo as empresas cada vez pior. Os sindicatos metalúrgicos têm-se manifestado muitas vezes contra esta situação e apelado à luta para a combater. Nos últimos anos desapareceram quatro mil postos de trabalho na MMP.

Trabalhadores agrícolas e Segurança Social

Embora reconheçam que a integração dos trabalhadores agrícolas no regime geral da Segurança Social (ex-Previdência), resultado da luta dos trabalhadores, «constitui uma medida de grande alcance social», os sindicatos representativos do sector manifestam-se dispostos a mobilizar os interessados pela introdução de alterações ao respectivo diploma, pois tal como está «se traduz na manutenção de um regime especial». Os sindicatos indicam concretamente as alterações que julgam necessárias, designadamente no que diz respeito a descontos, base contributiva, subsídio de doença e maternidade.

O patrão da Celtex deve 45 277 contos aos trabalhadores

Num comunicado à população do distrito de Portalegre, o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Sul pergunta o que fez o patrão da Celtex, empresa de Santo António das Areias, aos dezasseis mil contos que «recebeu da Secretaria de Estado do Emprego e Formação Profissional para viabilizar a empresa e pagar salários». Acrescenta o Sindicato que o sr. Sequeira, com a empresa encerrada desde Junho do ano passado, continua a dever só de salários 45 277 contos, e teve agora «o desplane de pedir a falência da empresa, apresentando a mulher como credora». Segundo o Sindicato, os trabalhadores da Celtex «exigem saber se a Direcção-Geral de Finanças de Portalegre já nomeou ou não os técnicos para analisar a contabilidade da empresa; quem são as pessoas que, já há algum tempo, estão na Celtex e que estão lá a fazer; e por que razão o patrão da Celtex, sr. Sequeira, é visita assídua dessas pessoas». Naturalmente, para o Sindicato o processo é obscuro e digno de atenção.

Poder Local

Comité Local denuncia

Habitação no Porto à beira da rotura!

A construção de habitação social que permita a curto prazo acabar com as barracas e com as situações mais dramáticas, o efectivo apoio à recuperação do centro histórico, a concessão de empréstimos a longo prazo e a juro altamente bonificado às associações de moradores e às cooperativas de habitação económica, a intensificação do programa de recuperação de imóveis degradados — estas as quatro direcções fundamentais do plano de emergência que o Comité Local do Porto do PCP avançou, na passada quinta-feira, em conferência de imprensa sobre o tema, como absolutamente necessárias para resolver a situação de rotura a que chegou o parque habitacional da cidade do Porto.

A realização, no dia 28 de Março, de um encontro sobre a recuperação urbana do centro histórico do Porto e a situação do CRUARB, e de um outro sobre «A Habitação na Cidade do Porto», em 4 de Abril, são as duas primeiras iniciativas de um vasto conjunto que neste terreno irão ser promovidas no Porto.

Oito mil casas de «ilha», onde habitam 40 mil pessoas, bairros camarários superlotados e em estado acelerado de degradação, centenas de barracas todos os dias a crescer, cinco mil casas sem água, nove mil sem retrete e vinte mil sem banho, uma elevadíssima mortalidade infantil, milhares de pessoas ameaçadas de despejos, são alguns números de um problema adiado pelos suces-

sivos governos PS e PSD. Desde 1979 não se constrói no Porto uma única habitação social e foram drasticamente reduzidos os dinheiros das próprias autarquias.

«A resolução dos problemas da habitação cabe, em primeiro lugar, ao Governo. Só o Poder Central está em condições de avançar com um plano de construção intensiva de habitação social que permita encarar de frente este problema», considera o Comité Local do Porto. No entanto, «só no ano de 1986 o Governo PSD/Cavaco Silva fruto de condições externas muito favoráveis resultantes da baixa do dólar e dos combustíveis arrecadou mais de 200 milhões de contos — mas não iniciou a construção de uma única casa no Porto».

Referindo-o como o problema número-um da cidade, o Comité Local do Porto considera ainda que não competindo à câmara, por ausência de meios, resolvê-lo, o pelouro da habitação pode e deve, porém, ter neste campo um papel positivo (que não tem), na denúncia da situação, na luta pela concretização do plano de emergência, na recuperação de casas do património, no apoio às associações de moradores e cooperativas, na melhoria das condições de vida dos bairros.

«Para todas estas acções é certo o apoio e empenho dos comunistas. Mas que ninguém conte com o nosso silêncio para que os moradores aceitem passivamente a sua situação e cale as suas justas reivindicações, para desviar dinheiros destinados à habitação social para outros fins, para a venda de casas recuperadas pelo CRUARB, como acontece agora em Miragaia, para a perseguição aos moradores dos bairros, para colocar moradores contra moradores».

Apelando à luta unida dos moradores na defesa dos seus direitos e por uma vida melhor, o Comité Local do Porto realinha que só a luta de todos os democratas e trabalhadores permitirá a formação de um governo democrático que

enfrente com energia a grave situação da habitação, que resolva os problemas do povo e do país.

Miragaia: expulsar moradores

Entretanto a Junta de Freguesia de Miragaia tomou posição pública contra a decisão da Câmara Municipal do Porto de vender as casas do Monte Judeus/Cidral de Baixo, que tinham sido recuperadas pelo CRUARB-Comissariado para a Renovação Urbana da Área da Ribeira/Barredo e que se deviam destinar às famílias de Miragaia mais carenciadas.

«A Junta de Freguesia de Miragaia, já em Novembro/86 entregou na Câmara uma proposta concreta para atribuição, por arrendamento, das 14 casas, agora prontas a habitar, a igual número de famílias da freguesia, mas esta proposta foi derrotada, por incrível que pareça». Isto refere o comunicado à população, em que a Junta de Freguesia anuncia as acções que promoverá no sentido de impedir que «as casas da freguesia que foram recuperadas sejam entregues a quem tem dinheiro para as comprar e não a quem delas necessita para viver».

As casas da Rua Monte Judeus/Cidral de Baixo, em Miragaia, a concretizar-se a proposta aprovada na Câmara em 25 de Fevereiro, com o voto contrário da APU, seriam as primeiras casas recuperadas pelo CRUARB a serem postas à venda. Houve já várias tentativas, nunca conseguidas. A obra realizada pelo CRUARB, ao longo de mais de dez anos, operação de que o Porto podia e devia orgulhar-se, seria completamente subvertida, a acontecer o que agora pretende a Câmara do Porto. É um precedente que se procura abrir para desvirtuar os seus objectivos e, de facto, expulsar os moradores mais carenciados para fora da cidade.

Marina de S. Paio

E as consequências?!...

Um debate vivo e participado aconteceu recentemente na Junta de Freguesia da Afurada. Promovido pela Comissão Concelhia de Vila Nova de Gaia do PCP a propósito da grande publicidade dada a um projecto de «aproveitamento» da baía de S. Paio (Canidelo) e da zona ribeirinha da Afurada, o debate «Marina de S. Paio, que consequências?» contou com a participação dos deputados do PCP à Assembleia da República, **Ilda Figueiredo** e **António Mota**. Presentes também vereadores da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, eleitos de várias forças políticas na Assembleia Municipal, os presidentes das Juntas de Freguesia de Canidelo e Afurada e eleitos das respectivas Assembleias de Freguesia, grupos ecologistas do concelho, elementos do partido Os Verdes, para além de muitos moradores das freguesias atingidas pelo projecto.

As 13 questões prévias colocadas como ponto de partida para a discussão são, em si, um alerta para as dúvidas que deve levantar um projecto do qual, como foi afirmado por Ilda Figueiredo, «nada chegou ainda à Câmara Municipal de Gaia, o que torna pouco claras as suas verdadeiras intenções».

Uma das questões mais discutidas foi, sem dúvida, a marina. O projecto megalómano de instalar na Afurada 1800 iates de luxo coloca desde logo a interrogação: tendo em conta o desenvolvimento da área do grande Porto, o que interessará mais — a construção, por entidade privada, de uma grande marina, com dinheiro resultante da venda da extracção de areia, ou, pelo contrário, a construção pelo Estado de um complexo integrado que incluía o desassoreamento da barra do Douro, um porto de pesca, um porto comercial e uma marina para barcos de turismo, salvaguardando o ambiente e a paisagem da área en-

volvente, bem como os interesses das populações locais?

Por outro lado, qualquer projecto para aquela área envolve também a situação do porto de Leixões, que mais ano menos ano atingirá a saturação, pelo que deverá ver-se que projectos governamentais existem para a barra do Douro. Aliás, a área em questão é do domínio público marítimo e propriedade do Estado (a própria empresa autora do projecto o refere explicitamente), pelo que nunca poderia haver concessão sem o projecto ser concursado publicamente.

Reafirmando que, à partida, não há nenhuma posição do PCP contra o desenvolvimento turístico e à construção de marinas, ficou também claro que a prioridade deve ser dada à segurança da barra e a uma reivindicação antiga dos pescadores da Afurada — a construção de um porto de pesca, de um cais com condições de segurança, que lhes permita desenvolver sem riscó a sua faina diária.

Equilíbrio ecológico em causa

Outro conjunto de questões longamente discutidas no debate são os problemas relacionados com o ambiente e a paisagem.

O que acontecerá às aves e plantas conhecidas no local, face à possibilidade de desaparecer uma vasta área de vegetação arbórea pela prevista urbanização da Quinta de Marques Gomes, a própria situação em que ficará a zona de Cabedelo, o que aconteceria aos peixes do rio e aos oriundos do mar com a instalação de tanques de combustíveis e a manutenção e reparação dos barcos de recreio, com esgotos e detritos derivados da limpeza da área urbana do empreendimento?!... Tudo isto poderá destruir irremediavelmente o ecossistema de toda a área. Por parte do pelouro do Ambiente da CM de Vila Nova de Gaia, da responsabilidade da APU, vai avançar-se desde já com a inclusão da zona da Baía de S. Paio e do Cabedelo, numa proposta já entrada na Câmara, que considerará toda aquela área como «zona de paisagem protegida».

Do debate, ficou uma certeza: após ter lançado o alerta, o Partido Comunista Português não deixará de consultar de novo a população de Canidelo e Afurada, as forças vivas da área, para tomar qualquer posição definitiva sobre o assunto.

Nacional



Praça da Liberdade

Crónica de uma operária têxtil

Chama-se Rosa, tem 30 anos e é trabalhadora têxtil. Fez exame da 4.ª classe. Foi para a fábrica não tinha ainda acabado de crescer. É casada, duas filhas na primária. Os pais vieram morar lá para casa. Desempregado o pai, a reforma da mãe não dava para viver. Sempre é uma ajuda para a renda de cinco contos e tal, aumentada de novo em Janeiro. Mesmo com mais duas bocas a comer.

A Rosa é rapariga modesta. Acha que a categoria que tem lá na fábrica até corresponde às funções que executa, o salário é que podia ser maior. Não chega para viver. Não chega a vinte e seis contos, mas mesmo assim ainda é superior ao do António, o companheiro. No calçado não se ganha melhor.

Já teve três meses de salário em atraso. Com a luta conseguiram que lhes pagassem. Trabalha 8 a 9 horas por dia e é raro fazer horas extras. O sábado e o domingo são para ficar em casa, a trabalhar, claro. A casa é pequena mas dá que fazer que chegue para ocupar os dois dias. Um monótono «limpa, lava e passa» como a monotonia da máquina de que toma conta na empresa.

A Rosa gostaria de ter dado mais tempo às cachopas, se bem que agora já são mais crescidas. Que ao menos pudessem ter ido para a creche, ela sabe que isso teria sido bom para elas. Mas não, o salário nunca chegou para tais «luxos» e os avós olham por elas. Mesmo assim, raro é o mês que não gaste uns contos de réis em remédios e material para a escola. Só em livros foram 6 contos, não para ela ler, que nem tem tempo para isso, mas para a escola que começava em Outubro.

A Rosa é mulher de coragem. Quando toca a ir para a greve não se deixa ficar. Há tantos problemas na fábrica — muito barulho, pouca limpeza, humidade e frio no Inverno, calor infernal no Verão, poucas casas de banho, e com idas controladas, revista à saída, uma vergonha. Já quiseram pô-la como delegada sindical. Não aceitou. Não quer ter problemas lá em casa.

Podíamos ter ouvido a Rosa, no sábado passado, no Porto, dizer no seminário da Federação Têxtil: «quando caio na cama nem sei se sou eu», como ouvimos outras mulheres, igualmente corajosas, do seu sector. Ainda não foi desta vez que veio... chama-se Teresa, Fátima, Maria ou Margarida, tem o nome das mulheres portuguesas que trabalham e são exploradas.

A Rosa recebeu uma camélia da mão doutra mulher. Foi na Póvoa de Varzim, logo pela manhã, no domingo, 8 de Março. «É Dia da Mulher», disseram-lhe. Versos que nunca tinha lido «esta gente cujo rosto...» fizeram-na pensar todo o caminho de regresso a casa. E olhou com mais carinho e mais orgulho ainda para as duas rapariguinhas que a esperavam impacientemente na soleira da porta.

(Baseado em «A Pobreza nos Sectores Têxtil, Lanifícios, Vestuário e Calçado» estudo apresentado no seminário sobre a situação da mulher trabalhadora «Pensar o Presente, Construir o Futuro» — Porto, 7/8 Março 87).

■ J.L.

Juventude

As Letras em luta!

Já não há blás-blás ministeriais que consigam iludir a grave crise que se vive no Ensino em Portugal. A luta há meses conduzida pela Comissão Nacional Coordenadora dos Estudantes de Letras — que esta semana continua a paralisar as Faculdades de Letras do País, com greves rotativas a 10, 11, 12 e 13 — são disso prova bastante.

Pois os alunos de Letras voltaram à greve, paralisando totalmente as respectivas Faculdades em todo o País. Esta semana optaram por paralisações rotativas, que começaram na terça-feira, dia 10, em Lisboa, continuaram ontem, dia 11, na Faculdade de Letras de Coimbra e na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, continua hoje, dia 12, na Faculdade de Letras do Porto e prossegue amanhã, dia 13, com uma greve nacional, ou seja, em todas as Faculdades em luta. Está também prevista pra hoje uma manifesta-

ção no Porto e amanhã uma outra em Lisboa, de nível nacional, bem como uma iniciativa original a concretizar no próximo dia 24 de Março: a realização de uma aula pública, em pleno Rossio lisboeta.

Como já referimos anteriormente, a luta dos estudantes de Letras pela reestruturação das suas Faculdades e pela diversificação das suas saídas profissionais é uma luta antiga e que atravessou várias fases, assentando basicamente em duas questões: necessidade de uma formação psicopedagógica que habilite os licenciados por estas Faculdades a

leccionar e uma reestruturação curricular que promova a diversificação de saídas profissionais.

Na actual fase — como também já referimos — a luta tem a sua motivação próxima num plano de reestruturação discutido e aprovado no segredo dos gabinetes dos Conselhos Científicos e, ao que parece, com o beneplácito do ministro. Tal plano, para além de não promover a diversificação de saídas profissionais, introduzia intoleráveis mecanismos de selectividade, como seja um novo *numerus clausus* na passagem do quarto para o quinto ano.

A saída foi a luta. E a greve, que esta semana prosseguiu nas modalidades que já referimos. O vigor e a determinação com que os estudantes têm procurado defender os seus interesses continua a dar que falar... e a fazer tremor o ministério de João de Deus Pinheiro.

Assembleia da República**Deputados comunistas no Parlamento Europeu dão conferência de imprensa**

Na CEE são os comunistas portugueses quem está em melhores condições para defender os interesses nacionais

O PCP é, de todas as forças políticas portuguesas, a que se encontra em melhores condições para garantir a defesa dos interesses nacionais nas relações com a CEE, afirmaram em conferência de imprensa realizada no Centro de Trabalho da Soeiro Pereira Gomes na passada segunda-feira os três deputados comunistas membros do Parlamento Europeu que apresentaram uma detalhada informação sobre o que tem sido a sua actividade naquele órgão da Comunidade Europeia, quais os projectos em vista para o futuro próximo, esclarecendo simultaneamente um conjunto de questões de princípio de particular importância.

O PCP, começa por se afirmar na declaração apresentada aos jornalistas, tendo feito firme oposição à adesão à CEE, não declina, como grande força política nacional, o seu direito e o seu dever de intervir em tudo quanto diga respeito às relações entre Portugal e a CEE e às complexas consequências da adesão do nosso país a essa organização supranacional, acrescentando-se mais adiante:

Ao contrário das outras forças partidárias, o PCP não está hipotecado à decisão que, sem acautelar devidamente os interesses do desenvolvimento independente do País, conduziu à Integração de Portugal na CEE. E, também ao contrário das outras forças partidárias, o

PCP estudou a fundo as condições e consequências da adesão, alertando a tempo para os seus efeitos negativos sobre o

conjunto dos sectores da economia portuguesa e sobre a própria independência do País.

Fazendo um balanço da actividade já realizada em 1986 e 1987 afirma-se no mesmo documento que as intervenções do grupo parlamentar comunista não têm paralelo, (no conjunto dos deputados portugueses) no plano quantitativo. Mais de 60 intervenções em plenário (só em 1986). Um número idêntico de perguntas escritas e orais (requerimentos e interpelações). Dezenas de propostas de altera-

comprovado que, dirigindo-se a todos os deputados do PE, só encontram o eco e a iniciativa pretendidas nos deputados comunistas. Assim continuará a ser, sempre que os interesses sectoriais não contrariem o interesse nacional.

Resumindo, os deputados do PCP não perderam as raízes, não esqueceram a realidade do seu país, não se tornaram «supranacionais» em relação ao seu povo.

Iniciativas concretas

Para além de uma grande campanha de informação sobre a CEE que o PCP se propõe realizar (ver caixa), foi declarado na conferência de imprensa que o PCP coloca na ordem do dia a exigência de uma renegociação dos acordos e condições de Adesão de Portugal à CEE e, através dos seus órgãos de direcção, prepara a apresentação, a nível nacional e comunitário, de um conjunto de propostas concre-

tas envolvendo a generalidade dos sectores de actividade e domínios cobertos pelo Tratado visando novas cláusulas de salvaguarda, prorrogação dos períodos transitórios, programas específicos em favor da economia portuguesa e a profunda revisão das condições financeiras — com o objectivo fundamental de afastar as condições ruinosas e de preservar ao máximo as possibilidades de desenvolvimento económico independente do País.

Na conferência de imprensa estiveram presentes os camaradas Joaquim Miranda da Silva (economista, técnico do Secretariado das UCP's/Cooperativas, deputado à AR desde 1979 por Portalegre), vice-presidente do Grupo Comunista do Parlamento Europeu; José Barros Moura (jurista, ex-professor assistente de Direito do Trabalho na Faculdade de Direito de Lisboa, director do gabinete de estudos da CGTP-IN), membro da Comissão de Assuntos Sociais do Parlamento Europeu; José Brito Apolónia (eng.º químico, fez carreira profissional na CUF, onde foi aprendiz e operário, gestor da CUF após a nacionalização, e ex-presidente da CM da Moita), vice-presidente da Comissão de Transportes do Parlamento Europeu.

Na mesa estava também presente o camarada Joaquim Pina Moura, membro suplente do CC do PCP.

José Afonso

Ao abrigo do Artigo 49.º do Regimento, os deputados comunistas apresentaram a seguinte declaração escrita no Parlamento Europeu:

«Morreu José Afonso, grande cantor português, ao cabo de um percurso humano, cívico e político que lhe granjeou o respeito e o apreço do seu povo. Cidadão inconformado, assumiu desde a juventude a luta pela liberdade e pela democracia, suportando a prisão e o ostracismo, o silenciamento hostil da obra singularíssima com que abriu rumos novos na música do nosso tempo. Cantor da insubmissão, da confiança, dos dias difíceis e das horas acesas da construção de Abril, foi sempre, acima de tudo, uma personalidade fraterna, desafiadora, radical. Não temendo a controvérsia, moveu-se nos terrenos da exigência estética, ideológica e cultural, combatendo todas as formas de acomodamento ou de opressão. A Revolução de 74, de que é um símbolo perdurador, deve-lhe o sinal de partida, esse cantar particularmente luminoso que é *Grândola/Vila Morena*, testemunho de energia colectiva e de apego melódico às raízes populares.

Poeta, compositor, intérprete inigualável, desencadeou com a sua voz as tempestades da mudança e da porfia. Sonhou uma pátria justa e livre; uma Europa e um mundo de homem iguais, organizados democraticamente, sem tutelas políticas, económicas ou afectivas. Por isso se bateu com extrema coerência e dignidade. A sua morte, ocorrida após longos momentos de sofrimento, durante os quais suscitou emocionante onda de solidariedade nacional e internacional (de Lisboa a Paris, das múltiplas localidades da sua terra e de Espanha à República Federal Alemã e a muitas cidades e vilas doutros espaços continentais), empobrece, de forma irremediável, uma cultura que, sendo genuinamente portuguesa, a Europa homenageia. José Afonso continuará connosco, pois, no devir da esperança».

Este texto foi redigido pelos escritores portugueses António Lobo Antunes, Fernando Namora, José Cardoso Pires, José Manuel Mendes, José Saramago, Lídia Jorge e Manuel Alegre, para servir de base à presente declaração escrita.

Fazendo-o seu e, tal como os autores, unidos, para lá das diferenças políticas, pelos valores comuns da liberdade, da justiça e do apego, na solidariedade, às raízes culturais de cada povo — que José Afonso tão bem soube cantar,

Os deputados do Parlamento Europeu abaixo-assinados pretendem deste modo homenagear, com um acto de cultura e de esperança, a memória do grande cantor português, manifestando todo o apoio político à divulgação da sua obra.

Para ser transmitido à Comissão e ao Conselho.

ção, muitas delas aprovadas. Inúmeras propostas de resolução, com frequência aprovadas. Uma presença e participação constante e qualificada nas Comissões e Delegações que, aliás, explicam os relatórios e as responsabilidades de coordenação ou de direcção, que já lhes foram atribuídos.

Reforço da posição negocial portuguesa

O PCP, diz-se também no mesmo documento, encara a sua intervenção no Parlamento Europeu de acordo com os objectivos enunciados, também, na óptica do reforço da posição negocial portuguesa no contexto da CEE.

Este reforço não tem — denunciaram os deputados comunistas — encontrado qualquer colaboração por parte do Governo.

Em contrapartida, sublinha-se que a acção dos deputados comunistas assenta numa permanente ligação ao Partido e às suas organizações, às organizações de massas, às organizações económicas e sociais, às autarquias locais, que procuram constantemente auscultar para poderem defender os seus interesses no Parlamento Europeu, o que leva a que hoje, muitas organizações — inclusive do patronato ou influenciadas por outros partidos políticos que não o PCP — terão já

Campanha de informação do PCP sobre a CEE

Na conferência de imprensa foi anunciado o lançamento de uma grande campanha de informação sobre a CEE que o PCP se propõe realizar e que cobrirá as principais regiões do País e as principais camadas da população. Dessa campanha fazem parte algumas grandes iniciativas das quais foram indicadas um seminário

sobre a CEE e a independência nacional, um seminário sobre o Poder Local e a CEE, um encontro sobre a situação económica e social do distrito de Setúbal, uma iniciativa sobre a CEE e a agricultura e várias grandes iniciativas dirigidas à juventude.

Iniciativas dos deputados comunistas no Parlamento Europeu

Os deputados do PCP apresentaram já na sessão do Parlamento Europeu que se iniciou na segunda-feira uma Proposta de Resolução sobre a aplicação do Acto Único e sobre as reformas do financiamento, dos fundos estruturais e da política agrícola comum tendo em conta a necessidade de garantir o desenvolvimento económico de Portugal.

Complementarmente, apresentam mais as seguintes propostas: concretização de um pro-

grama específico para o desenvolvimento da indústria portuguesa; medidas de recuperação económica e de promoção do emprego produtivo nas regiões industriais em declínio, nomeadamente, Setúbal, Covilhã, Tramagal, Bacia carbónica do Douro e Marinha Grande; apoio à pesca artesanal em Portugal; defesa do património florestal do país e combate à plantação indiscriminada de eucaliptos.

**Malhas que o capital tece**

Por que motivo mandou Reagan bombardear a Líbia?

O que visam as cimeiras do «clube dos ricos», como a que recentemente se realizou em Tóquio?

Que razões levam o imperialismo a jogar na agudização da situação internacional?

Que sugerem os que afirmam ter começado já a Terceira Guerra Mundial?

Quantas e quantas perguntas não formulam os portugueses, particularmente os trabalhadores, muitas vezes sem conseguirem encontrar as respostas. Daí a importância de livros como este.

Que pode não nos dar a resposta expressa, directa. Mas que nos fornece os elementos indispensáveis para nós próprios encontrarmos as respostas para as perguntas que formulamos.

Assembleia da República

Mulheres exigem igualdade de oportunidades

Da mulher e da sua situação, dos problemas e discriminações a que estão sujeitas, das diferenças de oportunidades, das injustiças e afrontas impunemente cometidas no dia-a-dia, da distância que vai entre a lei e a vida — sobretudo para a mulher trabalhadora — se falou, faz agora uma semana, na Assembleia da República.

Em vésperas do dia 8 de Março, um debate oportuno onde surgiram propostas concretas, a merecer títulos de cabeça de página, a concitar apoio e a colher uma aparente unanimidade em torno de uma luta dirigida para a abolição das desigualdades. Mas será mesmo assim? Será plena a correspondência entre as palavras declaradas e as intenções? Será que nada se esconde por detrás de bem elaborados e envernizados discursos? Ouvindo as intervenções dos partidos de direita assim parece. Mas, então, em que teia se tecem as condições que perpetuam a exploração e a subalternidade?

Os números falam por si: apesar de constituir a maioria da nossa população, no Parlamento apenas 5 por cento dos deputados são mulheres, apenas 1 por cento dos municípios portugueses têm na presidência uma mulher, em 14 pastas ministeriais só há uma ministra; em 32 secretarias de Estado apenas três são chefiadas por mulheres; não há uma única deputada portuguesa no Parlamento Europeu, apenas 15 por cento das mulheres ocupam lugares de direcção e de quadros superiores quando constituem a maioria dos trabalhadores de profissões científicas e liberais, em

suma, nos lugares de decisão, as mulheres estão muitíssimo pouco representadas.

Tal facto surge assim, como salientou Ilda Figueiredo, como um «dos mais graves condicionamentos da igualdade de oportunidades e simultaneamente um travão à abordagem do problema da discriminação». Na própria Assembleia se faz sentir, aliás, esta realidade quer através das dificuldades impostas à existência da Comissão da Condição Feminina, ao não reconhecimento das suas competências, aos obstáculos que enfrenta.



Numa breve intervenção a camarada Aida Nogueira — em quem momentos antes Vasco da Gama Fernandes personalizara a luta corajosa das mulheres portuguesas — chamou a atenção do hemiciclo para as posições do PCP, partido de há muito empenhado na luta emancipadora da mulher



Ilda Figueiredo: «as mulheres reivindicam que da igualdade de direitos se passe à igualdade de oportunidades e se ponha cobro ao fosso que separa a lei da vida»

Desigualdades de acesso

Mas é através de alguns exemplos relacionados com a condição da mulher no que diz respeito ao trabalho, à sua independência económica, às situações de injustiça social, ao desemprego e ao cumprimento da lei, que se pode aferir do profundo fosso que separa a igualdade de direitos da igualdade de oportunidades em que se encontram as mulheres portuguesas.

Significativo é, sem dúvida, o caso referido pela deputada comunista relativo à posição governamental e às declarações do Ministro do Trabalho apontando para a tentativa de impor às mulheres o trabalho nocturno na indústria, pondo em causa a própria Convenção da OIT, ratificada pelo nosso país.

Sendo hoje reconhecido que o exercício de uma profissão e consequente independência económica constitui uma questão essencial para a emancipação não deixa entretanto de ser sintomático, como sublinhou Ilda Figueiredo, que se mantenham e intensifiquem as situações de desigualdade no «acesso ao emprego, no trabalho, nas remunerações salariais na dificuldade de promoção na carreira, na formação profissional».

Neste debate sobre a situação da mulher foi importante, por outro lado, que a bancada comunista tenha chamado a atenção para a manutenção de elevados níveis de desemprego e da precariedade de trabalho que apenas contribuem para multiplicar as «situações de exploração sexual», para os contratos a prazo e para o trabalho clandestino que a coberto da política governamental apenas servem para facilitar a vida a «patrões sem escrúpulos».

Hipocrisia da direita

Deixando a nu a hipocrisia dos discursos provenientes das bancadas dos partidos de direita, é sintomático por seu turno que o Governo continue a nada fazer no sentido de cumprir diplomas aprovados pela Assembleia da República há três anos, como são os casos da lei de protecção da maternidade e da paternidade, a lei de educação sexual e do planeamento familiar, a lei que prevê em alguns casos a interrupção voluntária da gravidez ou ainda a lei do

acompanhamento da mulher durante o trabalho de parto.

Mas se este debate valeu pela denúncia frontal de situações humilhantes a que muitas mulheres continuam a ser sujeitas, se serviu para detectar o que está mal — cabe aqui salientar a intervenção de Vasco da Gama Fernandes que em comoventes palavras soube de forma rara exprimir o valor e o papel das mulheres na nossa vida democrática — ele foi também uma oportunidade para avançar propostas orientadas para a resolução dos problemas de discriminação da mulher.

Foram nesse sentido as palavras finais de Ilda Figueiredo ao recordar perante o hemiciclo a necessidade de serem aprovadas a curto prazo iniciativas legislativas que satisfaçam nomeadamente a atribuição de um subsídio especial aos filhos a cargo de mães ou pais só em precária situação económica, a atribuição de uma pensão de alimentos à mãe só durante o período de gravidez, a garantia de alimentos a menores, entre outras medidas de alcance social, de há muito reclamadas por diversas organizações de mulheres.

Acabaram-se as bombas de carnaval e ninguém leva a mal

Com a aprovação do projecto de lei do PCP que institui um novo enquadramento legal à venda de bombas de Carnaval, o Parlamento deu um importante passo no sentido de uma maior segurança dos cidadãos e em especial das crianças, eliminando assim os perigos que decorrem do manuseamento destas verdadeiras bombas de arremesso.

Correspondendo aos apelos de associações de pais e alunos que têm vindo a exigir medidas que evitem a venda destas bombas e aos alertas de diferentes entidades que têm chamado a atenção para as insuficiências da legislação até agora em vigor, esta iniciativa legislativa do PCP veio com efeito introduzir normas legais claras que para além da protecção e segurança dos cidadãos — consagrando um regime legal adequado à classificação e comercialização das bombas de Carnaval — tem ainda o mérito de reforçar o con-

trole em relação a uma substância explosiva que pode constituir factor perturbador da tranquilidade dos cidadãos e da segurança pública.

As medidas contempladas na legislação agora aprovada vêm, por outro lado, ao encontro das preocupações manifestadas em diferentes momentos por vários organismos, como sejam o Instituto Nacional de Defesa do Consumidor que ainda há bem pouco tempo alertava para o perigo do uso de bombas de Carnaval ou a Fundação Portuguesa de Cardiologia que não deixou também de chamar a atenção para os riscos da explosão de bombas de Carnaval no agravamento de doenças cardíacas ou no desencadear de arritmias.

Mas como salientou João Abrantes, a quem coube a apresentação do projecto de lei, existem diversos outros factores que pesaram na decisão de apresentar

o presente diploma e que resultam de polémicas interpretações da lei actual. Na verdade, enquanto que por exemplo um parecer da Comissão de Explosivos considera perigosas as bombas de Carnaval já que correspondem a bombas de arremesso e na sua composição entra pólvora negra e o próprio INDC considera ilegal a sua venda, dada a sua perigosidade, a PSP, como foi referido, «entende que a proibição da sua venda não está claramente expressa na lei».

É, pois, neste quadro que surge esta resposta legislativa da bancada comunista, iniciativa que não tem em vista reduzir a natural alegria que se faz sentir na quadra carnavalesca — as cégadas de Sesimbra, as «brincas» do Alentejo ou os enterros do Entrudo no Norte, são disso expressivo exemplo — mas sim instituir um quadro legal onde se desenvolvem «divertimentos que não atentem contra a nossa saúde e segurança».

Loures sofre mau cheiro de Lisboa

Só a intervenção urgente do Poder central, a conjugação de esforços entre municípios e a disponibilidade de diálogo entre os eleitos autárquicos permitirão encontrar as soluções adequadas para os mais graves problemas — alguns em situação de iminente ruptura — que atingem o concelho de Loures.

A afirmação é de Jerónimo Sousa, deputado comunista que ainda recentemente visitou algumas localidades do concelho, tendo na ocasião observado directamente aqueles que são hoje considerados os seus problemas centrais: a lixeira de Beirolas; a poluição do rio Trancão; as condições infra-humanas em que vivem largas dezenas de famílias no bairro da Urmeira, Pontinha, e o nó viário de Odivelas.

Dando a conhecer os resultados dessa visita, na qual se integraram para além de outros deputados do PCP dezenas de autarcas de várias forças políticas e alguns técnicos camarários, Jerónimo de Sousa começou por referir os efeitos nefastos que em consequência de um deficiente funcionamento da fábrica de tratamento de Beirolas (onde diaria-

mente são despejadas mais de 800 toneladas de lixo) se fazem sentir sobre a saúde dos habitantes das freguesias de Sacavém, Portela, Moscavide e Olivais. Face às insuficiências verificadas na unidade industrial, que umas chamadas «valas sanitárias» procuram sem êxito remediar, as populações das referidas áreas e o próprio Tejo vêm-se assim confrontados com cheiros nauseabundos e líquidos poluentes.

Um pouco mais a norte, na zona de Sacavém, outro grave problema de poluição afecta as gentes ribeirinhas, sendo unânime o reconhecimento de que só uma acção concertada de várias entidades lhe poderá pôr cobro. Trata-se do rio Trancão, autêntico cano de esgoto a céu aberto que um grupo de jovens em defesa do rio, como foi dito, ainda acredita ser

possível recuperar, impedindo deste modo que tal «veio envenenado» entre diariamente no Tejo.

No decorrer da visita, os deputados comunistas tiveram ainda ensejo de contactar com os habitantes do Bairro da Assembleia Distrital de Lisboa, muitos deles a braços com acções de despejo por parte do governador civil, e com

Hospital do Barreiro

A situação de pré-ruptura em que se encontra o Hospital do Barreiro, caso não sejam adoptadas medidas urgentes por parte do Ministério da Saúde, constituiu por seu turno o alerta deixado também na passada semana pelo deputado Vidigal Amaro na sequência de uma recente visita que efectuou àquela unidade hospitalar.

Inaugurado em Setembro de 1985, aquele novo hospital mantém-se inexplicavelmente em regime de instalação e sem qualquer quadro de pessoal aprovado, situação que segundo foi referido conduz à não abertura de concu-

moradores alojados desde as cheias de 1966 em barracas onde as condições são da mais extrema miséria. Levando ao conhecimento da Assembleia o sentir dessas pessoas, o deputado comunista recordou o seu legítimo direito a uma habitação digna e a sua reclamação de medidas onde prevaleça a «justiça social».

Para o preenchimento das vagas médicas existentes e à saída do Hospital de especialistas entretanto colocados noutras unidades de saúde.

Fundamentando a sua afirmação, citou os casos de **pediatria** onde neste momento se encontram apenas dois pediatras (quando já foram oito) e de **medicina interna** onde já trabalharam oito médicos e hoje se encontra reduzido apenas a três.

Lamentando este estado de coisas, Vidigal Amaro afirmou que se o Ministério de Leonor Beza não autorizar a que os médicos pedia-

tras fiquem em Comissão de Serviço no Hospital do Barreiro corre-se o risco de em breve deixar de haver urgências pediátricas, situação que poderá ser extensível à medicina interna.

«Urge rapidamente acabar com o regime de instalação e com todos os bloqueios que estão a impedir a existência de um quadro no Hospital do Barreiro — salien-

Atentados à cultura no Algarve

O período antes da ordem do dia do Plenário realizado faz hoje oito dias foi ainda aproveitado pelo deputado José Cruz, do Grupo Parlamentar do PCP, para levar ao conhecimento da câmara dois actos que classificou de atentados à cultura, protagonizados por dois responsáveis do PSD no Algarve, concretamente a delegada regional da Secretaria de Estado da Cultura, que acumula o cargo de vereadora do pelouro da cultura na Câmara de Loulé e o presidente deste Município.

Provocando uma onda de indig-

nação entre a população algarvia, a que os órgãos de informação regional deram a seu tempo o devido relevo, tais actos referem-se ao despejo do Grupo de Teatro Lethes do edifício onde estavam instalados, ordenado pela representante da SEC e à não cedência do Cine-Teatro Louletano à Casa da Cultura de Loulé para realização de um espectáculo com Carlos Paredes, interdição decidida pelo presidente do município sob a alegação de que o artista não levaria à sala lotações que justificassem a cedência.

Nacional

Dia Internacional da Mulher

Comemorações em todo o País

Passou este ano o 130.º aniversário do 8 de Março – Dia Internacional da Mulher, que mais uma vez foi condignamente assinalado em todo o País pelas forças democráticas, o movimento sindical, organizações cívicas, de mulheres, autarquias, etc. O PCP organizou centenas de iniciativas de que destacamos, nesta edição, um comício com o secretário-geral, Álvaro Cunhal, realizado em Costa de Caparica, Concelho de Almada, comemorando simultaneamente o 8 de Março e o 66.º aniversário do Partido.

Assinalando que a origem do “8 de Março” reside na luta histórica das mulheres trabalhadoras pela redução do horário de trabalho, quando em 1857 as operárias têxteis de Nova York se recusaram a trabalhar 16 horas por dia e, por isso, foram brutalmente reprimidas, a CGTP-IN considera que, neste momento, é particularmente preocupante a intenção do Governo Cavaco Silva de, não só aumentar o tempo diário e semanal de trabalho para todos os trabalhadores e trabalhadoras, como também de impor como obrigatório o trabalho feminino nocturno na indústria.

«Esta última medida, além de ter já merecido o repúdio generalizado das organizações femininas não governamentais (incluindo as ligadas aos partidos políticos), seria, se levada à prática, uma violação escandalosa das convenções da OIT sobre a matéria e, em vez de contribuir para a igualdade entre homens e mulheres, agravaria, sim, a discriminação das trabalhadoras portuguesas no contexto social e económico em que o País vive presentemente.»

Daí o apelo muito claro da CGTP-IN por ocasião desta efeméride, mobilizando para a luta:

«A CGTP-IN apela, pois, por ocasião do “8 de Março”, à luta dos trabalhadores, mulheres e homens, contra todas as discriminações (profissionais, salariais, familiares, etc.) na base do sexo e, em particular, para que seja derrotado qualquer projecto do Governo para tornar obrigatório o trabalho feminino nocturno na indústria e/ou aumentar o tempo de trabalho, reclamando, em contrapartida, a redução do tempo de trabalho para a semana máxima de 40 horas.»

Gotas do oceano

Por óbvia impossibilidade de dar uma cobertura completa ou sequer fazer uma breve amostragem de tudo o que se passou no País em matéria de comemorações do 8 de Março, vamos dar conta de algumas actividades cuja notícia chegou à nossa redacção, assim como quem mostra umas «gotas do Oceano».

No distrito de Braga a comissão organizadora das comemorações do 8 de Março foi composta pelo MDM, departamento de mulheres da USB e Sindicato dos Professores do Norte e contou ainda com o apoio da Cooperativa Novos Pioneiros, Grupo de Teatro Profissional Cena e ainda do Grupo Folclórico de Ferreiros. Neste distrito, desde o dia 6 de Março que grupos de mulheres trabalhadoras visitaram várias empresas onde predomina a mão de obra feminina, distribuindo o manifesto

alusivo ao 8 de Março, salientando-se a «Gori», onde as trabalhadoras asseguram desde há 4 meses, em piquetes permanentes, que os patrões (que fizeram lock-out) não retirem as máquinas e outros materiais, prejudicando uma possível viabilização e consequente manutenção dos postos de trabalho. No dia 8, durante a manhã, em Guimarães, Braga, Fimalicão e Barcelos houve visitas aos hospitais com distribuição de mulheres internadas de um postal comemorativo e flores. De tarde, realizou-se em Guimarães um colóquio subordinado ao tema «Mulher, Hoje em Portugal». Em Braga, na Av. Central, realizou-se uma festa com cantares e danças populares, que contou com a presença de largas centenas de pessoas, e onde foram feitas intervenções sobre a paz e sobre a situação da mulher no distrito de Braga. No final foi aprovada uma moção em que se exigia do Governo o cumprimento efectivo das leis que à mulher dizem mais directamente respeito, assim como a exigência da pronta eliminação do trabalho infantil, clandestino e precário. À noite, o Grupo de Teatro Cena representou a peça «Sopapos, Tacholletes, Pontapés e etc.», que teve uma larga audiência de mulheres.

No distrito de Évora há a destacar três iniciativas: em Estremoz, na freguesia de S. Bento do Cortiço, onde uma festa-convívio reuniu mais de 200 pessoas (a maioria mulheres), animada por uma exposição das crianças, outra dos alunos da escola e pela actuação do rancho folclórico local; em Évora, no dia 6, no Salão Nobre da Câmara, onde um colóquio subordinado aos temas «A Emancipação da Mulher no Portugal de Abril» e «Dia Internacional da Mulher» contou com a participação de José Casanova, membro da Comissão Política do CC do PCP; em Montemor-o-Novo, onde no dia 7 um programa desportivo mobilizou à volta de 500 atletas, com numeroso público a assistir, seguindo-se à noite um debate e, no dia seguinte, uma sessão alusiva à efeméride no teatro local, com 600 pessoas a assistir a diversas intervenções políticas e à actuação de um grupo musical.

Chegou-nos igualmente notícia de um jantar convívio organizado por uma comissão unitária de mulheres na Madeira, realizado no Funchal com a presença de cerca de 60 pessoas e integrado nas comemorações do 8 de Março.

Uma iniciativa curiosa ocorreu na Câmara Municipal de Lisboa, por parte dos eleitos da APU, que explicam: «No âmbito das comemorações do 8 de Março – Dia Internacional da Mulher – a APU requereu e foi aprovado pela Câmara, na sua sessão do dia 2, a

discussão e votação para a próxima sessão do dia 9 de Março, de duas propostas concretas sobre direitos da mulher.

A primeira tem em conta, nomeadamente, o seu papel fundamental, quase ignorado, no campo social e a sua representação elevada (52%) na população activa na cidade de Lisboa. A segunda tem em consideração a quase impossibilidade de casais de jovens com filhos pequenos poderem ter qualquer actividade cultural. É o seguinte, o teor das propostas:

«1. – Criação de lavandarias do tipo “self-service” em bairros municipais e uma campanha sensibilizadora, no sentido da sua respectiva utilização por homens e mulheres.

«2. – Refeitórios municipais, a fim de fornecerem refeições confeccionadas para abastecimento local das populações, nomeadamente idosos e mulheres, estas, na dupla condição permanentemente penosa.

«3. – Promoção da instalação de um serviço de guarda e apoio de crianças até aos 6 anos em teatros municipais e/ou anexos adequados a funcionarem aos sábados e domingos à tarde e sábado à noite.»

De referir ainda a saudação enviada às mulheres de Setúbal pela Comissão Concelhia do PCP local, em particular «as mulheres trabalhadoras que lutam em defesa dos postos de trabalho, pela viabilização das empresas, pela melhoria das condições de vida e de trabalho».

Destaque, finalmente, para as iniciativas promovidas pelo MDM do distrito de Santarém, nomeadamente uma Jornada Distrital de Desporto Feminino em Almeirim, onde participaram cerca de 150 atletas vindas de numerosos clubes e associações de diversos concelhos ribatejanos e que contou com o apoio e colaboração de numerosas autarquias (Câmaras e Freguesias), entidades oficiais e clubes e associações desportivas.

Em Coimbra o MDM e o departamento das Mulheres dos Sindicatos do Distrito realizaram no «Chiado» uma sessão onde se abordaram diversas questões particularmente gravosas para a mulher (saúde, trabalho, planeamento familiar, etc.), seguindo-se uma parte recreativa, com a projecção de um filme. Presente, 150 pessoas.

RTP: vergonha!

Como já dissemos, referimo-nos apenas às iniciativas em cuja notícia nos chegou, a tempo, à redacção, ficando «de fora» a maioria esmagadora. O que não ficou, de certeza, fora foi a referência à festa e luta que mais uma vez acompanharam — e com particular intensidade, dada a grave situação socioeconómica que vivemos — as inúmeras iniciativas vividas em todo o território nacional. Pois a RTP, o principal órgão de Informação nacional, pago por todos os portugueses, «conseguiu» ignorar quer o significado da data, quer a dimensão e o espírito das comemorações, provocando um enérgico protesto da CGTP-IN.

25 de Abril, sempre! Centenas de democratas apelam às comemorações

«É um dever de todos os democratas comemorar o 25 de Abril, data em que, após uma longa tirania, o povo reconquistou a Liberdade», lê-se na abertura de um apelo às comemorações do 13.º aniversário do 25 de Abril, subscrevendo por centenas de personalidades democráticas, que considera a seguir que «as comemorações populares têm sido, ao longo dos anos, motivo para uma afirmação democrática. Da derrota das forças restauracionistas nas eleições presidenciais resultou

uma mais larga convivência cívica e uma maior confiança no futuro do 25 de Abril como força da Liberdade. O 25 de Abril é de todos os democratas. Celebrar o 25 de Abril é, para além da afirmação colectiva de apoio às instituições democráticas, recordar a acção corajosa dos militares de Abril que devolveram aos seus concidadãos a plena dignidade cívica e evocar a longa e persistente resistência popular ao fascismo».

E mais adiante: «os signatários deste apelo têm consciência de

que, sem distinções de ideologia, crença ou militância política cimentam, na pluralidade, uma convergência nacional e patriótica em defesa dos ideais do 25 de Abril; por isso apelamos à realização, com a maior dignidade cívica, da Festa da Democracia e da Liberdade. É também um apelo à Fraternidade, à Paz, pela Independência e pelo Progresso de Portugal.»

São as seguintes, as personalidades que subscreveram o apelo:

Abílio Curto
Abílio Fernandes
Afonso Carvalho
Agostinha Almeida
Agostinho de Sousa
Alberto Vicente
Alicia Bastos
Alda Nogueira
Alfredo B. Esperança
Alípio de Melo
Álvaro Neves da Silva
Álvaro Rana
Álvaro Seça Neves
Ana Gonçalves
Ángelo Velloso
Aníbal Aquilino Ribeiro
Aniceto Afonso
Antonino Ventura
António A. Faicão de Freitas
António Abreu
António Almeida
Martins
António C. Baltazar
Lourenço
António Dias Lourenço
António Freire
Mihheiro
António Feu
António Fonseca
Ferreira
António Galhordas
António Guterres
António José
Castanheira Jorge
António José Santinho
Pacheco
António Linhaça
António Lopes
Cardoso
António Luís Landeira
António Marques
António Marques
Júnior
António Paulouro
António Ramos Rosa
António Santos
Gonçalves
António Ventura
Aquilino Ribeiro
Machado
Artur Baptista
Artur Cunha Leal
Artur Rosa
Artur Vaz
Augusto G. Dias
Bacelar Begonha
Bártolo Paiva Campos
Benigno Gomes
Blasco Hugo
Fernandes
Boaventura Sousa
Santos
Bonza Serrano
Carlos Aboim Inglês
Carlos Brito
Carlos Candal
Carlos Costa
Carlos Crujeira
Carlos Cruz Oliveira
Carlos Fabião
Carlos Lage
Carlos Lima das
Neves
Carlos Luís Figueira
Carlos Marques
Carlos Pinto
Carlos Sá Furtado
Carlos Santos
Carmen Dolores
Carolina Quina
Carolina Tito Morais
Carreira Marques
Costa Pinheiro
Cristóvão Moreira
Daniel Amaral
Daniel Branco
Daniel Rodrigues
Delgado da Fonseca
Duarte Nuno Simões
Duarte Vidal
Edgar Correia
Edite C. Pires
Edite Estrela
Edmundo Pedro
Eduarda Ferreira

Eduardo Cortesão
Eduardo Gomes
Abreu
Eduardo Pires
Elisa Damião
Emídio Guerreiro
Emídio Martins
Fausto Lima
Fausto Martins
Feliciano David
Fernanda Lopes
Cardoso
Fernanda Mateus
Fernando Cairos
Fernando Casimiro
Fernando
Lopes-Graça
Fernando Loureiro
Fernando Piteira
Santos
Fernando Silveira
Ramos
Fernando Vale
Ferreira de Abreu
Fisher Lopes Pires
Flora Pereira da Silva
Fonseca e Costa
Francisco Costa
Gomes
Francisco Garcia
Francisco Salgado
Zenha
Garrido Borges
Gonçalves da Costa
Helder Madeira
Helena Almeida
Helena Andrade e
Silva
Helena Bastos
Helena Cidade Moura
Helena Neves
Helena Roseta
Hélio Carmona
Henrique de Barros
Herculano Pombo
Ilda Pires
Isaura Vieira
Ivo Jorge Santos
Pinho
Jacinto Batista
Jaime Serra
Jerónimo de Sousa
João Abel Manta
João Amaro
João Cunha Serra
João Figueiredo
João Hogan
João Mota
João Silva
João Silvério
João Pacheco
Joaquim Letria
Joaquim Piló
Joaquina Silvério
Jorge Coelho
Jorge Reis
Jorge Vieira
José Apolinário
José Baeta e Vale
José Cardoso Pires
José Carlos
Vasconcelos
José Casanova
José Castelo Branco
José João B.
Palmeirão
José Junqueiro
José Luís Judas
José M. Vilhena
Nogueira
José Manuel Torres
Couto
José Medeiros
Ferreira
José Pinto Correia
José Santa Rita
José Saramago
José Sucena
José Tengarrinha
José Torrão
José Vitoriano
Kalidas Barreto
Lemos Pinheiro
Levy Batista
Lobato Possante
Louro Coelho

Luís Almeida
Henriques
Luís Azevedo
Luís Carvalho Oliveira
Luís Catarino
Luís Marinho
Luís Vale
Luís Amorim
Luís Irene Dias
Amado
Madeira Lopes
Manuel Alegre
Manuel Carvalho da
Silva
Manuel Gomes
Guerreiro
Manuel Gusmão
Manuel Lopes
Manuel Maneira
Manuel Sá Marques
Manuel dos Santos
Manuel Tito de Morais
Manuela Arthley
Manuela Cerqueira
Manuela Tavares
Marcelino Vespeira
Maria A. A. Henriques
Maria Alexandre
Machado
Maria Alzira Seixo
Maria Antónia Fiadeiro
Maria Antónia Palla
Maria Artur Botequilha
Maria Belo
Maria Branco
Maria Carolina Mega
Maria da Conceição
Castel-Branco
Maria Emilia Tito
Morais
Maria Eugénia Arnaut
Gonçalves
Maria Eunice B.
Palmeirão
Maria de Fátima
Bélar
Maria da Glória
Padrão

Maria Helena Mira
Mateus
Maria José Gomes
Maria José Ribeiro
Maria José T. Neiva
Maria de Lurdes
Freitas
Maria Palmira Tito
Morais
Maria Santos
Maria Teresa Sá e
Melo
Marília Villaverde
Cabral
Manuela Alberti
Mário Aguiar
Mário Brandão
Mário Casquilho
Mário Dionísio
Mário Murteira
Mário Neves
Mário Ruivo
Mário Tomé
Mário Vale
Martins Guerreiro
Milher Guerra
Miranda Calha
Moreira Azevedo
Mota Torres
Moutinho de Almeida
Nápoles Guerra
Narciso Miranda
Noémia Cruz
Nuno Teotónio Pereira
Octávio Pato
Oliveira e Silva
Orlando Almeida
Óscar Lopes
Parcício Sumavielle
Paulo Sucena
Pedro Arsenio Nunes
Pedro Guerra
Pedro Manuel Tito de
Morais
Pedro Pazarat Correia
Pedro Rodrigues
Peres Fernandes
Porfírio Alves Pires

Pratas Vieira
Rafael Botelho
Ramon la Feria
Rangel de Lima
Raul de Castro
Raul Rego
Regina Marques
Ricardo Barros
Roberto Amaral
Rodrigo M. de Sousa e
Castro
Rogério Paulo
Rogério Ribeiro
Rosa Coutinho
Rosa Rabiais
Rui Castelhamo
Rui Grácio
Rui Santos
Rui Vieira
Ruth Arons
Sanches Osório
Sérgio Carvalhão
Duarte
Severiano Falcão
Silva Barata
Silvano Ribeiro
Simone Martins
Sottomayor Cardia
Stela Piteira Santos
Teresa Barata
Salgueiro
Teresa Magalhães
Tomás Ferreira
Tomás Leiria Pinto
Ulpiano Nascimento
Urbano Tavares
Rodrigues
Valente Fernandes
Vasco da Gama
Fernandes
Vasco Gonçalves
Vasco Marques
Vila-Lobos
Vitor Alves
Vitor Calo Roque
Vitor M. Lucas Martins
Vitor Santos

edições
Avante!

BARRANCO
DE CEGOS

Alves Redol

Internacional

Afeganistão

Dois meses de cessar-fogo

Quase dois meses são passados sobre a declaração de tréguas do governo do Afeganistão, de 15 de Janeiro. Decisão avançada como importante passo no sentido da reconciliação nacional, para que a guerra finalmente acabe e o país possa contar com a participação e empenhamento generalizado no processo de desenvolvimento.

Não foi fácil naturalmente a decisão assumida, quando há grupos organizados e fortemente armados pelos Estados Unidos, que tudo fazem para gorar os caminhos de uma via progressista. Tão pouco está a ser fácil o próprio desenrolar deste processo de reconciliação e paz. Mas já há frutos à vista. E a perspectiva é preservar a opção decidida.

Em recente declaração à No-vesti o major-general Mohammad Rafi, ministro de Defesa do Afeganistão, afirma que «o Exército afegão respeitará o cessar-fogo, não obstante as formações dos sete «partidos islâmicos» continuarem as suas operações em várias regiões do país» e sublinha: «**Estamos conscientes do carácter único do momento e não sucumbiremos a provocações.**»

A guerra ainda não acabou. Armas norte-americanas, nomeadamente mísseis portáteis, conti-

nuam a afluír a mãos de grupos que prosseguem uma actividade contra-revolucionária. Em Fevereiro foi notícia o derrube de um avião civil, que provocou a morte de 30 pessoas. Como então denunciou o «Pravda», trata-se de acções «bem coordenadas para torpedear a reconciliação, organizando em diversas províncias afegãs ataques a cidades, comboios de camiões com cargas civis, postos de milícia popular e locais de aquartelamento de tropas governamentais».

Entretanto não é este o traço mais saliente do quotidiano hoje, no Afeganistão.

São significativos os dados divulgados pelo dirigente afegão Mohammad Najib nas páginas da revista oeste-alemã «Der Spiegel»: **90 mil afegãos regressaram já às suas casas depois da declaração universal de cessar-fogo** — concretamente 30 mil emigrantes e 60 mil antigos membros de grupos contra-revolucionários; **o governo afegão mantém negociações com mais de cem organizações oposicionistas.**

Uma realidade directamente ligada à declaração de cessar-fogo. Mas não só. A política de reconciliação nacional não se restringe naturalmente ao plano militar.

Por exemplo. Dos 265 membros que integram a **Comissão Nacional de Reconciliação**, mais de 200 são sacerdotes islâmicos, chefes de tribos e personalidades várias, que não são membros do PDPA (Partido Democrático Po-

pular do Afeganistão, no poder desde 1978).

Mais: a todos os que regressem e se integrem na vida pacífica, são atribuídas terras, sementes, alimentos e outros artigos de uso corrente — decisão incluída no documento emitido pelo Conselho Revolucionário, em que se apela ao trabalho de todos pela materialização do processo reconciliação nacional.

O processo desenvolve-se também no plano das relações externas. Importa lembrar que o Afeganistão é vítima da política de desestabilização desenvolvida pelo imperialismo, política de que o Paquistão tem sido base preferencial.

Neste momento decorrem em **Genebra** negociações indirectas entre o Afeganistão e o Paquistão, sob a égide das Nações Unidas.

A resposta de Najib

Porquê esta nova política (que aliás já anteriormente vinha a ser

esboçada) — é uma questão que se coloca naturalmente. Uma questão fundamental para a compreensão da realidade afegã.

Por isso aqui reproduzimos a resposta do dirigente afegão Najib, nas páginas de «L'Humanité» e incluímos a própria formulação da pergunta, que em si mesma já reflecte algo dessa realidade distante, e não só geograficamente, que é o quotidiano no Afeganistão.

« — Pude observar no local a concretização do cessar-fogo e a prática da reconciliação nacional. Aprendi muito e antes do mais que os comentadores devem manter-se muito humildes face a realidades que lhe não são familiares. Em Hérat, perguntei a Said Ahamed que controlava mil homens: «Porque é que não veio ao encontro dos seus irmãos mais cedo? Resposta: «Porque nunca me tinham proposto a reconciliação». **Que dados, que análise, estão na origem desta nova política?** « — Antes do mais há as reali-

dades objectivas. a primeira é indiscutível: **nunca fomos tão fortes...** A segunda: **todo o povo afegão deseja o fim rápido da efusão de sangue.** Está cansado desta guerra. O mesmo cansaço se observa nas fileiras da contra-revolução. Enfim tornou-se evidente que os objectivos dos opositores estão definitivamente fora das suas possibilidades.

«A nossa política apoia-se nestas realidades e também nas mudanças subjectivas que as reflectem. Propomos a única, digo bem a única, alternativa à guerra. Neste momento estão reunidas as condições, como nunca antes, para uma reconciliação. Se as nossas propostas encontram uma tão ampla aprovação, é porque chegou o momento de abrir o abcesso. Esperar, não fazer o cessar-fogo, teria sido uma falta imperdoável».

É um pouco da realidade concreta do Afeganistão que vem até nós através desta pergunta-resposta.

Mais bases americanas para Portugal?

Nas margens das difíceis conversações em curso entre a Espanha e o Estados Unidos, visando a redução da presença militar norte-americana em território espanhol — profunda exigência popular a que o Governo de Gonzalez se vê compelido a dar alguma resposta — surgem preocupantes afirmações quanto a uma transferência para Portugal de armamento norte-americano por outros rejeitado.

Nestes próximos dias, o secretário norte-americano da Defesa, Caspar Weinberger, desloca-se a Madrid para prosseguir o debate quanto à retirada de forças norte-americanas do país. Debate de que o ponto principal são as forças estacionadas em Torrejon de Ardoz.

Entretanto, ainda não há quinze dias, o ministro Italiano da Defesa, Giovanni Spadolini, admitia, em

declarações pronunciadas em Washington, a possibilidade da deslocação das bases dos Estados Unidos em Espanha para Portugal! Concretamente disse o ministro: «Penso que elas (as bases) poderão ir para Portugal (...)

É evidente que não temos possibilidades de as receber em Itália.

Já as temos em número suficiente».

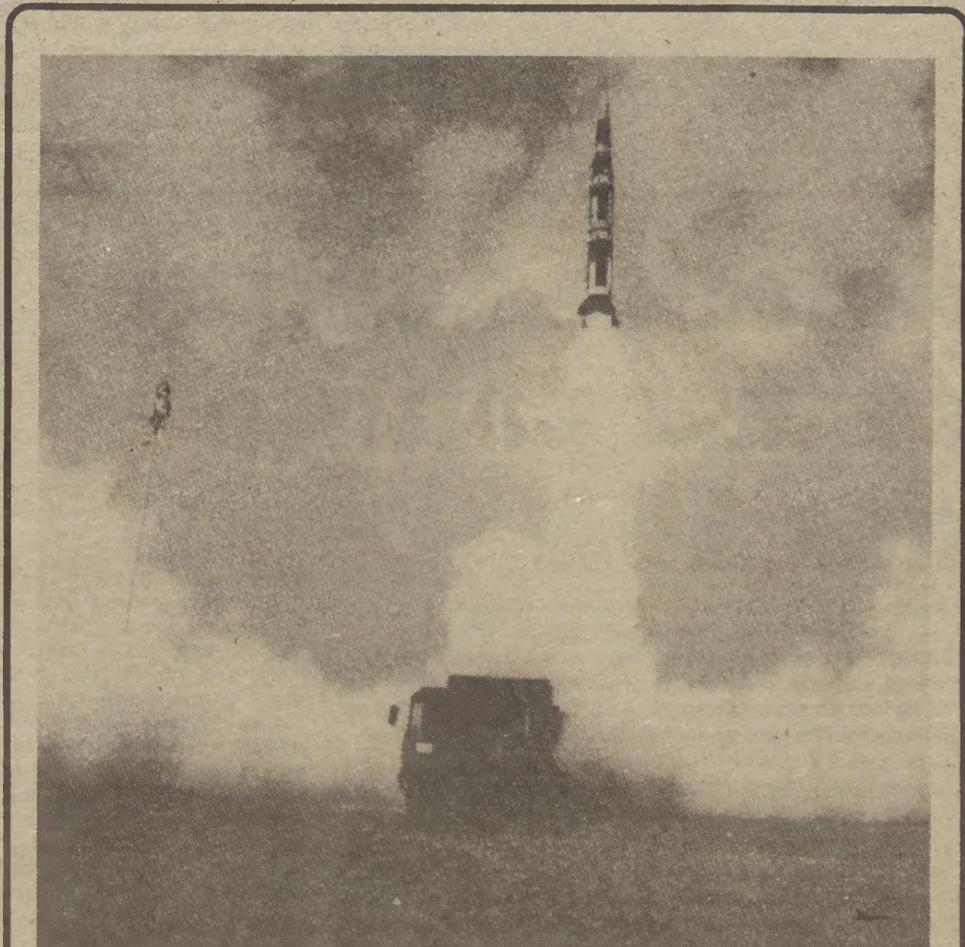
Os «desmentidos» posteriores foram tão frouxos quanto a reacção do Governo português.

Mais ainda: neste quadro ganham particular significado as declarações no novo embaixador norte-americano, agora nomeado para Portugal. Na audiência da Comissão de relações do Senado em que foi confirmada a sua nomeação, Richard Viets disse textualmente que «Portugal está desejoso de aumentar o seu papel no seio da NATO». Sublinhando ainda as provas de «amizade» entre os dois países com um significativo exemplo: nas dez últimas votações feitas nas Nações Unidas, Portugal votou oito vezes com os Estados Unidos.

Que se prepara de facto?

Na reunião, há dias realizada em Lisboa, de colaboradores e amigos do Conselho Português para a Paz e Cooperação, sublinha-se, no comunicado divulgado no final do encontro, que «sucessivas notícias das mais diversas fontes nacionais e internacionais» indicam haver um «crescente assumir, por parte dos órgãos de soberania e no desconhecimento da opinião pública nacional, de compromissos político-militares internacionais».

Uma denúncia que importa ter presente.



Não aos mísseis

George Shultz, secretário de Estado norte-americano, deverá desloca-se a Moscovo de 13 a 16 de Abril. Este um dado concreto, no processo desencadeado pela nova proposta soviética de celebrar um acordo separado, no âmbito do conjunto de problemas analisados nas conservações de Genebra sobre a liquidação total dos mísseis de médio alcance na Europa e a sua redução (até 100 ogivas) na parte asiática do território da URSS e no território dos Estados Unidos.

Entretanto, nestes dias, reúnem-se em Washington representantes dos cinco países da NATO que permitiram a instalação de mísseis de médio alcance dos Estados Unidos no seu território.

Apesar de a proposta apresentada pela União Soviética ser praticamente irrecusável, já se fizeram ouvir as vozes daqueles cuja política é evitar a todo o custo qualquer passo sério rumo ao desarmamento. Que, como o antigo secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger,

afirmam que o desmantelamento dos mísseis «não reduz de maneira significativa a ameaça nuclear soviética sobre a Europa»... para levantar um pouco a ponta do véu da política do imperialismo — um acordo significaria um «primeiro passo» para a «separação» do Continente Europeu e dos Estados Unidos.

Em palavras mais claras, o general Vernon Walters, embaixador dos Estados Unidos na ONU, de passagem por Lisboa, onde manteve contactos oficiais, declarou no Instituto de Defesa Nacional: «Não podemos abandonar a Europa (...) a nossa fronteira está na Europa!»

Em síntese, os sectores mais agressivos — de Washington a França — tudo irão fazer para evitar qualquer passo rumo ao desarmamento.

Cabe a todos nós lutar por uma outra alternativa. E aqui em Portugal colocar a questão oportuna: o governo não toma posição? Está à espera de uma posição oficial da NATO para a perfilhar, como de costume?

O que é a base aérea de Torrejón?

Reproduzimos a informação de um folheto editado pela Coordenadora Estatal de Organizações Pacifistas de Espanha.

«**Base aérea de Torrejón:** Quartel General da 16.ª Força Aérea dos Estados Unidos, alberga também as instalações de comando do Mediterrâneo Ocidental e a Rede de Controles e Comunicações. A base ocupa 1320 hectares e a pista de aterragem é a maior da Europa. Pelo número de militares que lhe estão destinados é a segunda base espanhola em importância para os Estados Unidos. Nela estão 4050 militares e 680 civis norte-americanos. Conta com 79 aviões integrados num conjunto de caça táctica, serviços de apoio e de manutenção para aviões e um terminal de transportes».

Em Abril de 1986, a base de Torrejón foi utilizada para a agressão norte-americana à Líbia, o que aliás provocou grandes manifestações populares de protesto em Espanha.

Não será de mais lembrarmos também que a existência de bases militares norte-americanas — como tem sido insistentemente sublinhado por especialistas — envolve só por si o perigo de armazenamento e a possibilidade de utilização da arma nuclear.

Internacional

Conspiração contra Angola apoiada em Portugal

O embaixador dos EUA nas Nações Unidas, Vernon Walters, chegou a Portugal louvando as delícias deste paraíso «à beira-mar plantado», mas durante a sua permanência em Lisboa deixou bem claro que não foram sentimentais, ecológicos ou de puro veraneio os motivos que aqui o trouxeram. Particularmente elucidativo foi o colóquio que realizou na passada segunda-feira onde, entre muitas outras coisas, falou da política da administração Reagan para a África Austral. Uma política para a qual a Casa Branca conta com o apoio do Governo português e dos mais reaccionários círculos políticos nacionais.

Para além da já habitual compreensão e complacência para com os racistas da África do Sul, o representante dos EUA serviu-se da audiência que lhe foi dada pela imprensa portuguesa para lançar novos ataques à República Popular de Angola, reforçando a campanha em curso para tentar ressuscitar o chamado «Acordo de Alvor» e pressionar o governo de Angola a submeter-se a ele, mais de uma década depois da sua total ultrapassagem.

A denúncia de tal campanha pelas autoridades angolanas não mereceu da generalidade da im-

pressão portuguesa a merecida atenção, não obstante pôr a nu a total demagogia dos pseudolegalistas que hoje choram lágrimas de crocodilo por acordos que foram os únicos a traír.

E, no entanto, ainda há poucos dias a agência noticiosa Angop informava de que o governo angolano possui informações de que «num dado país da Europa ocidental se efectuaram reuniões de carácter conspirativo em que estiveram representados três países do ocidente europeu e um alto funcionário do governo dos EUA» cozinhando planos para tentar inver-

ter a situação em Angola a seu favor.

Segundo se afirmava no comentário da Angop «os conspiradores propõem-se ressuscitar o chamado Acordo de Alvor». O colóquio do embaixador norte-americano veio confirmá-lo, sendo de registar que por parte das autoridades portuguesas não houve qualquer preocupação de distanciamento em relação a esta questão. A cumplicidade do silêncio, acrescida por todo o conteúdo existente nas relações com Angola, é por de mais evidente.

O que não deixa de ser caricato na medida em que, como recordou o Presidente José Eduardo dos Santos durante as comemorações do aniversário da independência de Angola, **aquele diploma (Acordo de Alvor) perdeu a sua validade uma vez reconhecida pelo Estado português a República Popular de Angola**. E na altura em que tal aconteceu (três meses depois da proclamação feita por Agostinho Neto), já perto de uma centena de países havia re-

conhecido a RPA, número mais do que suficiente para o ingresso na Organização de Unidade Africana, que veio a registar-se a 11 de Fevereiro de 1976.

O absurdo da tentativa de recuperação do Acordo de Alvor acentua-se quando se tem presente que a RPA foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas no mesmo ano de 1976. Só os Estados Unidos (e indefectíveis aliados), para quem as deliberações da ONU são letra morta desde que não sirvam os seus interesses, parecem ignorá-lo.

Como se salientava no citado despacho da Angop, os governantes que agora conspiram contra Angola (fazendo-se esquecidos desta realidade histórica) devem perceber que estão cometendo um grave acto de hostilidade contra um país soberano.

Para os que têm memória curta convém lembrar que durante a vigência do dito Acordo de Alvor foi o MPLA a única força que pautou o seu comportamento pela estrita observância das suas cláusulas,

enquanto a Unita e a FNLA abriam as portas à ingerência da CIA e da África do Sul nos assuntos internos de Angola e Portugal se manifestava impotente face à invasão do território angolano pelo exército sul-africano.

Mas é por de mais evidente que o que está em causa com esta campanha orquestrada pela administração Reagan contra a República Popular de Angola não passa de mais uma tentativa desesperada de tentar legitimar perante a opinião pública internacional a política agressiva e de ingerência norte-americana na África Austral, ao mesmo tempo que se procura credibilidade para os bandidos da Unita, cujo chefe Savimbi não conseguiu recolher os pretendidos apoios na digressão europeia que tentou o ano passado. Recorrer para tal ao Acordo de Alvor chega a ser ridículo. Como afirmou a propósito o Presidente Eduardo dos Santos, os referidos acordos há muito perderam validade e devem ter lugar no museu da República Popular de Angola.

América Central contra política dos EUA

A manifestação de protesto contra a presença de tropas norte-americanas e forças anti-sandinistas nas Honduras, realizada a semana passada em Tegucigalpa, constitui não só um acontecimento da maior importância política para aquele país mas também mais um sério revés para a política hegemónica da administração Reagan na América Central, e em particular no que respeita à Nicarágua.

Convocada sob o lema «Jornada pela Paz e pela Dignidade», a manifestação, em que participaram milhares de hondurenhos, é a primeira do género realizada no país. Convocada pela Federação Unitária dos Trabalhadores, a Central Nacional dos Trabalhadores Agrícolas e pela Comissão de Coordenação das Organizações Populares, a manifestação visou apoiar a moção apresentada no parlamento hondurenho pelo deputado do Partido Nacional, na oposição, Nicolas Cruz, que exige a expulsão dos contra-revolucionários nicaraguenses das Honduras.

Transformado pelos Estados Unidos numa autêntica base militar norte-americana, o território hondurenho constitui uma peça central na guerra não declarada que os EUA movem contra a Nicarágua e um refúgio privilegiado para os «contras» que a partir da zona fronteiriça entre os dois países lançam os seus ataques contra a população nicaraguense. Com todas as consequências negativas que isso implica a nível interno, quer nas condições de vida da população quer na própria segurança nacional.

Não poucas vezes os EUA, através dos bandos de «contras», tentaram com provocações várias levar os sandinistas a entrar em conflito aberto com as forças hondurenhas, facto que os EUA aproveitariam para acorrer «em defesa» do seu aliado, invadindo a Nicarágua. Por outro lado, os próprios hondurenhos denunciaram na manifestação da semana passada actos terroristas cometidos pelos «contras» nas zonas fronteiriças, onde as populações têm vindo a ser desalojadas à força e espoliadas dos seus bens, sofrendo prejuízos calculados em dezenas de milhares de contos.

A presença de milhares de «contras» e tropas norte-americanas nas Honduras tem provocado ainda o crescimento de problemas como a droga, a prostituição, actividades especulativas de toda a espécie, que agravam a já difícil situação económica e social em que o país está mergulhado. De resto, é elucidativo o facto



Chuva de pára-quadristas norte-americanos em manobras nas Honduras, treinando para uma eventual intervenção na Nicarágua

de serem estruturas sindicais a convocar a manifestação de protesto.

Mas a administração Reagan sofreu ainda outro golpe nos seus planos agressivos contra a Nicarágua; trata-se da demissão de Arturo Cruz da direcção dos «contras», anunciada anteaontem na Costa Rica, devido a divergências internas. Arturo Cruz era um dos mais cotados dirigentes anti-sandinistas nos EUA e peça essencial na estrutura política que a Casa Branca tem tentado criar para os contra-revolucionários nicaraguenses, a fim de lhes conseguir a credibilidade que necessitam para se apresentar como alternativa ao regime sandinista, pelo que numerosos analistas consideram que o Congresso norte-americano poderá modificar a sua posição face ao apoio aos «contras».

Não menos relevante tem sido a denúncia, nos últimos dias, da

actividade encapotada da CIA no fornecimento de armas e outro auxílio aos anti-sandinistas, através de países como o Belize, o México e a Costa Rica, o que está a provocar reacções internas das respectivas forças progressistas. De registar ainda a confirmação feita por Luís Alberto Monge, ex-presidente da Costa Rica, de que em meados dos anos 80 os EUA estiveram à beira de uma intervenção armada na Nicarágua.

Segundo Monge, os representantes oficiais da administração Reagan persuadiram-no várias vezes a tomar medidas defensivas em virtude de um provável ataque das tropas norte-americanas contra a Nicarágua ou em caso de um conflito deste último país com as Honduras. Entre essas «medidas» incluí-se a construção secreta de um aeródromo militar na província costa-riquenha de Guanacaste, que a CIA utilizou para fornecer armas e munições aos bandos de mercenários somozistas.

Crime na Colômbia

O conselheiro municipal eleito pela coligação de esquerda «União Patriótica» Daniel Peralta foi morto esta semana à queima-roupa por quatro desconhecidos, que conseguiram fugir, na localidade de Fuente de Oro, na Colômbia.

Trata-se do quarto assassinato, nos últimos dez dias, de conselheiros municipais daquela organização democrática, por elementos de diversos grupos terroristas da extrema-direita que actuam na Colômbia com cada vez mais impunidade. Segundo informações da «União Patriótica», Daniel Peralta havia recebido numerosas ameaças dos reaccionários locais devido às suas intervenções a favor de reformas democráticas no país.

Denunciando mais este crime, a direcção da «União Patriótica» exigiu das autoridades a tomada de medidas urgentes que ponham cobro à vaga de terror que está a registar-se contra as forças democráticas da Colômbia.

ANO 38 - N.º 112 - 12 de Março de 1987 - PREÇO: 1000
Publicação do Partido Comunista Português

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«Há doze anos, precisamente em 12 de Março de 1962, ia para o ar a primeira emissão de Rádio Portugal Livre. Fora aberta mais uma trincheira da luta do povo português.

Emissora ao serviço do povo, da democracia e da independência nacional, como nos habituámos a ouvir todos os dias pela voz dos seus locutores, Rádio Portugal Livre tem sido ao longo destes doze anos que agora se completam um valioso instrumento ao serviço da luta do povo português, uma infatigável voz de combate pela liberdade. Ela é uma poderosa voz do nosso Partido, uma voz que o fascismo não pode calar, não pode impedir de chegar às massas, de as informar, de as esclarecer, de lhes transmitir as consignas justas na sua luta de todos os dias pelo pão, pela liberdade, pela paz, pela independência nacional.

(...)

«Avante!» saúda com profunda amizade a equipa de Rádio Portugal Livre na passagem de mais este aniversário.»

(«Rádio Portugal Livre - Doze anos de combate pela liberdade» - «Avante!», VI série, n.º 463, Março de 1974)

12 de Março de 1973

Publicação do Partido Comunista Português

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«Pousámos a vista, recentemente, num «Boletim dos Filiados» da «ANP» (a que era «União Nacional»), o n.º 13, de Junho de 1972. Vale a pena citar uma frase em que se aprecia uma visita de 23 comandantes de companhia da Milícia da Guiné à sede, em Bissau, da Comissão de Província da ANP:

«Esta visita teve significado muito especial porque, tendo cada um dos 23 chefes cerca de 200 homens sob as suas ordens e tendo cada um desses homens uma família formada em média por dez pessoas, pode dizer-se que os 23 chefes da milícia representam 46 mil elementos da população guineense firmemente decididos a lutar para continuarem portugueses.»

(«O papel da Aritmética na propaganda fascista» - «Avante!», VI série, n.º 451, Março de 1973)

12 de Março de 1943

Publicação do Partido Comunista Português

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«Um exemplo da seriedade com que foi realizada a «eleição» para a Assembleia Nacional: em **Paredes de Viadoces**, do concelho de Marco de Canavezes, houve duas pessoas a votar: a professora primária e o padre. Pois nos jornais («Primeiro de Janeiro», 2/11/42) vinha o seguinte resultado «brilhante»: 441 inscritos - 224 votantes. 224! Em Manhuncelos, do mesmo concelho votaram... 3 pessoas! O «entusiasmo» por esse País fora foi enorme! Burlas semelhantes se repetiram por toda a parte.» (...)

(«O Acto Eleitoral» - «Avante!», VI série, n.º 28, primeira quinzena de Março de 1943)

PCP reforça relações com S. Tomé e Príncipe Angola e Congo

Uma delegação do PCP, composta pelos camaradas Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, e Domingos Lopes, membro suplente do CC do PCP, visitou recentemente a República Democrática de S. Tomé e Príncipe, a República Popular de Angola e a República Popular do Congo, no âmbito das relações de amizade, solidariedade e cooperação existentes entre o PCP e o MLSTP, o MPLA — Partido do Trabalho e o Partido Congolês do Trabalho. Uma visita que transcende os interesses partidários (o MLSTP, o MPLA-PT e o PCT são partidos no poder), constituindo um contributo para a melhoria das relações dos respectivos povos e Estados. Em entrevista concedida ao «Avante!» pelo camarada Carlos Costa, um balanço da realidade encontrada e dos resultados alcançados.

■ Entrevista
com o
camarada
**Carlos
Costa**



P — Quais as razões que presidiram a esta digressão africana da delegação do PCP?

R — O PCP tem relações muito estreitas com um conjunto de partidos progressistas do continente africano que dirigem os destinos dos respectivos países. Isto resulta duma posição consequente do nosso Partido no que respeita ao reconhecimento ao direito à autodeterminação e independência dos povos submetidos ao colonialismo português e à solidariedade para com os povos em geral e povos africanos em particular, na sua luta pela libertação do colonialismo e do neocolonialismo. É conhecida esta posição e os laços que se criaram na luta comum por este objectivo, que no caso da luta do povo português era perfeitamente convergente, historicamente, com a luta dos povos de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné e S. Tomé e Príncipe, na medida em que os avanços na luta política, militar e diplomática destes povos se repercutiam duma forma favorável na luta do povo português, assim como a luta do povo português se repercutia também de forma favorável na luta dos povos submetidos ao colonialismo e ao fascismo português.

É assim que podemos dizer que há um nexo dialéctico entre o 25 de Abril e os marcos mais importantes da história destes povos, até à conquista da sua independência.

Por outro lado, o PCP foi sempre também solidário com a luta de libertação de todos os povos, e consequentemente com os do continente africano. Daqui resulta que quer antes do 25 de Abril, quer depois, as posições activas de solidariedade, a luta que o PCP trava pelo reforço da solidariedade e cooperação entre todas as forças do progresso social, faz com que o nosso Partido tenha muito boas relações com um conjunto de partidos progressistas africanos, em particular com o PAIGC, o PAICV, o MLSTP, o MPLA, o Partido Frelimo, mas também com os camaradas da Etiópia, a ZANU-Frente Patriótica, o Partido Congolês do Trabalho, o Partido Comunista Sul-Africano, o Congresso Nacional Africano, o Partido Revolucionário Popular do Benin, etc.

Esta viagem visou reforçar as relações com alguns desses partidos, ao



PCP reforça relações com S. Tomé e Príncipe Angola e Congo

mesmo tempo que constitui uma componente da luta do PCP pela defesa e consolidação da nossa independência nacional. São conhecidos os obstáculos sucessivos colocados ao desenvolvimento das relações, em particular com Angola e Moçambique, devido à protecção e guarida em território português aos bandos terroristas da Unita e da Renamo.

P — Obstáculos esses agravados com a recente visita de políticos portugueses a território ocupado pela Unita e com o anúncio da formação em Portugal de uma dita «Associação de Solidariedade» com o bando de Jonas Savimbi.

R — Crémos que sim. Consideramos que isso é extremamente grave, tanto para o País como para os próprios executantes dessa política contrária aos interesses nacionais e, por isso, caem na responsabilidade grave aqueles que levam a cabo acções de inimizade e de hostilidade para com um Estado como é o da República Popular de Angola, com o qual a Constituição da República Portuguesa estabelece dever Portugal ter relações modelares.

A célebre expressão que o nosso Partido tem utilizado para caracterizar a política seguida por sucessivos governos não podia ser mais expressiva: trata-se de fazer de «cavalo de Tróia» da contra-revolução. Diz-se por um lado que se pretendem boas relações com aqueles países, mas por outro lado chega-se ao cúmulo de aceitar em território português a presença desses bandidos armados que inclusive raptam e assassinam compatriotas nossos. Bandidos que chegam a possuir documentação portuguesa fornecida por departamentos do Estado.

No que se refere a essa delegação de amigos da Unita, não pode deixar de ser sublinhada a gravidade de ter sido composta por um dirigente do partido do Governo, outro do PS...

P — Que no entanto se dissociou desta visita...

R — Creio que é um pouco difícil de compreender que um dirigente de um



Carlos Costa

partido se desloque, violando as fronteiras de um determinado país e violando os interesses do Estado português, sem com isso implicar o partido a que pertence, sobretudo quando não é a primeira vez que tal sucede e quando outros dirigentes e militantes socialistas se arvoram em Portugal em porta-vozes desses grupos terroristas.

Especações anticomunistas e práticas governamentais lesivas do interesse nacional

E terrorista é o termo adequado para classificar a acção desses grupos que em Angola e Moçambique atacam populações indefesas, postos da Cruz Vermelha, raptam missionários... numa prática que nada tem que ver com a luta

levada a cabo pelo MPLA e pela Frelimo na sua luta pela libertação e a independência.

Uma actividade terrorista que encontra apoio na política do Governo português que dentro da CEE é o ponta de lança dos EUA na luta contra a aplicação de sanções à África do Sul, que recebe e convida dirigentes racistas a visitar Portugal, os mesmos que financiam e armam os bandos terroristas.

Por tudo isto podemos dizer que a acção do PCP junto destes países progressistas é um contributo para inverter tal política, servindo os interesses dos trabalhadores, do povo português e também de Portugal como nação independente, na medida em que as relações partidárias são susceptíveis de funcionarem como alavanca para melhorar as relações entre os povos e países e para que se crie e torne mais forte na opinião pública nacional o sentimento de imperiosa necessidade das relações entre Portugal e os países africanos na base do respeito mútuo, da não ingerência, da igualdade de direitos e da reciprocidade de vantagens.

P — Tem-se especulado muito sobre as relações do PCP com o MPLA-PT, a Frelimo...

R — O que não passa disso mesmo, de especulações. Tal como no passado, na base das nossas relações existe um objectivo comum e a luta contra um inimigo comum; a luta que o PCP trava na defesa dos interesses da classe operária e dos trabalhadores em Portugal e a luta que o MPLA-PT trava pela reconstrução nacional e pela construção em Angola de uma sociedade liberta da exploração do homem pelo homem, mostra como os dois partidos convergem quanto ao seu objectivo. E esta viagem confirmou-o uma vez mais. Quanto à Frelimo, é de salientar que ainda recentemente esteve agendada a vinda duma delegação, que teve de ser adiada devido à trágica morte do presidente Samora Machel, cujas investigações cada vez mais claramente comprovam tratar-se de um hediondo crime cometido pelo regime do *apartheid*. As nossas relações com a Frelimo sempre foram e são as melhores, como de resto foi expresso por ocasião das cerimónias fúnebres de Samora Machel, altura em que a delegação do PCP foi recebida pelo actual presidente Joaquim Chissano.

P — Durante a visita a Angola tiveram certamente oportunidade de debater a situação na África Austral; o que se pode dizer sobre o assunto?

R — No essencial, que existe uma identidade de pontos de vista quanto à responsabilidade da racista África do Sul, apoiada pelo imperialismo norte-americano, na tensão crescente que se vive naquela parte do mundo.

A política norte-americana dita de «empenhamento construtivo» em relação à África do Sul, que tem impedido a aplicação de sanções globais e obrigatórias contra o regime racista; a política de agressão dos racistas contra os países da Linha da Frente e em particular contra Angola, Zimbabué e Moçambique; o apoio da África do Sul à Renamo e à Unita; a ocupação ilegal e militar da Namíbia; os massacres, as prisões, a segregação do povo sul-africano — são factores de agravamento perigosíssimo da tensão existente na região que exigem das forças progressistas, anti-imperialistas, revolucionárias, toda a

solidariedade para com os povos e países vítimas de tal política de agressão imperialista.

Na abordagem destas questões verificou-se uma identidade de pontos de vista entre o PCP e o MPLA-PT, que concretamente se resume na necessidade de erradicar o *apartheid*, na necessidade de à luz da resolução 435 das Nações Unidas promover a independência da Namíbia, na necessidade de acabar com as agressões aos Estados da Linha da Frente.

A experiência congoleza

P — Nesta viagem, a delegação do PCP esteve no Congo, um país africano de que se sabe muito pouco em Portugal, apesar das inegáveis vantagens que haveria em desenvolver as relações com um Estado dirigido por forças democráticas. O que se pode dizer sobre a realidade que encontraram no Congo?

R — É pena que em Portugal não se fale mais das experiências em solo africano de países que por todos os meios tentam consolidar a sua independência, nas difíceis condições herdadas do colonialismo, mas que se batem por melhorar as condições de vida materiais e espirituais dos seus povos. É o caso da República Popular do Congo.

P — Que foi uma colónia francesa...

R — Que foi uma colónia francesa. Mas é um facto ter sido português o primeiro europeu a chegar ao então Reino do Congo: Diogo Cão. Ainda hoje se encontram naquele país centenas de portugueses, apreciados pela sua capacidade de adaptação; trata-se de pequenos e médios comerciantes, industriais, entre outras actividades, que dão, segundo nos foi dito, uma contribuição positiva para a reconstrução nacional do Congo.

O Partido Congolês do Trabalho foi fundado em fins de 1969, tendo sido o primeiro partido africano no poder a declarar a sua orientação marxista-leninista e a proclamar a via do socialismo científico para o desenvolvimento nacional. Como é evidente, isto tem um grande significado não apenas para o movimento revolucionário em África, mas para todo o movimento revolucionário.

P — Pelo que vos foi dado ver, qual o balanço dessa experiência?

R — Dentro das limitações próprias dos contactos que pudemos ter, creio que se pode afirmar que os esforços do povo congolês e dos dirigentes do Partido Congolês do Trabalho estão desde já a dar importantes frutos. A República Popular do Congo tem um rendimento *per capita* de cerca de dois mil dólares, o que é bastante significativo em África, apesar da queda acentuada do preço do petróleo (principal riqueza do país, aliada às madeiras para exportação).

Ficámos com a ideia de que na RPC não se poupam esforços para resolver os problemas colocados pela crise económica mundial e para criar uma sociedade orientada para o progresso social, pese embora as enormes dificuldades que isso comporta. Da nossa parte exprimimos a solidariedade do PCP à luta do PCT para levar a cabo as decisões do seu terceiro Congresso ordinário,

onde de resto esteve presente uma delegação do nosso Partido dirigida pelo camarada Álvaro Cunhal.

Durante a nossa visita foi assinado um comunicado conjunto e renovado um protocolo de acordo existente entre os dois Partidos, onde se apontam medidas concretas para aprofundar e consolidar as relações de amizade e solidariedade já existentes.

A terra do cacau

P — Diferentes mas também extremamente actuais são os problemas de S. Tomé e Príncipe, outro dos países visitados nesta viagem...

R — S. Tomé e Príncipe foi a terra dos roceiros, a terra do cacau...

P — A terra do cacau onde não há «cacau»...

R — É verdade que atravessa hoje grandes dificuldades financeiras que não são alheias ao tipo de colonialismo que ali imperou. Houve um poder enorme de meia dúzia de donos de roças que enriqueceram à custa do trabalho escravo; cacau e escravatura foram duas realidades intimamente ligadas, que marcaram a história das duas ilhas, ainda hoje a braços com as consequências duma economia quase exclusivamente orientada para a monocultura.

Os problemas de S. Tomé e Príncipe foram agravados pelo facto de a independência se dar num momento em que a cultura do cacau e do café estava já em franca decadência devido à quebra do preço das matérias-primas, e também à concorrência de outros países onde as culturas eram mais fáceis e rentáveis. A situação agrava-se com a fuga dos roceiros e com o aumento dos preços dos produtos que S. Tomé e Príncipe tem de importar. Daqui resulta que a situação económica e financeira, como nos foi informado pelo camarada presidente Pinto da Costa e por outros dirigentes, seja bastante difícil.

É assim que a orientação do MLSTP visa, por um lado, alcançar uma auto-suficiência alimentar e, por outro, diversificar a produção.

Importa recordar que os colonialistas educaram o povo de S. Tomé e Príncipe com hábitos alimentares europeus (o arroz, o bacalhau, as batatas, o vinho), quando o país tem possibilidades, em termos de produtos agrícolas, de poder fazer frente às necessidades da população sem grande recurso a importações. O que coloca a necessidade de reconverter os hábitos alimentares, estimular a produção nacional, incentivar a agricultura.

Neste âmbito o MLSTP atribui a maior importância à política de unidade nacional que vem desenvolvendo com o objectivo de consolidar a independência nacional e o desenvolvimento económico e social do país. Desenvolvimento que passa pela criação das infra-estruturas que o país não possui (para o desenvolvimento da pesca, por exemplo, em que S. Tomé e Príncipe é extremamente rico), o rejuvenescimento das plantações de cacau e café, a formação de quadros, a resolução de problemas de gestão e de mão-de-obra, etc.

Trata-se de uma gigantesca tarefa que está longe de ser fácil levar a cabo, mas que conta à partida com a dedica-

Estadia na R.P. Angola

De passagem por Luanda de 21 a 23 de Fevereiro a delegação do PCP manteve conversações com uma delegação do MPLA-PT encabeçada por Paulo Júnior, secretário do CC do MPLA-PT.

As duas delegações procederam a uma ampla troca de informações sobre a situação nos países respectivos e a actividade dos dois partidos assim como sobre aspectos da situação internacional, com particular incidência sobre a situação prevalente na África Austral.

Assinalando as relações de amizade, solidariedade e cooperação existentes entre o PCP e o MPLA-PT, consubstanciadas em sucessivos protocolos de cooperação, foi manifestada a vontade dos respectivos partidos agirem para as reforçar, considerando-as um contributo para a aproximação dos dois povos e países.

Durante as conversações foi posta em relevo a necessidade de desenvolver as relações entre Portugal e a RPA, na base da igualdade, do respeito mútuo, da não ingerência e da reciprocidade de vantagens. Para esse efeito consideraram urgente pôr termo às actividades hostis à RPA em território português.

No que se refere à África Austral responsabilizaram os racistas sul-africanos e o imperialismo norte-americano pelo perigoso agravamento da tensão em toda a região. Foi considerado de modo imperioso a retirada das tropas sul-africanas da província do Cunene e as duas delegações expressaram a sua solidariedade à SWAPO, ao Congresso Nacional Africano, à RP de Moçambique e ao Partido Frelimo, ao Zimbabué e à ZANU-FP.

A delegação do PCP agradeceu o acolhimento caloroso e fraternal que lhe foi dispensado. ■



ção e confiança, devoção e espírito de sacrifício da população.

P – Para além dos custos da sua própria insularidade, S. Tomé e Príncipe sofre ainda também as consequências da sua importante localização estratégica, não é verdade? Não falta quem preferisse ver S. Tomé e Príncipe transformado num porta-aviões natural...

R – De facto o país encontra-se numa situação geo-estratégica particular, à entrada do Golfo da Guiné, da África Central, na linha do Equador. É uma realidade que não pode deixar de ser tida em consideração quando se pretende a consolidação da independência, da revolução e da unidade nacional. Naturalmente que à potência que domina aquela área não faltará apetite para alargar o seu raio de acção. De qualquer forma, pelo que nos foi dado observar, o MLSTP e o povo de S. Tomé e Príncipe cuidam da sua independência nacional, sem contudo deixarem de estar abertos a investimentos estrangeiros que possam contribuir para o seu desenvolvimento, para o progresso social.

P – A imprensa ocidental falou em determinada altura da existência de uma base militar soviética em S. Tomé e Príncipe...

R – É pura especulação. Na altura, o então ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, teve oportunidade de visitar o ilhéu das Rolas e verificar que para além da Linha do Equador não ha-

via nenhuma base soviética. Esses boatos não passaram de especulações com vista a criar dificuldades à revolução de S. Tomé e Príncipe, e dificultar ainda mais a consolidação da sua independência. Essas atoardas foram alimentadas em Portugal por forças que se opõem ao desenvolvimento de relações que deveriam ser privilegiadas entre o

nosso país e os novos países de língua oficial portuguesa.

P – Não se declarando o MLSTP um partido marxista-leninista, isso influi nas relações entre os dois partidos?

R – De modo algum. As relações do PCP com o MLSTP sempre foram muito

boas. Na verdade, temos com o MLSTP relações de fraternal camaradagem, de que é expressão a renovação do protocolo de acordo entre os dois partidos.

P – Duma forma geral, pode dizer-se que nestes três países que a delegação visitou, é uma realidade a disposição para defender e consolidar as conquistas das respectivas revoluções, pese embora as dificuldades que enfrentam?

R – Com certeza. A nossa delegação voltou confiante de que as dificuldades desses países, que são enormes, serão vencidas. Nenhuma revolução triunfou sem que houvesse o perigo da contra-revolução; e nos países do chamado Terceiro Mundo, onde as forças produtivas estão pouco desenvolvidas, onde o sistema de dependência em relação às antigas colónias perdura e perdurará ainda por bastante tempo, erguer uma sociedade orientada para o progresso, é na verdade uma tarefa gigantesca que exige de todas as forças progressistas uma grande solidariedade e uma grande confiança em que esses progressos revolucionários acabarão por triunfar. ■

Comunicado conjunto PCP-MLSTP

A convite do Comité Central do MLSTP, deslocou-se à República Democrática de S. Tomé e Príncipe no período compreendido de 17 a 20 de Fevereiro, em visita oficial e de amizade, uma delegação do Partido Comunista Português conduzida pelo camarada Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do Partido Comunista Português e composta por Domingos Lopes, membro suplente do Comité Central.

No decorrer da visita, a delegação do PCP foi recebida pelo camarada Manuel Pinto da Costa, presidente do MLSTP e da República Democrática de S. Tomé e Príncipe.

De igual modo, a delegação do PCP foi recebida em audiência pela camarada Alda do Espírito Santo, membro do Bureau Político e do Secretariado do Comité Central do MLSTP e presidente da Assembleia Popular Nacional.

A delegação do PCP manteve conversações com uma delegação do MLSTP composta por Flávio da Costa e Leovigildo dos Santos Neto, ambos membros do Secretariado do Comité Central do MLSTP e Amaro Pereira do Couto, militante do MLSTP.

A delegação do PCP informou sobre a luta dos comunistas portugueses em defesa dos interesses da classe operária e dos trabalhadores, das conquistas de Abril e do regime democrático que as consagra.

A delegação do MLSTP informou sobre as experiências dos doze

anos do poder exercido pelo MLSTP, os resultados alcançados ao nível interno e externo e finalmente sobre as perspectivas futuras.

As conversações, que se desenrolaram num clima de fraternal amizade, permitiram às duas delegações fazer um balanço das relações bilaterais entre o MLSTP e o PCP e estudar as vias e meios susceptíveis de desenvolver e reforçar as mesmas.

As duas partes manifestaram a sua preocupação pelo perigoso agravamento da situação internacional caracterizada pela proliferação de conflitos em distintas regiões do Mundo e pela continuada corrida aos armamentos, em particular aos nucleares e sublinharam a necessidade de instaurar um clima de coexistência pacífica como elemento fundamental para a salvaguarda da paz.

Vivamente preocupadas pelo agravamento da tensão na África Austral, as duas delegações condenaram as agressões perpetradas pelo regime do *apartheid* sul-africano contra os povos e países da região, e concordaram que a paz duradoura na África Austral passa necessariamente pela eliminação do regime do *apartheid*.

Ambas as partes reiteraram, uma vez mais, o seu incondicional apoio aos povos e países da Linha da Frente, designadamente ao MPLA-Partido do Trabalho, ao Partido Frelimo, à ZANU-FP e apelaram para a aplicação urgente da resolução 435/78 do Conselho de Segurança da

ONU, com vistas à independência da Namíbia.

Ambas as partes reafirmaram o seu apoio à luta do povo sul-africano e ao Congresso Nacional Africano.

As duas delegações expressaram a sua solidariedade ao povo maurício e à FRETILIN na sua luta pelo reconhecimento e efectivação do direito à autodeterminação e independência de Timor Leste.

Ambas as delegações manifestaram o seu apoio a todos os povos em luta pela liberdade, independência nacional, a democracia, contra o fascismo, o colonialismo, o sionismo e outras formas da dominação e opressão dos povos.

As duas delegações congratularam-se pelos esforços comuns desenvolvidos pela consolidação das relações de amizade, solidariedade e cooperação existentes entre as duas organizações.

A delegação do PCP exprimiu o seu agradecimento pela calorosa e amável recepção que lhe foi dispensada durante a sua estada na República Democrática de S. Tomé e Príncipe. A delegação do PCP convidou uma delegação oficial do MLSTP a visitar Portugal, o que foi aceite.

As duas partes expressaram a sua satisfação pelos resultados da visita e das conversações e contactos realizados e estão convictas que ela contribuirá para a consolidação das relações entre o MLSTP e o PCP e os povos de Portugal e de S. Tomé e Príncipe. ■

Comunicado conjunto PCP-PCT

A convite do Comité Central do Partido Congolês do Trabalho, uma delegação do Partido Comunista Português, composta por Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, e Domingos Lopes, membro suplente do Comité Central, efectuou uma visita oficial e de trabalho à República Popular do Congo de 23 de Fevereiro a 1 de Março.

Durante a sua estada, a delegação do PCP teve um encontro com Camille Bongou, membro do Bureau Político e secretário permanente encarregado da Organização do PCT.

Teve igualmente várias sessões de trabalho com:

— Jean François Obembe, secretário do CC, chefe do Departamento de Educação, Imprensa, Propaganda e Informação.

— Pierre Moussa, secretário do CC, encarregado do Plano e da Economia, ministro do Plano e da Economia.

— Vital Balla, membro do CC, presidente da Associação Congolês de Amizade com os Povos.

A delegação do PCP teve ainda encontros no Departamento de Organização do Partido, no Departamento de Ideologia e Formação Política, na Escola Superior do Partido «Samora Moisés Machel» e no Ministério da Administração do Território e do Poder Popular.

Durante os encontros as duas delegações procederam a uma larga troca de opiniões sobre as questões da cooperação bilateral e sobre os problemas fundamentais da vida internacional.

Esta troca de opiniões decorreu numa atmosfera de amizade fraternal e de franqueza militante e fez ressaltar a identidade de pontos de vista sobre as questões abordadas.

A delegação congolês informou sobre as actividades do PCT para cumprir as decisões do III Congresso Ordinário, nomeadamente quanto à execução correcta do Plano Quinquenal 1982-1986.

A delegação congolês expressou a sua profunda convicção que o povo português, sob a justa direcção do PCP, com o seu secretário-geral, Álvaro Cunhal à cabeça, obterá sucessos na sua luta para defender as conquistas da Revolução de Abril e o regime democrático que as consagra.

Pelo seu lado, a delegação do PCP saudou os grandes sucessos e as realizações que o povo congolês, sob a direcção do PCT, tendo à cabeça o camarada Denis Sassou-Nguesso, obtidos na sua luta pela consolidação da independência nacional, na sua obra de desenvolvimento económico, na defesa da cultura nacional e nos seus esforços para melhorar as suas condições de vida.

A delegação do PCP manifestou a sua solidariedade de combate ao PCT na sua luta para cumprir as decisões do III Congresso Ordinário, as quais encorajam o povo congolês a avançar para obter novas vitórias na construção de uma sociedade orientada para o socialismo no Congo.

A delegação do PCP valorizou a política exterior da RPC que se baseia na luta contra o imperialismo, o racismo, a reacção internacional, no apoio aos movimentos de libertação nacional; o seu papel activo no Movimento dos Países Não Alinhados, importante factor de paz e estabilidade.

As duas delegações expressaram a sua profunda inquietação face à deterioração da situação na África Austral devido à persistência e à agressividade do regime racista e do *apartheid* da África do Sul. Elas denunciaram e condenaram as prisões, os massacres e os assassinatos perpetrados contra o povo sul-africano.

Elas reafirmaram o seu apoio à luta do povo sul-africano e à sua vanguarda, o Congresso Nacional Africano, à luta dos povos de Angola, Moçambique, Zimbábue e Namíbia, ao MPLA-PT, ao P. Frelimo, à ZANU-FP, à SWAPO e às iniciativas do camarada Denis Sassou-

-Nguesso, presidente em exercício da OUA para a criação de um Fundo Especial a fim de ajudar os países da Linha da Frente na sua luta contra o regime de Pretória.

As duas delegações consideraram como tarefa vital para todos os povos agir para parar a corrida aos armamentos, em particular, às armas nucleares, desencadeada pelo imperialismo e que ameaça a Humanidade de uma catástrofe.

As duas delegações apreciaram altamente as propostas de paz da URSS e dos outros países socialistas nomeadamente a interdição da militarização do cosmos, a liquidação de todas as armas nucleares até ao fim do século e o termo de todos os ensaios nucleares.

As duas delegações consideraram fundamental reforçar a solidariedade e a cooperação entre os países socialistas, os países progressistas, a classe operária dos países capitalistas e o movimento de libertação nacional na sua luta pela defesa da paz e da segurança internacional, pela liberdade e pela independência nacional.

As duas delegações constatarem com satisfação o nível atingido na cooperação fraternal entre o PCT e o PCP. Elas reafirmaram a sua vontade de consolidar através da assinatura de um Protocolo de Acordo de Cooperação para 1987/1988.

As duas delegações declararam-se satisfeitas com os resultados frutuosos dos encontros e são da opinião que esta visita constitui uma nova contribuição importante à consolidação e ao desenvolvimento dos laços de amizade e solidariedade existentes entre os dois países.

A delegação do PCP exprimiu os seus sinceros agradecimentos ao povo congolês, à sua vanguarda, o PCT, e ao seu presidente, camarada Denis Sassou-Nguesso, pelo acolhimento fraternal e militante de que foram alvo ao longo da sua estada na RP do Congo. ■

Sabia que a Justiça está assim?



Tribunais

• Em 1985, a média de processos pendentes e entradas nos tribunais, por magistrado, era de 1345. Por outro lado, a média de processos findos, por magistrado, foi de 564.

• Dos 1 942 623 processos entrados e pendentes nos tribunais em 1985 completaram-se 814 199, aguardando julgamento mais de 1 milhão.

• A situação do parque judiciário do País, com as péssimas condições de trabalho para magistrados, juizes e funcionários, não será alterado em 1987, pois as verbas previstas (733369 contos) destinam-se apenas a resolver as situações de maior ruptura.

• **Bloqueamentos:** em 1973 os processos pendentes e entrados nos tribunais foi, em média, por magistrado de 712. Em 1985 essa média ascendia a 1345, apesar do número de magistrados ter, entretanto, aumentado para o dobro.

• Como o dr. Mário Raposo vê o parque judiciário: ele está a cair aos bocados, na realidade também reconheço isso, no entanto os bocados não começaram a cair agora mas sim há 20 anos, e a verdade é que, ao longo desses anos, ninguém acudiu a essa lenta degradação.

• Em Setúbal, o Tribunal de Instrução Criminal funciona num corredor.

• O Conselho Superior de Magistratura recebe por dia cerca de 20 a 30 cartas de jovens que se queixam sobretudo de atrasos nos tribunais — Presidente do Conselho Superior de Magistratura, Conselheiro Vítor Coelho, Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias — 4 de Novembro.

• Segundo o Presidente do Conselho Superior de Magistratura, seriam necessários 26 milhões de contos para acudir às necessidades dos tribunais e Casas de Magistratura.

• Dizia o Procurador-Geral da República: tenho boas relações com o Ministério da Justiça, isso nunca esteve em causa, mas de facto, diariamente, tenho que me preocupar com verbas que estão no orçamento e que não foram, na devida altura, afectadas. Isto é uma questão orçamental. Tenho que me preocupar com problemas que talvez não merecessem a atenção do Procurador-Geral da República. É, por exemplo, do espaço físico para os magistrados que dirijo, já que não tenho instalação. Os magistrados chegam a ver-se na ridícula situação de não terem uma cadeira para se sentar. ■



A justiça do trabalho

As estatísticas da Justiça, relativas a 1985 que, no tocante à justiça laboral, os processos findos naquele ano tiveram uma duração média de 33 meses? E que as execuções (onde se incluem as destinadas a obter o pagamento a trabalhadores) tiveram a duração média de 40 meses?

Acções houve emergentes de acidente de trabalho que duraram 5 anos até à sua conclusão? O mesmo acontecendo relativamente a 29% de processos de transgressão do trabalho?

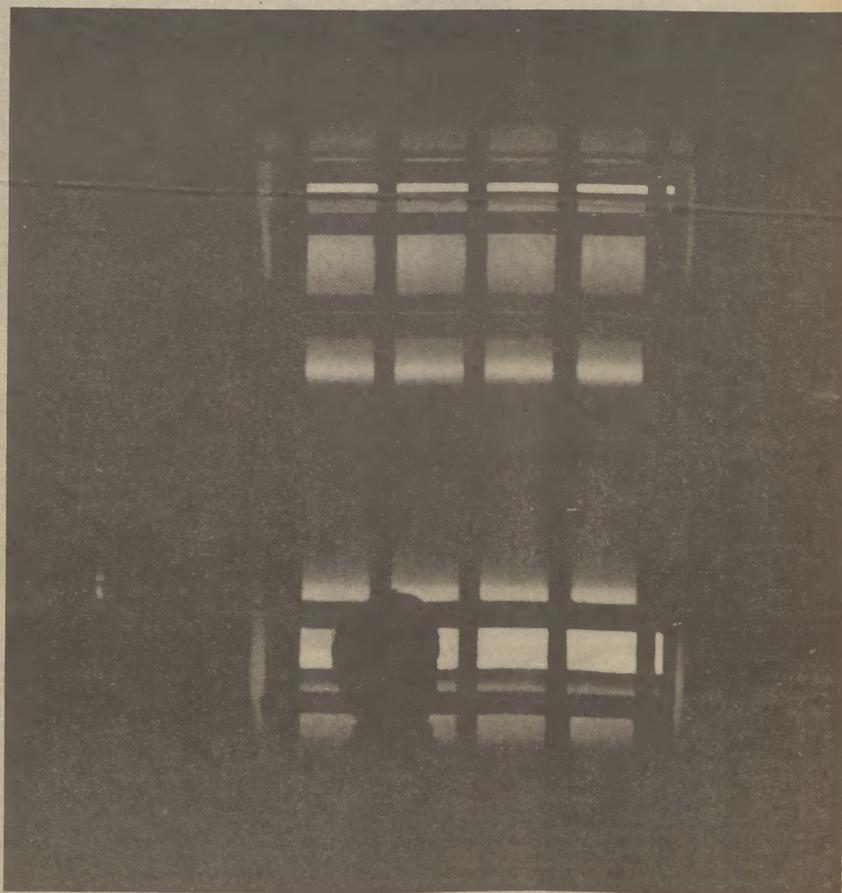
Se assistiu em 1986, em certos centros urbanos com grande incidência de questões laborais, a um aumento percentual e mesmo nominal de processos emergentes de acidentes de trabalho?

As instalações dos tribunais de trabalho são em geral «de recurso» improvisadas, repartidas por vários edifícios, sem espaços essenciais de trabalho, nem locais de arquivo nem salas de espera. Já experimentou passar pela Av. Almirante Reis à hora em que os acidentados de trabalho fazem bicha perto da bicha da sopa dos pobres anexa?

Há exames médicos feitos na sala de arquivo dos processos (vã ao Tribunal de Trabalho de Setúbal).

Em tribunais situados em zonas com graves problemas laborais, como o Tribunal de Trabalho de Setúbal, diminuíram em 1986 os processos entrados destinados a efectivar o cumprimento de contratos de trabalho? Mas que mesmo assim continua pendente um número significativo de processos?

E que há tribunais como o Tribunal de Trabalho de Leiria (4000 processos pendentes) que arrastam há 10 anos a sua crise?! ■



Prisões

• Em Portugal nos últimos 3 anos a taxa de aumento da população prisional foi a mais elevada dos países do Conselho da Europa (+83%), em contraste com os aumentos verificados na Irlanda (+43%), Países Baixos (+24%), França (+22%), Itália (+20%), Bélgica (+19%), Reino Unido (+5%), Espanha (+4%), Austrália (-5%), RFA (-9%) e Suécia (-15%).

• Entre 31/12/82 e 31/12/85 a taxa de aumento de presos preventivos foi de 111% em Portugal (superior aos 83% de aumento da população prisional global e a mais alta de diversos países europeus (Reino Unido +23%, França +16%, Espanha +4%, Bélgica +1%). A maioria dos países viu diminuir a taxa dos preventivos (Itália e Dinamarca -9%, RFA -17%, Irlanda -21%, Noruega -23%).

• Em 31/12/86 dos 1083 presos de idades compreendidas entre os 16 e 21 anos, 626 eram presos preventivos (57,8%).

• Para um total de 59 estabelecimentos prisionais, servidos por 2109 guardas, a Direcção-Geral dos Serviços Pri-

sionais tem à sua responsabilidade 8465 reclusos, 3628 dos quais em regime de prisão preventiva (primeira quinzena de Fevereiro/87). A lotação normal do sistema é de 6000 presos. Cerca de 40% dos reclusos têm menos de 30 anos.

• A verba atribuída à DGSP no OE/87 para despesas de alimentação e calçado dos presos é, per capita, de 220500/dia, obrigando àquilo que o Director-Geral dos Serviços Prisionais qualificou de alimentação «frugal e insuficiente» (RTP/Face a Face/19.2.87).

• Os serviços prisionais vão ver esgotado o seu orçamento de manutenção e funcionamento a meio do ano (tal como em 1986). Precisaríamos de ter visto inscrita uma verba de 590 mil contos para esse efeito: a dotação disponível, por expressa vontade do Governo que a propôs e a considerou suficiente (!) é ligeiramente inferior à dotação de 1986.

• Não estão apuradas as causas da vaga de suicídios em curso no Estabelecimento Prisional de Lisboa e outras prisões.

• Na prisão das Mónicas: a demora nos exames complementares de diagnóstico das reclusas conduz à degradação da situação sanitária; o exercício do direito de interrupção voluntária da gra-

videz é inviabilizado pela administração penitenciária; as presas queixam-se da existência de ratos, percevejos, cascas de banho entupidas (camarata l); há transmissão de doenças por troca de roupa; há uma linha telefónica.

• Face à proliferação do tráfico e consumo de droga em estabelecimentos prisionais só após a recente vaga de suicídios foi determinada a criação de um pequeno núcleo (2 avarçados+2 tarefas) para programar algumas acções de prevenção e tratamento. Sabia que desde Setembro de 1985 o Centro de Estudos e Profilaxia da Droga interrompeu as acções que vinha levando a cabo no meio prisional? Sabia que durante o fim-de-semana não há apoio médico aos toxicómanos que entrem em crise no estabelecimento prisional existente nas instalações PJ? Sabe que as visitas semanais de técnicos da Direcção Regional do Norte do CEPD ao estabelecimento de Custóias (apenas para dar apoio psicológico/ocasionalmente tratamento farmacológico) que chegaram a ser feitas (em 78) por um psiquiatra e 4 técnicos estão reduzidas a 2 técnicos (devido ao esvaziamento progressivo dos quadros do Centro), tendo cessado, pelo mesmo motivo, as acções no estabelecimento de Paços de Ferreira? ■



Jovens e menores

• 20% dos reclusos, segundo dados disponíveis, têm idades compreendidas entre os 16 e os 20 anos.

• Há que fazer um esforço no Ministério da Justiça para transformar os nossos reformatórios, que estão ao nível do século XIX, e actualizá-los — Procurador-Geral da República, 4 de Novembro de 1986.

• Em 31.12.86, 57,8% dos jovens detidos com idades compreendidas entre os 16 e os 21 anos o eram em regime de prisão preventiva. Mas que, por outro lado, a Organização das Nações Unidas prevê, nas «Regras de Beijing, pto. 13.1 que «a prisão preventiva constitui uma medida de último recurso e a sua duração deve ser o mais curta possível...».

• As Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça de Menores, pto. 12.1, estabelecem que «para melhor cumprir as suas funções, os polícias que se ocupam frequentemente, ou exclusivamente de menores ou que se consagram à prevenção da delinquência juvenil devem receber uma instrução e uma formação especiais?»

Em contrapartida, são raros os dias em que se não toma conhecimento de actos de violência e sevícias praticados em esquadras de polícia sobre cidadãos jovens...

• Existem apenas 105 técnicos do Instituto de Reinserção Social a trabalhar nos estabelecimentos prisionais, para uma população que atinge os 8320 detidos (dados de 15 de Janeiro de 1987), o que impede um real cumprimento das suas funções no que respeita ao acompanhamento e apoio aos reclusos?

• Continuam por criar os dois centros de detenção especificamente para jovens, previstos no DL 90/83, de 16 de Fevereiro? Que no preâmbulo desse diploma se dizia tratar de «uma medida inovadora», que «visa estimular (no jovem) o seu sentido de responsabilidade social» e que «no futuro, do seu funcionamento e dos seus resultados se poderá dizer até que ponto o modelo que os inspirou foi conseguido» (sic). ■

A situação de verdadeiro caos em que se encontra a Justiça no nosso país — pasta cuja responsabilidade pertence há mais de seis anos a titulares do PSD — constitui um dos mais inequívocos desmentidos sobre a tão propagandeada competência e eficácia que esforçados publicistas procuram associar ao actual Governo e designadamente ao seu líder, Cavaco Silva.

Ainda há alguns dias atrás, com efeito, no decorrer da interpelação ao Executivo sobre políticas relativas a este sector, foram confirmadas todas as denúncias e acusações que têm sido insistentemente feitas, emergindo na ocasião os estrangulamentos e os casos de ruptura a que se deixou chegar a Justiça em Portugal.

Particularmente postos a nu foram o mau funcionamento das instituições dependentes do Ministério da Justiça com relevo para os tribunais e para a situação de bloqueamento em que se encontram, a par da degradação das suas instalações, falta de

peçoal e deficientes condições de trabalho para os magistrados. Em foco estiveram ainda questões tão importantes como a degradação das prisões, as carências de pessoal e sobretudo a situação dos presos preventivos cujo número cresceu significativamente nos últimos anos. A atenção dos deputados não escaparam, por outro lado, matérias como a justiça no trabalho, os casos de denegação de justiça, as dificuldades de acesso ao direito e aos tribunais e a justiça de menores particularmente nos aspectos que se prendem com a falta de estruturas, acompanhamento e reinserção.

Acolhido com particular interesse especialmente entre os meios de comunicação social, foi entretanto um volumoso dossier elaborado pelo Grupo Parlamentar do PCP contendo numerosos dados, números, factos e observações sobre praticamente todas as grandes questões em debate.

É para alguns excertos desse olhar atento e rigoroso sobre a realidade que de seguida chamamos a atenção do leitor.



A denegação de justiça

Se torna cada vez mais claro o acesso aos Tribunais Judiciais?

É isto porque as alçadas dos tribunais têm sofrido brutais aumentos que determinam o correspondente aumento brutal de preparos em determinadas acções.

De 1977 até 1981 a alçada dos Tribunais de Comarca teve um aumento 50% e a alçada dos tribunais da relação teve um aumento de 100%.

• E você sabia que, apesar do manifesto encarecimento da Justiça, o Governo se prepara para proceder a um escandaloso aumento das alçadas?

Tal justiça fora de portas se traduzirá para os que recorrem aos tribunais a um insuportável encarecimento da justiça? A deslocação de uma testemunha ao Tribunal de círculo custará a todo o País em média a «módica» quantia de 3000\$00? E que nalguns casos, custará 5000\$00 (caso da Azinheira de Barros-Setúbal) e 4000\$00 (deslocação Almodôvar-Beja)?

Fracasso da aplicação do Código Penal

Decorridos mais de 3 anos sobre a entrada em vigor do novo Código Penal, a alegada política de combate às «penas institucionais» e de redução da prisão «ao mínimo necessário» fracassou estrepandamente: observou-se um crescimento acentuado da multa a partir de 1984; em 1985 tornou-se a pena mais frequente; a sua aplicação subiu para 33% em 84 e 37% em 85; a prisão removel diminuiu a partir de 1983; a prisão não removel decresceu (40% em 84, 35% em 85); desceram as penas até 6 meses; subiram em medida correspondente as compreendidas entre 2 meses e 2 anos; em 83 e 84 aumentaram as penas entre os 2 e os 8 anos, não havendo alterações significativas nas penas superiores a 8 anos.

Magistratura

Há apenas dez inspectores-judiciais do Conselho Superior de Magistratura para cerca de 900 magistrados e 7000 funcionários — Presidente do Conselho Superior de Magistratura — 4 de Novembro de 1986 na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

A justiça fora de portas

Alegando a facilidade de comunicações, o Governo se prepara para acabar com a «Justiça ao pé da porta dos cidadãos», obrigando as populações, em muitos casos, a deslocar-se à sede do tribunal de círculo ao contrário do que até agora e desde há muito tempo acontece?

Unido (5%), Espanha (4%). Por outro lado, houve baixas da população prisional na Áustria (-5%); RFA (-9%) e Suécia (-15%).

Polícia Judiciária

Dizia o ministro da Justiça: para mim é altamente preocupante a não existência de uma Inspeção em Viseu, Leiria e Évora, que a de Chaves não seja uma Inspeção e que no Algarve ultimamente apenas tenha sido criada a de Portimão.

Porque não está inscrita verba no PIDDAC? Primeiro porque há sempre dispositivos de mobilidade dentro do PIDDAC, pelo menos por aquilo que me têm dito, pois o Ministério da Justiça é um pouco nalf em matéria de PIDDAC e não está muito habilitado a mover-se dentro desses campos (Comissão de Economia, Finanças e Plano — R. 24.XI.86 — debate do Orçamento do Estado para 1987).

O Gabinete de combate à criminalidade económica e à fraude financeira é composto por duas pessoas.

Registos e Notariado

Os 711 serviços de registos e notariado funcionam sem orçamento e que a percentagem dos saldos depositados no Gabinete de Gestão Financeira/Confedre dos Conservadores, Notários e funcionários de Justiça, relativamente aos rendimentos ilíquidos foi sensivelmente a mesma em 1983, 1984 e 1985.

No ano de 1986, a Direcção-Geral de Registos e Notariado deixou a meio do ano de ter verba para a compra de fitas para máquina de escrever. ■



Combate à droga

• Nas cadeias portuguesas, onde se estima que o número de reclusos com ligação maior ou menor à droga é de cerca de 40% não há uma única unidade especial de recuperação e apoio a toxicómanos?

• O quadro de pessoal do Gabinete de Planeamento e Coordenação do Combate à Droga dispõe de 304 unidades e que dessas apenas 147, ou seja 46%, estão preenchidas. E que a verba prevista para este organismo no Orçamento de Estado de 87 é de apenas 247 328 contos, quando se sabe que tem vindo a aumentar preocupadoramente o tráfico e consumo de droga, com incidência especial nas camadas juvenis.

• Para uma população de toxicómanos com um peso crescente de heroínomanos e de consumidores de cocaína, o Governo não prevê mais do que a cobertura de 30% a 40% das necessidades, apenas 1990?

• Segundo o Director-Geral da Polícia Judiciária: Portugal está transformado num dos pontos de passagem — mas passagem — apoio como se fosse um porta-aviões no Atlântico — da droga, nomeadamente para a Alemanha, para a Holanda, e para a Inglaterra, proveniente da América do Sul, do Médio e Extremo Oriente e, em menor escala, de África — 5 de Novembro de 1986 na Comissão de Assuntos Constitucionais de Direitos, Liberdades e Garantias.

• Se estimam em menos de 20% do total de toxicómanos, aqueles que procuram tratamento nos serviços respectivos? E que o fazem, regra geral, apenas 5 anos após um primeiro contacto? • Continua a ser adiada a criação de urgências para toxicómanos em estabelecimentos de saúde do SNS, dada a instituição da rede do CTPD e da integração dos bancos de urgência normais? ■

Caracterização do sector químico

Baixaram (10 mil) os postos de trabalho Baixaram os investimentos

Segundo as estatísticas oficiais, são quase setecentos mil os efectivos do emprego na indústria transformadora em Portugal. Desse total, que não inclui as empresas com um quadro de pessoal inferior a cinco unidades, cerca de nove por cento são trabalhadores da indústria química (hoje, cinquenta e cinco mil, aproximadamente) que produzem perto de trinta por cento do valor bruto da produção anual da indústria transformadora. De acordo com uma análise profunda deste sector, recentemente divulgada pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Química e Farmacêutica de Portugal (FSTIQFP), estrutura intermédia da CGTP-IN, «em dez anos foram destruídos mais de dez mil postos de trabalho» no sector.

O estudo a que o «Avante!» se refere foi enviado recentemente pela Federação da Química aos órgãos de comunicação social e reporta-se a documentação e análise recolhidas no seguimento dos trabalhos do IV Congresso da FSTIQFP, efectuado em 29 e 30 de Novembro do ano findo.

Na introdução ao documento intitulado «A indústria química e farmacêutica no contexto nacional», afirma-se que «a política recessiva deliberadamente imposta ao povo português desde 1983, que se seguiu a alguns anos de estagnação, foi ainda mais gravosa do que as previsões mais pessimistas indicavam».

As estatísticas denunciam a violação da lei

Ao referir-se ao «rendimento nacional e à sua distribuição», a Federação (FSTIQFP) cita um quadro do INE (Instituto Nacional de Estatística) sobre o baixo rendimento *per capita*. Ainda por cima «mal distribuído esse rendimento individual levou a que, em termos de classe de rendimentos, em 1985, os trabalhadores auferissem salários de miséria autêntica, já que quase sessenta por cento receberam, em média, menos de 25 contos por mês». O índice dos salários reais «perde 15,4 pontos entre 1980 e 1986, sendo especialmente grave a quebra salarial entre 1983 e 1984». A Federação salienta que as estatísticas oficiais «denunciam a violação da lei», principalmente no que respeita à obrigatoriedade do pagamento dos salários mínimos nacionais.

A Federação faz ressaltar o facto de os salários inferiores aos mínimos esta-

belecidos por lei serem auferidos (quando são!) «em grande percentagem por jovens e trabalhadores em *part-time*, mas também por trabalhadores a tempo inteiro».

Mas, ao contrário do que sucede com a parte dos salários no rendimento nacional, entre 1980 e 1986, a parte que o capital vai buscar a esse rendimento aumenta de 45,9 pra 53,9 por cento.

Segundo a Federação da Química, «estes números demonstram um dos objectivos prioritários da política recessiva adoptada: diminuir os salários re-

Do estudo divulgado pela Federação sindical da química depreende-se facilmente que todos os indicadores de interesse para os trabalhadores e para a economia nacional não pararam de baixar nos últimos dez anos. O que subiu foi a política cavaquista, com as oportunidades externas de que tem beneficiado e que são próprias do capitalismo internacional. A Federação fala com conhecimento de causa de um sector onde tem origem, por exemplo, «todos os combustíveis derivados do petróleo e que representam mais de oitenta por cento das fontes de energia primária do País». Fala de um sector onde «se originam os adubos e pesticidas essenciais numa agricultura, que se pretende venha a contribuir decisivamente para o bem-estar e o desenvolvimento de Portugal». Mas é isto precisamente que a política cavaquista quer baixar. A política do que mais tem quer e do parasitismo instalado é que governa hoje no nosso país. ■

ais, o que se conjuga com o aumento do exército de trabalhadores desempregados, por forma a manter o tipo de modelo de desenvolvimento que todos os trabalhadores tão bem conhecem de antes do 25 de Abril, e que visava no fundamental garantir:

- Mão-de-obra barata;
- Lucros fáceis.

Com baixos salários, lucros fáceis e imediatos, para a Federação da Química é evidente o modelo económico

• O que é que subiu?

que serve de suporte a esta política de: Vender barato o trabalho português, para atraír as multinacionais;

Garantir, nomeadamente através de baixos impostos, a existência de altos lucros, quer ao capital nacional, quer às multinacionais (ou transnacionais, como se designam também);

Facilitar a exportação de capitais e a pilhagem dos recursos naturais existentes.

Um sector duramente atingido pela queda do investimento

Segundo os elementos fornecidos pela Federação da Química, «a quebra

do investimento no sector empresarial do Estado (SEE) foi superior a 40 por cento no sector químico», relativamente aos níveis registados em 1982, quando já nessa altura era insuficiente.

Recorde-se que no sector tem grande peso as empresas públicas e participadas. Basta lembrar os casos de grandes unidades de produção como a Quimigal, Petrogal, PGP (Petroquímica e Gás de Portugal) e CNP (Companhia Nacional de Petroquímica) (ver



A intervenção organizada dos trabalhadores continua a ser factor decisivo para a defesa da Quimigal

quadro). Incluindo as participadas, o volume da produção do SEE na química ultrapassa os 65 por cento.

No entanto, o número de trabalhadores tem vindo a diminuir. De acordo com os números da Federação, «em dez anos foram destruídos mais de 10 mil postos de trabalho».

O mesmo não acontece com o valor da produção, que tem aumentado. De acordo com a mesma fonte sindical:

Esse valor, «em 1980, equivalia a

23,6 por cento do total da indústria transformadora. Em 1982, já pesava mais de 28 por cento. Apesar de não dispormos de estatísticas industriais comparáveis, publicadas posteriormente, tudo indica — acrescenta a Federação — que a importância do valor bruto da produção começou a aumentar, devendo ser superior, no final de 1985, a 30 por cento do total da produção industrial».

Por outro lado, apesar da diminui-

Contra o «deixa andar-deixa fazer»

Depois de mencionar alguns números conhecidos, que mostram bem o atraso do capitalismo português no que respeita aos rendimentos dos trabalhadores, a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria Química e Farmacêutica de Portugal adianta o seguinte comentário à situação existente:

O Estado, em vez de promover o investimento, o aumento da produção, a justa repartição do rendimento criado, a diminuição do desemprego e o aumento do nível de vida, deixa o investimento para a iniciativa privada que já demonstrou, nos últimos anos, ter pouca iniciativa; impõe uma política de recessão que cria desemprego; impõe uma política de repartição do rendimento, com diminuição da carga fiscal sobre os rendimentos do capital, isenções e benesses-várias sobre os lucros, e juros, e um *deixa andar, deixa fazer* que fez com que os trabalhadores, em cinco anos, perdessem oito pontos percentuais do rendimento nacional.

Face ao desenvolvimento existente e às ameaças patronais, o Governo não assume qualquer papel activo nas negociações salariais, para além de procurar

impor tectos, que são sempre inferiores ao poder de compra perdido nos períodos anteriores ao da sua fixação.

Esclarecedora forma esta de melhorar as condições de vida dos trabalhadores mais mal pagos da Europa capitalista!

A situação só não é mais grave porque os tectos salariais são sistematicamente ultrapassados pela luta dos trabalhadores.

São ainda os sacrifícios dos trabalhadores que evitam mais encerramentos e falências, mantendo em laboração empresas que o Governo não apoia, apesar dos salários em atraso, apesar das condições cada vez mais difíceis.

Cada vez é mais claro que o prosseguimento da actual política, contra os interesses dos trabalhadores, é também uma política antipatriótica.

Esta política, deste Governo, como todas as políticas e governos que agiram contra os trabalhadores e contra os interesses nacionais, será também derrotada pelos trabalhadores e pela maioria da população portuguesa.





Um ramo de actividade que dá emprego a mais de cinquenta mil trabalhadores



Conseguiu-se parar a destruição da Companhia Nacional de Petroquímica



Dos sectores mais activos na criação de riqueza



Valor decisivo do sector público

Ao fazer a síntese da estrutura empresarial do sector químico a Federação sindical destaca naturalmente o valor, a importância decisiva da parte nacionalizada, que pertence como é sabido ao sector empresarial do Estado.

As 1200 unidades empresariais que constituem aproximadamente o sector, são classificadas pela Federação em quatro grandes grupos, de acordo com a composição do seu capital, a saber:

1.º, **Empresas públicas**; 2.º, **empresas participadas**; 3.º, **sociedades transnacionais** (ou multinacionais, como também se designam); 4.º, **empresas de capital nacional**.

1.º — O sector das empresas públicas é de longe o mais importante, quer quanto ao tipo, quer quanto ao volume da sua produção. Actualmente, cerca de sessenta por cento do valor bruto da produção do sector cabe às quatro empresas públicas (**Petrogal, Quimigal, CNP e PGP**). O emprego é actualmente de cerca de dezanove mil postos de trabalho, mas tem vindo a diminuir a ritmo elevado. É nestas empresas que se produz o grande volume de produtos da química de base, desde o ácido sulfúrico aos produtos petroquímicos. Mas também são as empresas públicas que fabricam os produtos intermédios, como os adubos, cargas químicas e produtos finais, que vão desde as margarinas e óleos ao gás da cidade.

2.º — As participadas pelo Estado, pertencentes portanto ao SEE, como as públicas e nacionalizadas, são cerca de trinta, de média ou até grande dimensão, em que o Estado, através de bancos, empresas públicas e o IPE (Investimentos e Participações do Estado) detêm parte do capital, em associação com capital nacional ou multinacional. As participadas têm cerca de 7500 trabalhadores e representam um pouco menos de quinze por cento do valor bruto da produção.

3.º — As multinacionais, também designadas pela Federação por transnacionais ou STN's, vão em quadro aparte. Representam mais de vinte e cinco por cento do emprego e cerca de 30 por cento da produção; dados, como os anteriores e os seguintes, referentes a 1985.

4.º — Empresas de capital nacional (as restantes) são pequenas e médias unidades, muito numerosas em sectores como a pirotecnia, plásticos, artigos de borracha não especificados, reconstrução de pneus. Representam aproximadamente vinte por cento do valor da produção e vinte e cinco por cento do emprego. Incluem tintas, vernizes, pesticidas, perfumes e cosméticos, bem como outros sectores que, embora dominados, como os anteriores, pelas multinacionais, deixam a estas empresas pequenos nichos regionais, ou alguns produtos muito específicos, assinala por último a Federação, nesta parte do seu trabalho intitulado «A indústria química e farmacêutica no contexto nacional». ■

ção — muito elevada, como se viu — do total de trabalhadores (hoje, apenas 55 mil) e que foi particularmente intensa a partir de 1983, «a contribuição da indústria química para a criação de riqueza ainda é superior a 11 por cento do valor acrescentado na indústria transformadora».

Mas também este último valor é baixo relativamente à generalidade da indústria transformadora. Quem perde é a riqueza nacional.

«Em 1980 — destaca a Federação — o VAB (valor acrescentado bruto) do sector químico representava 14 por cento do total da indústria. Em 1982 é de 11 por cento do valor produzido na indústria transformadora».

Outros dados a reter dizem respeito às remunerações do sector, que representam apenas 12 por cento no total da indústria transformadora; em 1985, cada trabalhador do sector químico ganhou cerca de 35 contos mensais; na generalidade da indústria transformadora essa média foi de cerca de 27 contos, mas, citando a Federação, «este desvio positivo deve-se à maior qualificação técnica exigida na indústria química, bem como ao peso de quadros intermédios e superiores, que é maior do que a da média na indústria, e se reflecte nas remunerações».

Apesar disso, no sector químico, «a perda do poder de compra dos trabalhadores, nos últimos cinco anos, é estimada em cerca de 13 por cento».

Nada disto impediu que o investimento baixasse. Quando em 1980 «cerca de 26 por cento do investimento industrial era dirigido para a química», dois anos depois já era só 21 por cento (1982) e «em anos mais recentes a quebra verificada na compra de equipamentos e edifícios atingiu duramente as empresas do sector químico» pertencentes ao SEE.

A tendência geral é para o agravamento de todas estas condições e aspectos prejudiciais à economia do País. Daí a indispensável necessidade de reforçar a capacidade de diálogo, a luta e o reforço da unidade dos trabalhadores e do seu movimento sindical. ■

A Quimigal à frente

O sector empresarial do Estado (SEE) tem um peso decisivo na química e farmacêutica. Em Outubro do ano findo, segundo a federação sindical deste ramo de actividade, eram trinta e oito as empresas com essa situação jurídica. Publica-se a seguir o quadro das doze que abrem a lista do sector. As restantes são a **Previnil**, (Quimigal), **Celsus**, **Higiene**, **Isopor** (Quimigal), **Mabor**, **Plásticos Sintex**, **Agro-Plásticos/Lusofane**, **International Paints**, **Sociedade Nacional de Fósforos**, **Fosforeira Portuguesa**, **Extra**, **Cires**, **Socer**, **Vifibras**, **CNB**, **Tago/Mendes Godinho**, **Uniclar** (Quimigal), **Atlansul** (Quimigal), **Vitória**, **Vecom/Sonadel**, **Servisan/Sonadel**, **Jotum**, **Tinco**, **Nutrival/Quimigal**, **Nutrizo/Quimigal**, **Quimibro/Quimigal**, e **Unifa**.

Assinale-se, em grande parte destas unidades, a intervenção da **Quimigal**. Segue o quadro das doze que a Federação colocou em primeiro lugar.

Empresa	Situação Jurídica	N.º Trab.	Data	Ramo/Actividade	Distrito
Quimigal	EP	9 827	Dez/85	Química-Base Outras activ.	Nacional
Petrogal	EP	6 608	Junho/86	Petrolífera	Nacional
P.G.P	EP	710	Março/86	Am. e Gás	Lisboa
C.N.P	EP	1 106	Out./86	Petroquímica de Olefinas	Setúbal/Lx Porto
Fisipe (Quimigal)	83,6%	440	Dez/85	Fibras	Setúbal
Tinco (Quimigal)	50 %	284	Out/85	Tintas	Setúbal/Lx
SPEL	61 %	587	Out./85	Explosivos	Setúbal
Sonadel (Quimigal)	58,5%	428	Dez/85	Detergentes	Lisboa
Sovena (Quimigal)	56 %	138	Dez/85	Comércio	Nacional
Lusofane (Quimigal)	100%	265	Dez/85	Plásticos	Santarém
EPSI	72 %	440	Março/85	Polímeros	Setúbal
Vemol/Lusofane	50 %	13		Plásticos	Lisboa

As invasões

Escandalizados, alguns pasquins publicaram uma fotografia em que se pode ver o presidente nicaraguense Daniel Ortega ao lado de um representante da União Soviética. «O Dia», entre esses pasquins, deu, porém, voz ao dirigente da Nicarágua, que explicou a diferença entre as relações que o seu país tem com a URSS e as que não tem com os Estados Unidos. É que a URSS «invade» a Nicarágua com tractores, com transportes, com trigo e petróleo. «Gostaríamos», terá dito Ortega, «que os Estados Unidos também nos invadissem desse modo»... Mas não. A invasão dos EUA é de outra natureza e vem vestida de morte, sabotagem, destruição.

«Se os Estados Unidos quiserem o afecto do povo nicaraguense, têm de comportar-se como os soviéticos», disse ainda o presidente. E ainda se admiram certos pasquins, do orgulho que a Nicarágua sente nas suas amizades. Se calhar nem lêem as notícias que publicam. Ou escaparam à censura...

O descaramento

Pela primeira vez, na semana passada, Ronald Reagan admitiu — seria melhor dizer que «confessou» — ter sido o responsável pela venda de armas ao Irão e admitiu ter sido «um erro». Não esqueceu de encomendar, entretanto, uma sondagem para lhe reforçar a

imagem, tão baixo ela andava na opinião pública norte-americana. É que, deve pensar Reagan, um homem pode cometer todos os pecados. Basta confessá-los para ficar lavadinho e pronto... para outra. Alguns comentadores nacionais — envolvidos certamente na encomenda de Reagan — apressaram-se a considerar que esta confissão mostrou grande... coragem!

Não usaram a palavra apropriada: descaramento!

Comparações

Certo general-embaixador, de seu nome Walters e de nacionalidade estadunidense, no seu périplo pela Europa, veio a revelar-se um notável humorista. Como diplomata mostrou certas dificuldades, uma vez que, chegado a Lisboa, queixou-se de que os «aliados europeus» são difíceis. Mas, quanto ao humor, nada a dizer. Basta ouvir-lhe as comparações que fez do seu presidente Reagan. Nada menos que compará-lo a Brigitte Bardot — que terá mudado tantas vezes de homem quanto Reagan pode mudar de política em relação ao Irão... — ou compará-lo a Nixon — que usou dos mesmos artificios para iniciar os seus contactos com a China...

Só que Nixon se enredou — primeiro ele — no Watergate. Reagan tenta desesperadamente desenredar-se do Irangate. Walters disse, entretanto, uma coisa muito séria. Que não afligirá certamente os seus aliados do Governo português, os menos difíceis de todos os europeus: disse que as fronteiras dos Estados Unidos são na Europa. A piada é velha. Mas não é por ter barbas que não tem graça nenhuma.

O delegado

A demagogia do combate ao desemprego e as outras demagogias todas — a formação profissional, a dinamização da actividade económica, etc. — vindas do Governo de Cavaco Silva, têm, para todo o País, o significado de um sinal: se se fala de que o Governo quer ou vai resolver algum problema, então é porque vai agravá-los a todos. Significado assim também para o distrito de Setúbal, em particular, onde — como sublinha um documento da DORS do PCP — «ao cabo de cerca de quinze meses de existência do Governo PSD/Cavaco Silva se mantém os salários em atraso, aumentou o desemprego e agravou-se a precariedade do trabalho em geral. Entretanto, vão sendo anunciadas as intenções governamentais de promover e facilitar novos despedimentos na Siderurgia, na Quimigal, na Setenave, na Portucel, na Mompur, na Sorefame, no Entreposto, na Centrel, na Eni, na Sapec e nas Minas do Lousal, entre outras empresas».

Mas o Governo pode gabar-se agora de ter criado, para o distrito de Setúbal... um emprego. O de delegado do Governo. Isto, com vista à... «dinamização da actividade económica na península de Setúbal»! Não bastava a Cavaco a delegada que já lá está, isto é, a governadora civil; a senhora Irene Aleixo, que se tem celebrado tão tristemente e de tal modo que o PCP exigiu a sua urgente demissão e substituição por um (ou uma) democrata! Com mais este delegado, vai certamente agravar-se, para os trabalhadores, a política governamental...

Pontos Cardeais

Gazetilha

por Ignotus Sum

I

Vem ao de cima, frequentemente, o caso da «sondagem»: a realidade dá-nos a imagem de que a «sondagem», que é frequente, mente. Há quem se admire. Eu, não. Quem insiste na lida de falsear a vida não recua em falsear a opinião. Se uma «sondagem» feita em cem pessoas vem cantar suas loas ao Cavaco, e o põe com falsidade lá nos cornos da lua, a mim, a mim basta-me olhar a rua p'ra saber a verdade. Nas greves, nos desfiles, nos protestos sentidos e honestos é que a melhor sondagem se comprova aí é que se vê. Quanto ao mais... A «sondagem»? A TV? Uma ova!

II

O PS está à espera?
Está à espera de quê?
Então anda à solta a fera
e o PS não a vê?

Compadre, olhe a filoxera!
Compadre, então vossemecê...

III

Coitadinho do Reagan: rouba e mente mas a TV diz que ele é um inocente...

E o Casey, lembram-se? O chefe da CIA? Pois já o despacharam para casa da tia...

Quando se reformar, Casey, o tal, dizem que vem viver para Portugal...

Pelo menos tem cá, na hora do destroço, alguém que vá retribuir-lhe o almoço...

IV

Dizem os trabalhadores da CP que o estado da linha é uma desgraça e cada vez pior.

Então como é que é?

O governo o que faz enquanto o tempo passa? Pois faz... ouvidos de mercador...

Cavaco encolhe os ombros. Se vier outro desastre, entre os escombros esse tal, friamente soberano, há-de dizer naquela voz de enguiço que «foi um erro humano...»

... e não se fala mais nisso...

V

Junto à boca do Metro no Rossio nesse dia vazio estava um trabalhador com muita, muita gente em seu redor.

Era clara, era firme a sua voz de protesto e de queixa:

— Cavaco quer fazer pouco de nós mas a gente não deixa!

Isso também eu acho.

E sei, também eu sei, onde lhes dói aos herdeiros dos tais.

Querem fazer de nós simples capacho? Esse tempo, ó Cavaco, já lá vai...

... e tudo se fará p'ra que não volte mais!



Agenda

Avante!

Ano 56 - Série VII
N.º 689
12 de Março de 1987
4.º Caderno
Não pode ser vendido
separadamente

2 dias de Festa no Palácio!
14 e 15 de Março de 1987



ESPECTÁCULOS

BAILE POPULAR • DISCOTECA

EXPOSIÇÕES • VÍDEO

FEIRA DO LIVRO E DO DISCO

STANDES DE ARTISTAS E PETISCOS REGIONAIS



Exposição
100 ANOS DO 1.º DE MAIO



• Os acontecimentos de Chicago de 1 de Maio de 1886
• A Revolução Industrial. A formação de classes operárias, o desenvolvimento da luta e da sua ideologia
• O primeiro 1.º de Maio (1886). O 1.º de Maio no Mundo (1886-1900)
• O processo de industrialização em Portugal. O desenvolvimento do movimento operário português. O 1.º de Maio em Portugal (1886-1900)
• O 1.º de Maio no Mundo entre 1900 e 1920. A Revolução de Outubro
• As repercussões da Revolução de Outubro no Mundo
• A formação dos Partidos Comunistas. A formação do PCP em 1976
• O Mundo entre as duas guerras. A luta contra o nazifascismo. A guerra civil de Espanha. A Segunda Guerra Mundial. As repercussões da vitória das aliadas
• Perspectivas de libertação e progresso depois da guerra. Desenvolvimento literário-científico e progresso social. A luta pela Paz
• O 1.º de Maio e a luta contra a ditadura fascista em Portugal (1900-1974)
• O 1.º de Maio de 1974. Os primeiros de Maio e a luta dos trabalhadores portugueses, entre 1974 e 1986
• A grande Exposição Nacional que esteve patente na Feira do «Avante!»

***** PROGRAMA *****

SÁBADO/14 Março

ESPECTÁCULO
com Grupos de Música e Canção Populares
MALTA DO RIO
CANTARES DA TERRA
1.º DE MAIO

BAILE
com o conjunto DIAPASÃO

DISCOTECA
Espectáculo de Luz e Som

DOMINGO/15 Março

MANHÃ

MANHÃ INFANTIL
jogos / diversões / canções

CANÇÕES
com SAMUEL

ESPECTÁCULO
PAULO DE CARVALHO

DISCOTECA

ADQUIRA O SEU INGRESSO DESDE JÁ NOS CTs DO PCP OU, NOS PRÓPRIOS DIAS DE FESTA, NO PAVILHÃO DO PALÁCIO DE CRISTAL

Entrada livre para Reformados, Pensionistas e Idosos e para crianças até aos 12 anos

Quinta ¹²

• LISBOA

«PCP - 66 Anos de Luta» - Debate às 21 horas no CT Vitória, com Blanqui Teixeira, da Comissão Política e do Secretariado do CC. Será projectado o filme «60 Anos de Luta do PCP».

• SANTAR

Reunião do Partido com trabalhadores da Companhia Portuguesa de Fornos Eléctricos de Canas de Senhorim, na Junta de Freguesia, às 21 horas.

Sexta ¹³

• ANÇÁ

Almoço-convívio comemorativo do 66.º aniversário do PCP.

• LISBOA

Debate sobre o 27.º Congresso do PCUS e as decisões do plenário de Janeiro do CC do PCUS, com Álvaro Mateus, às 21 horas, no CT de Campolide.

Sábado ¹⁴

• LISBOA

Tarde de fado no Bairro Padre Cruz, iniciativa da 5.ª zona da OLL.

Concurso de anedotas, às 16 horas, junto ao antigo cinema Lumiar (Rua Comandante Fontoura da Costa, Lote 39, Loja H), para um novo CT na 6.ª zona da OLL.

Jantar comemorativo do 66.º aniversário do PCP, no CT de Arolos, com Dias Lourenço, da Comissão Política do CC.

• VILA FRANCA DE XIRA

2.ª Assembleia da célula dos trabalhadores da Câmara e Serviços Municipalizados, às 14.30 horas, no salão do Arquivo Municipal. Participa Hipólito dos Santos, do CC.

Debate sobre os direitos das mulheres, às 15 horas, na Sociedade Euterpe Alhandrense, organizado pelo MDM do concelho de V. F. de Xira; estão convidados representantes dos grupos parlamentares da AR.

• PORTO

«Porto em festa» no Palácio de Cristal, assinalando o 66.º aniversário do PCP; à tarde - espectáculo com grupos de música e canção populares, à noite - baile.

Entrada livre para reformados, pensionistas e idosos e para crianças até aos 12 anos.

• SOURE

«A agricultura portuguesa e a CEE» - de-

bate, às 15 horas, no Grupo Desportivo Sourense, com Rogério de Brito e João Abrantes, deputados do PCP.

• ESPINHO

Jantar/convívio da organização concelhia, no Centro de Trabalho, com animação-vídeo.

• AVEIRO

Sessão-debate sobre a banca, às 21 horas, no salão cultural da Câmara Municipal, com o deputado do PCP Octávio Teixeira.

Domingo ¹⁵

• PORTO

«Porto em Festa» no Palácio de Cristal, assinalando o 66.º aniversário do PCP; manhã infantil, com jogos, divertimentos e canções; tarde de canções, com Samuel; à noite, espectáculo com Paulo de Carvalho.

Comício com Octávio Pato, da Comissão Política e do Secretariado do CC, cerca das 16.30.

• LISBOA

Convívio no CT do Santo Condestável, às 15 horas.

• CAXIAS

«A emancipação da mulher no Portugal de Abril» - sessão/debate às 15 horas, na Associação de Moradores «A Familiar», com Georgette Ferreira, do CC.



15 de Março 1987 • COIMBRA
Faculdade de Economia
Av. Dias da Silva, 165
Horário das 10h às 17.30h

CONVITE
Entrada livre e debate aberto a todos os participantes

do torneio de chinquilho, projecção de um filme.

• VALE DE CAVALOS

Inauguração do novo CT do PCP; intervenção política de Jaime Félix, membro suplente do Secretariado do CC; almoço/convívio e *matinée*.

• CARTAXO

Comemoração do 66.º aniversário do PCP: 12.30 - almoço, no pátio do CT; intervenção política de uma camarada da direcção distrital do Partido; 14 horas - projecção de filmes, seguida de co-

SILVES

Almoço-convívio comemorativo do 66.º aniversário do PCP, com Horácio Rufino, do CC.

• ALBUFEIRA

Almoço-convívio comemorativo do 66.º aniversário do PCP, com José Vitoriano, da Comissão Política do CC.

• FARO

Almoço-convívio comemorativo do 66.º aniversário do PCP, com Lurdes Cunha, da DORAL.

• CONDEIXA

«A agricultura portuguesa e a CEE» - debate, às 15 horas, na Casa do Povo, com Rogério de Brito e João Abrantes, deputados do PCP.

• CELORICO DA BEIRA

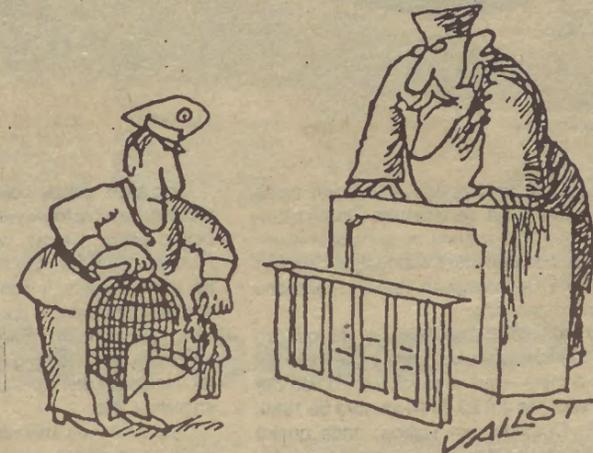
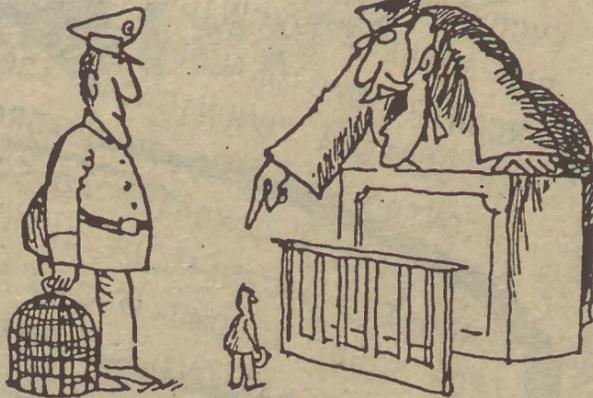
1.ª Assembleia da organização concelhia do PCP, na Casa do Povo, a partir das 10 horas, com José Soeiro, da Comissão Política do CC; às 12.30 - almoço-convívio.

• MEALHADA

Almoço-convívio comemorativo do 66.º aniversário do PCP, na cantina da Escola Preparatória da Mealhada, com Vidal Pinto, suplente da Comissão Política do CC; haverá música popular ao vivo.

• COIMBRA

Encontro do PCP sobre o sector mineiro, na Faculdade de Economia de Coimbra, a partir das 10 horas. Aberto à participação de todas as pessoas interessadas.



WALLOT, Jean (RFA) in «A PROPOS» n.º 1 de 1983, revista editada pela «Casa de Humor e Sátira» de Gabrovo, Bulgária.

TV O Programa

Quinta

RTP1

10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela: «Cambalacho», 49.º epis.
13.00 - Jornal da Tarde
13.35 - Ciclo Preparatório
18.00 - Sumário
18.07 - Brinca Brincando
18.50 - Concurso: «Par ou Ímpar»
19.30 - Telejornal
20.00 - Boletim Meteorológico
20.10 - Telenovela: «Palavras Cruzadas», 44.º epis.
20.45 - Série: «ALF-Uma Coisa do Outro Mundo»
21.15 - Rally de Portugal

21.50 - Série: «As Blue Bell»
22.50 - 24 Horas
23.20 - Remate

RTP2

14.15 - Série: «Novo Amor», 14.º epis.
15.05 - Agora, Escolha!
16.30 - Notícias
16.35 - Trinta Minutos Com...
17.05 - Countdown
18.00 - Estádio
19.00 - Nino Show
20.00 - Notícias
20.05 - Série: «5.ª Dimensão», 107.º epis.
20.30 - Série: «Uma Família às Direitas», 83.º epis.
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - É de Ler
21.35 - Concurso: «A Quinta do Dois».

Sexta

RTP1

10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela: «Cambalacho»
13.00 - Jornal da Tarde
13.35 - Ciclo Preparatório
18.00 - Sumário
18.05 - Brinca Brincando
18.50 - Concurso: «Par ou Ímpar»
19.30 - Telejornal
20.00 - Boletim Meteorológico
20.10 - Telenovela: «Palavras Cruzadas»
20.55 - Série: «Palácio dos Sonhos», 7.º epis.
21.50 - Tudo é Espectáculo: «As

Bodas de Prata de Motown»
23.20 - Série: «Hitchcock Apresenta»
23.50 - 24 Horas
00.20 - Remate.

RTP2

14.15 - Série: «Novo Amor»
15.00 - Agora, Escolha!
16.30 - Notícias
16.35 - Trinta Minutos Com...
17.05 - Countdown
18.00 - Estádio
19.00 - Nino Show
20.00 - Notícias
20.05 - Série: «5.ª Dimensão»
20.30 - Série: «Uma Família às Direitas»
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - É de Ler
21.35 - Contraponto
22.35 - Série: «Meu Filho, Meu Filho»
23.35 - Uma Boa Ideia.

12.05 - 70 Vezes 7
12.35 - Série: «O Almoço Está na Mesa»

13.00 - Sumário
13.10 - Viva a Música
13.35 - Série: «Os Roberts»
14.00 - Arco Íris
15.35 - Primeira Matiné: «Casa Nova... Vida Nova»
17.30 - Circo
18.00 - Clube Amigos Disney
19.00 - Série: «O Justiciero»
20.00 - Jornal de Domingo
20.30 - Boletim Meteorológico
20.35 - Miguel Torga
21.00 - Série: «Paraíso Adiado»
22.00 - Domingo Desportivo
23.05 - Dizem os Astros.

RTP2

10.00 - Troféu
12.30 - Magazine
12.50 - Caminhos
13.05 - Música na América
13.35 - A Vida à Nossa Volta
14.00 - Série: «Destino Aventura»
15.00 - Troféu
18.30 - Série: «A Herança Científica do Mundo Árabe»
19.00 - Entrada Livre
19.25 - Ler Portugal: «Mário Braga e a Beira Litoral»
19.55 - Série: «O Triunfo do Ocidente»
20.45 - Borboletas
21.15 - Série: «Quatro Compositores Americanos», 1.º epis.
22.45 - Cine Clube: «A Actriz», real. George Cukor (EUA/1953)

Segunda

RTP1

10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela: «Cambalacho»
13.00 - Jornal da Tarde
13.55 - Ciclo Preparatório
18.00 - Sumário
18.05 - Brinca Brincando
18.50 - Concurso: «Show Bis»
19.30 - Telejornal
20.00 - Boletim Meteorológico
20.10 - Telenovela: «Palavras Cruzadas»
21.00 - Vamos ao Teatro: «Avara, Luxúria e Morte»
22.20 - O Mar e a Terra
22.50 - 24 Horas
23.20 - Remate

RTP2

14.15 - Série: «Novo Amor»
15.05 - Agora, Escolha!
16.35 - Trinta Minutos Com...
17.05 - Countdown
18.00 - Informação
19.00 - Nino Show
20.00 - Notícias
20.05 - Série: «5.ª Dimensão»
20.30 - Série: «Uma Família às Direitas»
21.00 - Jornal das Nove
21.35 - Telefilme: «Daylight Robbery»
22.30 - 2.ª Volta
23.00 - Série: «Benson»

Terça

RTP1

10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela: «Cambalacho»
13.00 - Jornal da Tarde
18.00 - Sumário
18.05 - Brinca Brincando
18.50 - Concurso: «Show Bis»
19.30 - Telejornal
20.00 - Boletim Meteorológico
20.10 - Telenovela: «Palavras Cruzadas»
20.50 - Primeira Página
21.45 - Série: «Dempsey e Ma-kepeace»
22.35 - 24 Horas
23.05 - Remate

RTP2

14.15 - Série: «Novo Amor»
15.05 - Agora, Escolha!
16.30 - Notícias
16.35 - Trinta Minutos Com...
17.05 - Countdown
18.00 - Informação
19.00 - Nino Show
20.00 - Notícias
20.05 - Série: «5.ª Dimensão»
20.30 - Série: «Uma Família às Direitas»
21.00 - Jornal das Nove
21.35 - Cinema Dois

Quarta

RTP1

09.00 - Automobilismo: «Rali de Portugal»
10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela: «Cambalacho»
13.00 - Jornal da Tarde
13.35 - Ciclo Preparatório TV
18.00 - Sumário
18.05 - Brinca Brincando
18.50 - Concurso: «Show Bis»
19.30 - Telejornal
20.00 - Boletim Meteorológico
20.20 - Telenovela: «Palavras Cruzadas»
21.00 - Lotação Esgotada: «Como Ganhar um Milhão», real. Billy Wilder (EUA/1967)
22.20 - Aloha From Hawal
00.00 - 24 Horas
00.30 - Remate

RTP2

14.15 - Série: «Novo Amor»
15.05 - Agora, Escolha!
16.30 - Notícias
17.05 - Countdown
18.00 - Informação
19.00 - Nino Show
20.00 - Notícias
20.05 - Série: «5.ª Dimensão»
20.30 - Série: «Uma Família às Direitas»
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - É de Ler
21.35 - Ópera

ENCONTRO NACIONAL DE QUADROS DO PCP SOBRE COMUNICAÇÃO SOCIAL

documentos
29 de Novembro de 1986

ENCONTRO NACIONAL DE QUADROS DO PCP SOBRE A COMUNICAÇÃO SOCIAL
ENCONTRO NACIONAL DE QUADROS DO PCP SOBRE A COMUNICAÇÃO SOCIAL
ENCONTRO NACIONAL DE QUADROS DO PCP SOBRE A COMUNICAÇÃO SOCIAL
ENCONTRO NACIONAL DE QUADROS DO PCP SOBRE A COMUNICAÇÃO SOCIAL
ENCONTRO NACIONAL DE QUADROS DO PCP SOBRE A COMUNICAÇÃO SOCIAL
ENCONTRO NACIONAL DE QUADROS DO PCP SOBRE A COMUNICAÇÃO SOCIAL
ENCONTRO NACIONAL DE QUADROS DO PCP SOBRE A COMUNICAÇÃO SOCIAL
ENCONTRO NACIONAL DE QUADROS DO PCP SOBRE A COMUNICAÇÃO SOCIAL
ENCONTRO NACIONAL DE QUADROS DO PCP SOBRE A COMUNICAÇÃO SOCIAL
ENCONTRO NACIONAL DE QUADROS DO PCP SOBRE A COMUNICAÇÃO SOCIAL

edições
Avante!

Finalmente aí está o livro. Publicado pelas edições «Avante!», já se encontra em distribuição o livro que traz a lume os principais documentos saídos do Encontro Nacional de Quadros do PCP sobre Comunicação Social, realizados em Novembro passado.

Não se trata, como é evidente, da reprodução exaustiva dos muitos documentos e intervenções - centena e meia - que preencheram o rico trabalho das secções em 29 de Novembro de 1986, na Voz do Operário, em Lisboa, onde quatro centenas de comunistas se reuniram para debater a comunicação social e tirar conclusões para valorizar no futuro a actividade partidária no sector. Trata-se, sim, dos documentos fundamentais desta iniciativa do PCP.

Iniciativa única, pois nenhum outro partido em Portugal promoveu debate tão amplo e aberto sobre o tema, no qual participaram camaradas de quase todo o País, de um modo ou de outro ligados à comunicação social - não apenas profissionais da imprensa, rádio e televisão, mas também quadros que se ocupam da imprensa sindical, regional ou autárquica, das rádios locais, das SIPs do PCP, de gabinetes de imprensa, etc.

Para além da intervenção de abertura, o livro inclui os relatórios das secções, os documentos aprovados - que apontam as principais direcções do trabalho dos comunistas no sector - e o discurso de encerramento, do camarada Álvaro Cunhal. (150 páginas, 50\$00).

VIII SONETOS

de
ARY
DOS SANTOS

um texto de
Manuel Gusmão
e um desenho de
Rogério Ribeiro

Cinema A selecção Exposições

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	A Cor do Dinheiro	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	—
B	O Medo Come a Alma	—	—	★★★	★★★	—
C	Mona Lisa	★★★	★★★	★★★	★★★	★★★
D	A Mosca	★★★	★★★	★★★★	★★	★★★
E	O Nome da Rosa	★★★	—	★	★★	★★★
F	O Ralo Verde	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★
G	Ran	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★
H	Tangos	—	★★	★★	★★★	—
I	Thérèse	★★★	★★★★	—	—	—

- A** — Real. Martin Scorsese — Amoreiras/5 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Mundial/3 (13.45, 16.15, 18.45, 21.15), Quarteto/4 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30), Tivoli (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- B** — Real. Rainer Fassbinder — Quarteto/2 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30, 23.30) — Lisboa.
- C** — Real. Neil Jordan — Amoreiras/4 (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 24.00), Fonte Nova/2 (14.45, 17.00, 19.15, 21.45) — Lisboa.
- D** — Real. David Cronenberg — Las Vegas/2 (15.30, 18.45, 21.45), Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- E** — Real. Jeans-Jacques Arnaud — Alfa/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Amoreiras/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Berna (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Gemini (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Mundial/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), S. Jorge/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- F** — Real. Eric Rohmer — Estúdio 444 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- G** — Real. Akira Kurosawa — Amoreiras/3 (15.00, 18.00, 21.00, 24.00) — Lisboa.
- H** — Real. Fernando Solanas — Quarteto/3 (14.15, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- I** — Real. Alain Cavalier — Quarteto/1 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.

...e ainda Música, debates, etc.

Música

Na Fundação Gulbenkian: **hoje (21.30)** e **amanhã (18.30)** — o Coro e a Orquestra Gulbenkian executam obras de Fauré, Charpentier e Maurice Duruflé; maestro — Michel Corboz, soprano — Brigitte Baileys, baixo — Thomas Mor, órgão Philippe Corboz. **Dia 16, segunda-feira**, às 18.30, Robert Lloyd (barítono) e John Constable (piano) interpretam «Viagem de Inverno» (ciclo completo) de Schubert. **Na terça-feira (18.30)** os solistas da orquestra Gulbenkian Andrew Swinerton (oboé) e Miguel Henriques (piano) interpretam obras de Schumann, Britten e Dutilleul. **No dia 18, quarta-feira (18.30)**, António Rosado (piano) toca Ravel, Vianna da Motta e Liszt.

António Victorino d'Almeida participa no ciclo «Músicos portugueses», iniciativa da Câmara Municipal de Sintra, no Palácio Valenças, **domingo**, às 16 horas. Este ciclo encerra dia 22 com um recital do violinista Duarte Costa.

Cinema

A Cinemateca Portuguesa (Rua Barata Salgueiro, 39 Lisboa) prossegue os ciclos «Cinema francês dos anos 80» e «Schnitzler em filme». Inicia-se o ciclo «Norman McLaren». O programa é:

Hoje, às 21.30, «Hurlevent» (1985, inédito em Portugal), de Jacques Rivette.

Sexta-feira, 18.30, «Beau temps, mais orageus en fin de journée» (1985, inédito em Portugal), de Gerard Frotz-Coutaz; 21.30, «Alvorada do amor» («Day break», 1931), de Jacques Feyder.

Sábado, 15.30, «Trous de memoir» (1986, inédito em Portugal), de Paul Vecchiali; 18.30, «The affairs of Anatoli» (1921), de Cecil B. de Mille; 21.30, «Maine-océan» (1985) inédito em Portugal, de Jacques Rozier.



Segunda-Feira, 18.30, ciclo «Norman McLaren»; 21.30, «Gardien de la nuit» (1986), de Jean-Pierre Limosin.

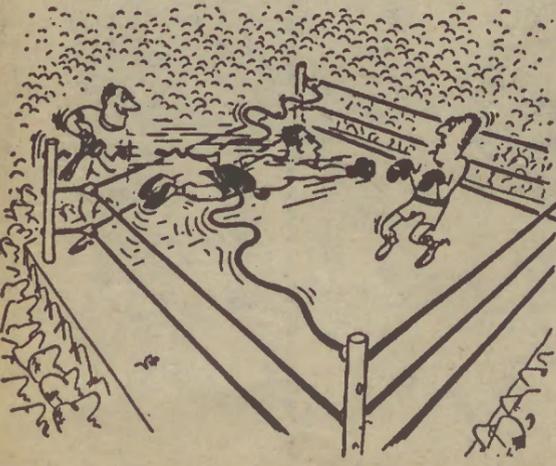
Terça-feira, 18.30, ciclo «Norman McLaren»; 21.30, «La ronde» (1950), de Max Ophuls.

Quarta-feira, 18.30, ciclo «Norman McLaren»; 21.30, «Désordre» (1986, inédito em Portugal), de Olivier Assayas.

Quinta-feira, dia 19, às 21.30, «A ronda do amor» («La ronde», 1964), de Roger Vadim.

«A fotografia no cinema português — César de Sá» inclui hoje, às 18.30, «O pai tirano»; na próxima quinta-feira, 19, poderá ver «O pátio das cantigas».

Os bilhetes para a Cinemateca Portuguesa vendem-se uma hora antes do início da sessão e custam 100\$00.



Na sede da Associação Portugal-URSS (Rua de S. Caetano, 30 Lisboa) passa dia 13, sexta-feira, a partir das 21.30, «Carta de um homem morto», de K. Lopuchanski. É um filme a cores de 1986 que mostra os dias após um conflito nuclear. Esteve presente no Festival de Tróia.

O ABC Cine-Clube de Lisboa apresenta no Estúdio 444, no dia

• LISBOA

Amaral da Cunha, escultura. Gal. Quadrado (Coruchéus), R. Alberto Oliveira, 52. Das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00 (até 21/3).

Ana Jotta — «Pintura», Gal. EMI-Valentim de Carvalho, R. da Cruz dos Poiais, 111, a S. Marçal, 3.ª a dom., 15.00 às 19.00 (22/3).

Ana Silva e Sousa — Escultura, exposição comemorativa do 5.º centenário da viagem de Bartolomeu Dias, Museu Nacional do Traje (até 15/3).

«A Arte Manual do Encadernador e do Dourado», Fundação Ricardo Espírito Santo. Largo das Portas do Sol, 2. De 2.ª a sáb., das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00 (até 20/3).

Berlim 750 Anos — Palácio Foz, Praça dos Restauradores.

Bordado da Madeira, 1850-1930 — Museu Nacional do Traje, Lumiar, de 3.ª a dom., das 10.00 às 12.30 e das 14.00 às 17.00. Cerca de 300 peças que vão dos trajes oitocentistas aos novos padrões do princípio do século (até 30/3).

Colectiva — Pintura de Carlos Augusto Ribeiro, Gil Heitor Cortesão e João Jacinto. Galeria Olharte, Calçada do Cardeal, 18. De 3.ª a dom., das 16.00 às 20.00.

Colectiva — Pintura de Álvaro Perdigo, António do Carmo, Hilário Teixeira Lopes e Rogério Amaral. Galeria Tempo. Das 16.00 às 20.00 (até 25/3).

Colectiva — Serigrafias e litografias, de João Hogan, Cesariny, Cargaleiro, Cutileiro e outros. Gal. Holly, Largo da Trindade, 17, 2.ª, 15.00 às 19.00, 3.ª a sáb., 10.30 às 13.00 e 15.00 às 19.00 (até fins de Março).

Colectiva — De Isabel Augusto Ivo, Mateus, Rui Matos e Teresa Silva, Polígrufo/Renascença, R. Ivens, 14.

Colectiva de pintura e escultura (Cargaleiro, Cesariny, Cutileiro, Hogan, outros). Gal. Holly, Lg. da Trindade, 17. A 2.ª/15.00 às 19.30; de 3.ª a sáb./10.30 às 13.00 e 15.00 às 19.00.

Costa Pinheiro — Pintura. Galeria «111», Campo Grande, 113, 2.ª a 6.ª, 10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00, sáb., 10.00 às 13.00.

Fátima Teixeira Lopes — Desenho. Junta de Freguesia de Santiago (Alfama). De 3.ª a 6.ª, das 20.00 às 22.00; sáb., das 15.00 às 18.00; dom., das 11.00 às 13.00 (até 28/3).

Fernando Calhau — Pintura. Nos Cómicos, Rua Tenente Raul Cascais, 1-B. Das 15.00 às 20.00 excepto ao domingo (até 28/3).

Fotografia Portuguesa dos Anos 80 — Gérard Castello Lopes e Luís Carvalho. Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91 (até 27/3).

Francisco d'Almeida — Multiface Arte, Centro Comercial Gemini, loja 65, Rua Sousa Lopes.

Francisco Rúbio, fotografia. Gal. Ether/Vale Tudo..., R. Rodrigo da Fonseca, 25, 3.ª a sáb., 15.00 às 20.00 (até 31/3).

Gonçalo Ruivo, pintura 1987. Gal. A Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3.ª a dom./15.00 às 20.00 (até 22/3).

Hélder Batista, escultura e medalhas. Livr. da Imprensa Nacional, R. Marquês Sá da Bandeira, 16-A.

«Hors Tendances» — exposição colectiva de cinco artistas franceses, na Galeria de

Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian.

Índios da Amazônia — Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira, ao Restelo, 3.ª a dom., 10.00 às 12.30 e 14.00 às 17.00 (até final do ano).

Iniciação Têxtil — Museu Nacional do Traje, Parque do Monte-Roi (ao Lumiar). Trabalhos dos alunos da Escola António Arroio (até 18/3).

«A Inquisição em Portugal» — biblio-íconográfica. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a sáb./10.00 às 17.00 (até 31/4).

Os Instrumentos Musicais e as Viagens dos Portugueses. Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira (Restelo).

Jorge Varanda — «Estampas Japonesas». Galeria Novo Século, 23-A. De 2.ª a sáb., das 14.00 às 20.00 (até 23/3).

Leonor Alvim — «Panos Collage». Gal. Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.ª a dom./10.00 às 17.00 (até 15/3).

Nadir Afonso, pintura (retrospectiva, anos 40 a 80). Gal. Bertrand, R. Anchieta (Chiado).

Pedro Amâncio — Gal. de Artes 6.0.1, Centro Comercial S. João de Deus, Av. António José de Almeida, 7, 3.ª a dom., 12.00 às 20.00.

Pedro Homem de Melo — «O Orgânico e o Geométrico». Espaço Polígrufo/Renascença, Rua Ivens, 14. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 20.00; sáb., das 9.00 às 14.00.

Pepe Diniz — «Notas Novaioquinas», fotografia. Gal. Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.ª a dom./10.00 às 17.00.

Raul Taveira — Óleos, na Escorial, Rua das Portas de Santo Antão, 47. Das 12.00 às 24.00 (até 20/3).

Zé Penicheiro — Pintura. DITEC, Av. da Igreja, 46-A. De 2.ª a 6.ª das 14.30 às 19.30, sábado das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.30. «Lisboa 1900» (até 15/3).

• PORTO

Álvaro Rocha — Escultura. Gal. Nasoni, R. Galeria de Paris, 80.

António Cruz — Pintura e desenho. Galeria Quadrado Azul, Rua Costa Cabral, 777. De 3.ª a dom., das 10.00 às 12.00 e das 15.00 às 22.00. Inaugura amanhã (até 1/4).

Colectiva (Alberto Carneiro, Ângelo de Sousa, Armando Alves, João Dixo, Júlio Resende, outros). Gal. EG, Caminho Fonte de Cima, 33-129-A. De 3.ª a sáb./15.00 às 20.00.

Júlio Resende — «Luz na Ribeira». Galeria Nasoni, Rua Galeria de Paris, 80. De 3.ª a 6.ª, das 10.00 às 12.30 e das 15.30 às 19.30, sáb. e dom., das 15.30 às 19.30.

Maria João Aguiar — Pintura. Gal. Nasoni, R. Galeria de Paris, 80. De 3.ª a 6.ª/10.00 às 12.30 e 15.30 às 19.30, sáb. e dom. só à tarde.

Marrucho — Pintura. Galeria Nasoni, Rua Galeria de Paris, 80. De 3.ª a 6.ª das 10.00 às 12.30 e das 15.30 às 19.30.

Pedro Choro — Pintura. Galeria «JN», Rua de Gonçalo Cristóvão, 195. De 3.ª a sáb., das 14.30 às 19.30.

• OUTRAS LOCALIDADES

Manuel Baptista, pintura. Centro Cultural

de S. Lourenço, até 10/4 — ALMANSIL.

Colectiva — Tapeçarias de Almada Negreiros, Carlos Botelho, Júlio Pomar, Cruzeiros Seixas, Costa Pinheiro, Pinto Coelho. Sala do Castelo, das 9.00 às 12.00 e das 14.00 às 17.00, excepto segundas (até 15/3) — CAMPO MAIOR.

Laura Cesana — Centro Artes Plásticas, Rua Castro Matoso, 18 — COIMBRA.

Oscar d'Almeida — Associação Académica de Coimbra, Centro de Estudos de Fotografia, Rua Padre António Vieira — COIMBRA.

1.ª Exposição Nacional de Arquitectura. Até 1/3, Palácio da Cidadela — CASCAIS.

Sérgio Eloy — Fotografia. Teatro Mirita Casimiro (até 22/3) — CASCAIS.

Colectiva de Cerâmica e Tapeçaria — Galeria de Arte do Casino, das 15.00 às 24.00. Trabalhos de Álvaro Rocha, Artur José, Francisco Relógio, Manuel Cargaleiro, Queirubim Lapa, Isabel Laginha e Teresa Segura do Pavão (até 15/3) — ESTORIL.

Falanges Artísticas — Junta de Turismo (até 18/3) — ESTORIL.

Cem Anos de Vergunha — (cerâmica artística), Junta de Turismo (até 18/3) — ESTORIL.

Colectiva — Galeria Cetária, Pousada de S. Filipe. Todos os dias, das 10.00 às 22.00 (até 27/3) — SETÚBAL.

Ouviveria — Coleção do Palácio Nacional da Pena. (Até 31/5). Palácio da Pena — SINTRA.

Colectiva — Galeria de Arte do Centro Comercial, Av. António Enes, 31 (até 31/3) — QUELUZ.

Teatro O Cartaz

• LISBOA

1.º Acto, R. Eduardo Augusto Pedrosa, 16-A, Algés. **Nó Cego**, pelo Grupo Teatro Espaço.

A Barraca, R. Alex. Herculanu, 70. Pelo **Teatro Experimental do Porto**; Mário Gin-Tónico, sobre textos de Mário Henrique Leiria. Todos os dias, às 21.45, dom. e feriados, às 16.00.

Comuna, Pç. de Espanha. De 3.ª a sáb./21.30, dom./17.00.

Victor — ou as Crianças no Poder, de Roger Vitrac, enc. João Mota.; sáb. e dom./17.00 — **O Tesouro**, de Eça de Queirós.

Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreras. De 3.ª a sáb./20.30 e 22.45, dom./16.00, 20.30 e 22.45. **Escrita em Dia**, nova versão de Isto é Maria Vitória, de H. Santana, Nicholson, Bracinha, M. Zambujal, enc. Ivone Silva.

Teatro Aberto, Praça de Espanha, 2.ª a 5.ª/21.30, dom./16.00 e 21.30. **O Jardim das Cerejas**, de Anton Tchekov, enc. de João Lourenço.

Teatro Estúdio de Lisboa, Teatro Vasco Santana, Entrecampos, 3.ª a sáb./21.30, dom./17.00. **Sylvia Plath — Quem a Matou?**, de Barry Kyle, enc. Luzia Maria Martins.

Teatro Ibérico, Convento de Xabregas, R. Xabregas, 54. De 3.ª a sáb./21.30, dom./17.00. **A Vida é Sonho**, de Calderón

• PORTO

Teatro Campo Alegre, R. do Campo Alegre, 3.ª a sáb., 21.45; dom., 16.00 e 21.45. **O Motim**, de Miguel Franco, enc. de Norberto Barroca, mús. de Paulino Garcia, intérp. António Reis, Estrela Novais, Alfredo Correia, Luís Cunha.

• ESTORIL

Teatro Mirita Casimiro, Av. Fausto de Figueiredo. 4.ª e sáb., 21.30, dom./16.00. **Gaileu Galleu**, de Bertholt Brecht, enc. Carlos Avilez — Teatro Experimental de Cascais.

• SETÚBAL

Teatro de Bolso, pelo Teatro de An-

de la Barca, enc. Xosé Blanco Gil.

Teatro Nacional D. Maria II, Rossio. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom., às 16.00. **Anatol** de Artur Schnitzler, enc. Ricardo Pais.

Teatro do Século, R. do Século, 41. De 5.ª a dom./21.30. **Drácula Junior**, de Fernando Gomes, música de José Carrapa e Sérgio António.

Teatro da Trindade, R. Nova da Trindade. **A Mulher do Campo**, de W. Wicherley, enc. Luís Miguel Cintra. De 2.ª a sáb./21.00, dom./16.00.

Variedades, Parque Mayer. De 3.ª a dom. 21.30. Dom./16.00. **Aqui Há Fantasmas**. Texto e enc. de Henrique Santana.

mação de Setúbal, de 5.ª a dom. às 21.30. **Até Amanhã**, sobre textos de Jaime Salazar Sampaio.



Para Crianças

• LISBOA

TIL — Teatro Infantil de Lisboa, R. Leão de Oliveira, 1 (ao Calvário): Sáb., dom. e feriados, às 15.30. **O Choupo Andarilho**, de Ferreira Caetano, enc. Kim Cachopo. Às 17.30, sáb., dom. e feriados. **O Avestruz Mecânico**, histórias de José Lemos.

Tempo Fim de Semana

Sábado: céu pouco nublado, temporariamente muito nublado nas regiões do Sul, onde poderão ocorrer aguaceiros fracos. **Domingo**: céu geralmente pouco nublado, vento fraco ou moderado de Leste.

(Antevisão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

a TV

Algo está a mudar

Campeonato Mundial de Atletismo em pista coberta. Nos Estados Unidos. Em Indianápolis. Estádio Monumental, de tecto insuflado, capaz de albergar 60 mil pessoas.

Eis que um atleta soviético ganha a sua prova. Aplausos vibrantes da assistência.

Talvez este simples pormenor não seja o bastante para garantir que a guerra-fria começa a ser derrotada. Talvez. Mas que alguma coisa está a mudar, ah, disso não haja dúvida nenhuma!

Reagan, esse mesmo...

Guerra-fria. Esta expressão acorda a memória de alguns dos momentos mais negros da história contemporânea americana.

Desses monumentos nos falaram duas excelentes reportagens ultimamente transmitidas. As perseguições, as prisões, a caça às bruxas levada ao grau da paranóia, e que teve o seu ponto mais abjecto no julgamento e execução do casal Rosenberg.

Na segunda reportagem falou-se exclusivamente da «caça às bruxas» em Hollywood. Então vimos em acção uma das figuras mais empenhadas na organização das delações. Chamava-se Ronald Reagan...

O da invasão de Granada, o do auxílio aos fascistas do Chile e dos «Contras» da Nicarágua. O da Guerra das Estrelas. O do Irangate. Esse mesmo...

Mas que raio de mistério!

Kampelman. O homem de confiança de Reagan, encarregado das negociações de Genebra. Passou por aí e o Telejornal não perdeu a oportunidade de entrevistá-lo.

Não acho mal. É jornalismo. Kampelman não é uma pessoa qualquer. Valeria a pena ouvi-lo.

Mas esteve em Portugal uma personalidade como Nicolau Sliunkov. Não se trata de uma pessoa qualquer, caramba! Um secretário do Comité Central do PCUS, digam lá sinceramente, é uma pessoa qualquer? E se ele estava em Portugal, valeria a pena ou não entrevistá-lo?

Pois Telejornal não fez tal. E andou pessimamente. Mostra ter um critério que, afinal, não se guia pelo interesse jornalístico. Interessa-lhe o Kampelman, mas não lhe interessa Sliunkov...

Note-se o que se passou com Mikhail Gorbatchov. Ele foi o representante do PCUS ao Congresso do Partido Comunista Português, realizado no Porto. Pois desse facto não ficou na RTP uma imagem, uma palavra, um documento que poderia ser histórico. A RTP passa-lhe a caça grossa diante dos olhos e ela deixa seguir...

Será que a direcção da Informação da RTP está mesmo na RTP ou na embaixada americana? Ou será que a direcção da Informação da embaixada americana é que está na RTP?

A propaganda da má-fé

As palavras são como as cerejas, pois é. A gente fala em critérios e passa logo de uma rubrica a outra. Para o caso, do Telejornal para o Face a Face...

O apresentador facefaceto lá tem os seus critérios. Alguns vão lá, porque «se fala muito deles». Outros vão lá, porque «nunca mais se ouviu falar deles». Outros ainda porque «não se fala deles há muito tempo». Critérios onde tudo e nada cabem.

O último entrevistado pertencia à categoria dos que estão sem fazer nada há algum tempo. Chama-se Maria de Lurdes Pintasilgo.

Infelizmente do que tem sido a sua actividade nos últimos dois anos e da sua opinião sobre as mutações verificadas nesse período, pouco soubemos por culpa do entrevistador que gosta mais de se ouvir a si próprio. Acho que quando este entrevistador se entrevistar a si próprio, vai ser um espectáculo de sensação.

Dá-nos a sensação de que ele estava mais interessado em que a audiência soubesse o que ele pensava do que aquilo que pensava Maria de Lurdes Pintasilgo. Entreteve-se, por várias ocasiões, em emitir opiniões, ou sugestões, ou conclusões à margem dos terrenos da entrevistada.

Avançou ele próprio com a «revisão do marxismo-leninismo» com o falhanço do sistema comunista, «com o fracasso dos países africanos que se orientam para o socialismo, enquanto («a Costa do Marfim, por exemplo...») as que se seguem por princípios capitalistas, prosperam...

Isto vai assim para dar uma ideia do acinte que povoou as intervenções do entrevistador. Não é possível alegar ignorância. Hoje em dia, não pode alguém minimamente culto desconhecer que o marxismo-leninismo é um guia para a acção, para o entendimento e transformação da realidade e logo antidogmático por natureza.

Não pode ignorar que um país, qualquer que ele seja, não pode alhear-se das novas conquistas científico-tecnológicas. O diferendo que opõe o capitalismo da Europa Ocidental ao capitalismo americano e japonês, assenta exactamente aí.

Se o socialismo não utiliza essas conquistas, claro que se atrasa e se enfraquece. Ao contrário do que Sousa Tavares pensa, as reformas de Gorbatchov não provam que o socialismo não tinha razão, ao contrário, provam que, ao fazê-las, é o socialismo quem tem razão. Falhanço seria se o socialismo reformasse os seus métodos à custa das tensões sociais que acompanham a modernização no sistema capitalista — a miséria, o desemprego, a instabilidade, a desumanização. Ou seja: se ele se transformasse... em capitalismo.

Nem por sombras é isto que está acontecendo, no realismo gorbatchoviano. Pelo contrário: o aumento da produtividade, modernização, a participação popular vão-se traduzir em aumento do bem-estar e da responsabilidade que conduzem a um estágio superior da sociedade humana.

Quando às novas nações africanas, o entrevistador só por má-fé pode esquecer as heranças dramáticas do colonialismo e o cerco que lhes move o imperialismo.

Em Angola e Moçambique, tudo seria diferente, não fora a agressão constante (Unita, Renamo, etc.) da África do Sul.

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

PS: «Cura de oposição e oposição sem cura?»

Lamentavelmente, as declarações mais recentes de dirigentes do Partido Socialista insistem numa fórmula de «oposição» que não convence ninguém e, pelo contrário, só pode preocupar todos os democratas e os próprios socialistas, na medida em que não contém qualquer vestígio de alternativa real ao actual governo de direita.

Nove meses depois...

O Partido Socialista vai intensificar a oposição ao Governo nos próximos dois meses. Nos seus objectivos não inscreve, no entanto, qualquer iniciativa que precipite a crise política e abra caminho a eleições antecipadas.

«Quem está a trabalhar na preparação de eleições é Cavaco Silva, mas não toma nenhuma iniciativa de fundo, nem em termos institucionais e de revisão constitucional, nem em termos de desenvolvimento estrutural do País», afirmou ao **Semanário** o líder do PS, Vítor Constâncio, para quem os socialistas «continuarão na oposição firme, mas com uma estratégia que não está dependente da necessidade de regresso ao poder a curto prazo».

Como há nove meses, quando ascendeu à liderança do partido, Constâncio não revela pressa. Prometera, então, reconduzir o PS (hoje reduzido à sua mais baixa representação parlamentar de sempre) ao lugar de primeiro partido e reconquistar o poder. Deixara claro, todavia, que não desejaria consegui-lo através de expedientes parlamentares e admittia mesmo, «se necessário, a ideia de uma cura de oposição».

(Afonso Camões, «Semanário», 7. Março)

... Uma sondagem!

Um ano depois, em fins de Maio próximo, Constâncio vai reunir os órgãos nacionais do partido para balanço e reavaliação da correlação de forças. Só então decidirá da oportunidade, ou não, de o PS avançar com uma iniciativa própria — moção de censura ao Governo — que abra caminho à hipótese de eleições antecipadas.

Antes, porém, os socialistas irão encomendar «uma grande sondagem nacional» que lhes permita ponderar sobre a capacidade de recuperação eleitoral do partido e sobre a imagem do seu novo líder. Será um «inquérito temático», que possa revelar sobre as «motivações profundas do eleitorado e fornecer elementos sobre o sentido de voto dos indecisos», diz-nos um dirigente do PS. Tal sondagem questionará, igualmente, sobre o que é que no perfil dos vários líderes políticos é positivo e negativo — preocupação que para os socialistas é tanto maior quanto, como se sabe, Constâncio é o único líder partidário cuja cota de popularidade continua abaixo da que o seu próprio partido revela nas mais recentes sondagens.

Ainda assim, segundo a mesma fonte, os socialistas «não poderão embalar-se de modo nenhum na aventura de uma crise se os resultados globais dessa sondagem não revelarem o PS a crescer

acima dos 30 por cento, margem a partir da qual é possível forçar o apagamento do PRD e galvanizar o partido para a inversão da relação de forças eleitoral a seu favor».

Posições oficiosas e oficiais: que as distingue na prática?

Antes de fins de Maio, portanto, não há que esperar qualquer crise política provocada pelo PS. E depois disso? António Barreto, membro do *governo sombra* dos socialistas, sustenta que também não. Disse-o no programa «Clube de Imprensa», da Rádio Comercial, e acrescentou que já antes da formação deste Governo «sonhava com um governo de legislatura, ainda que fosse chefiado por Cavaco Silva». E tal significaria que o PS nada faria para derrubar este Governo, nos próximos 18 meses...

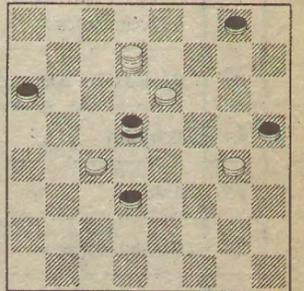
Não é, porém, exactamente essa a posição oficial da direcção do partido. António Guterres, por exemplo, diz-nos que o PS terá de ponderar em breve dois tipos de custos que se porão ao País: os que poderão ser provocados pelo desencadear de uma crise política, e os que advêm da permanência de uma situação de impasse como a actual, com um Governo apenas interessado em se manter no poder, sem concretizar nenhuma das reformas de fundo indispensáveis à solução dos problemas nacionais. Daí que — afirma — quando o PS entender que o custo da manutenção deste Governo é maior para o País do que a abertura de um processo conducente a novas eleições, então não hesitará em promover as iniciativas constitucionalmente previstas para esse efeito...

E se forem outros partidos da oposição (designadamente o PRD ou o PCP) a anteciparem-se nessas iniciativas? Eis nova nuance no discurso dos socialistas. Enquanto António Barreto diz claramente que o PS não deverá votar moções de censura apresentadas por outros partidos, Guterres afirma-nos que «o PRD e PC farão o que quiserem, mas na incerteza da nossa opção de voto. Não lhes daremos essa borla...»

(idem)

Damas

DAMAS
XCIII — 12 de Março de 1987
Proposição N.º 93
Por: Manuel Mendes Braga
«Cidade de Tomar», 1951
(Problema N.º 46)
Pr: 11-17-(19)-24-29



Br: 13-15-22-(27)
Jogam as brancas e ganham
JOGO N.º 93
Campeonato Nacional «Oficioso»
Lisboa, 1957 VI 10
Abertura Sorteada 5.º Jogo (11.º)
2.ª Volta
Br: Dr. Orlando Augusto Lopes
-Pr: Adelino José Ribeiro

1. 11-14, 23-20; 2. 10P13, 22-19; 3. 14-23, 28-19; 4. 12-15, 19-12; 5. 7-23, 27-20; 6. 5-10, 26-22; 7. 10-14, 21-18; 8. 14-21, 25-18; 9. 1-5, 32-28; 10. 5-10, 28-23; 11. 13-17, 30-26; 12. 4-7, 23-19; 13. 7-11, 20-15; 14. 11-20, 24-15; 15. 6-11, 15-6; 16. 2-11, 19-14; 17. 10-19, 22-6; 18. 3-10, 31-28; 19. 10-13, 18-14; 20. 13-18, 29-25; 21. 17-21, 26-17; 22. 18-22, 14-10; 23. 22-27, 10-5; 24. 27-31, 28-24; 25. 9-13; 17-10; 26. 31-13, 25-21; 27. 13-6, 21-18; 28. 6-2, 5-1; 29. 2-9, 18-14; 30. 9-2, 1-10; 31. 8-12, 10-13; 32. 12-16, 13-27; 33. 15-20, 27-16; 34. 2-5 e EMPATE.

GOLPE N.º 93
Por: Henry Spayth 1860
1. 10-14, 23-20; 2. 5-10, 20-15; 3. 12-19, 22-15; 4. 11-20, 24-15; 5. 1-5, 27-22; 6. 14-19, 21-17; 7. 10-14, 25-21; 8. 7-12, 31-27; 9. 3-7, 22-18; 10. 5-10, 18-11; 11. 7-14, 27-23; 12. 9-13 Perente (Br. 2-4-6-8-10-12-13-14-19. Pr. 15-17-21-23-26-28-29-30-32) J. Pr. G. SOLUÇÕES DO XCIII

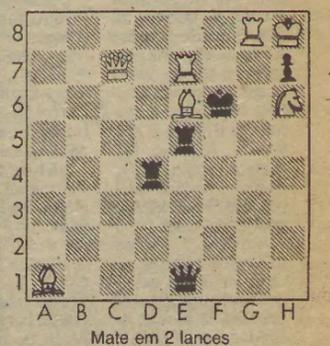
N.º 93 (MMB): 27-16 SE: 19-8; 16-27 e 27-30+ SE: 17-10 ou 19-26; 16-12+ SE: 19-12; 16-14. GOLPE 93 (HS): 12. 21-18; 13 13-22, 17-13; 14. 10-17, 28-24; 15. 19-28, 26-3; 16 12-19, 32-14

A. de M.M

Xadrez

XCIII — 12 de Março de 1987
PROPOSIÇÃO N.º 93
Por: F. Eriksson
Prémio Scackvariden, 1936

Pr: (5): Ph 7-Tsd4, 65-D61-Rf6
Br: (7): Ch6-Bs.a1, e6-T67, g8-Dg7-Rh8



Jogo N.º 93
Berna, 1987
Br: Geller — Pr: Unzicker

1. e4, e5; 2. Cf3, Cf6; 3. Bb5, a6; 4. Ba4, Cf6; 5. 0-0, C:e4; 6. d4, b5; 7. Bb3, d5; 8. d:e5, B:e6; 9. Cbd2, B:e7; 10. C:e4, d:e4; 11. B:e6, f:e6; 12. Cg5Dd5; 13. Dh5+, g6; 14. Dg4, B:g5; 15. B:g5, C:d5; 16. Dg3, Cf7; 17. Bf6, 0-0; 18. Tad1, Df5; 19. B:e7, Tfc8; 20. b4, C:e5; 21. Tf6!, T:e8; 22. Dh4, C:e6; 23. Bf6, e5; 24. T:e4, Tf8; 25. B:g5, a5; 26. a3, a:b4; 27. a:b4, Tf7; 28. h3, Td7; 29. Td6!, Td4; 30. T:d4, C:d4; 31. Bf6, C:e6; 32. c4, C:d8; 33. c:b5, Cf7; 34. Dc4, Rh8; 35. Bd2 e as Pretas abandonam.

Solução do N.º 93
Chave: 1. Bh3! (ameaça: 2. Tf7+) 1., Td7; 2. T:e6+ 1., T:e7; 2. Df4+ 1., Tf5; 2. Cg4+

A. de M.M.



«O Militante» — Boletim de Organização do PCP
ASSINATURA DE 6 OU 12 NÚMEROS

Continente	220\$00 — 440\$00
Regiões Autónomas	280\$00 — 560\$00
Europa	550\$00 — 1100\$00
Angola, C. Verde, Guiné, Moçambique, S. Tomé	750\$00 — 1500\$00
Outros Países	850\$00 — 1700\$00

Assina e divulga